

Leonardo Lessin

2
CIÊNCIAS SOCIAIS
ANEXO PROC. 558/00

*estão faltando considerações finais
referências*

O DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA E A DEPENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO

Uma análise crítica da trajetória de Fernando Henrique Cardoso

MARÍLIA

2002



UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA E A DEPENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO

Uma análise crítica da trajetória de Fernando Henrique Cardoso

LEONARDO LESSIN

MARÍLIA - 2002



LEONARDO LESSIN

**O DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA E A
DEPENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO**

Uma análise crítica da trajetória de Fernando Henrique Cardoso

1410001455



Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de Concentração em Pensamento Social e Político Brasileiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

UNESP - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências.

Orientador: Dr. Marcos César Alvarez

MARÍLIA - 2002

UN001139824

60304022

Nº cham 330.18

L639d

Nº Tombo 1455

Aquisição D

Preço R\$ 5,00

Data 11/09/03

Proced. Auto

- Dependência de países estrangeiros (Economia)
 - Desenvolvimento econômico
 - Brasil - Política econômica
 - Cardoso, Fernando Henrique 1991-
- 123p.

Lessin, Leonardo.

L639d O desenvolvimento da dependência e a dependência do desenvolvimento: uma análise crítica da trajetória de Fernando Henrique Cardoso / Leonardo Lessin. -- Marília, 2003.
140 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2003.
Bibliografia: f. 129-140.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Alvarez

1. Dependência – desenvolvimento. 2. Economia – Política - Brasil. I. Autor. II. Título.

CDD 338.981

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA PELO CANDIDATO LEONARDO LESSIN, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "CIÊNCIAS SOCIAIS" REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO DE 2003.

Aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e três, às 14h00, em sessão pública, realizou-se na Sala de Defesas do Prédio da Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Câmpus de Marília, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "O DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA E A DEPENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO. UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TRAJETÓRIA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO", apresentada pelo aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Área de Concentração "Ciências Sociais", LEONARDO LESSIN. A Banca Examinadora, constituída pelos Senhores: Dr. Marcos Cesar Alvarez - orientador, Dr. Francisco Luiz Corsi - Unesp/Marília, Dr^a. Isabel Maria Frederico Rodrigues Loureiro - Unesp/Marília, iniciou suas atividades submetendo o candidato à forma regimental da defesa de Dissertação de Mestrado. Terminado o exame, a Banca Examinadora procedeu ao julgamento da prova cujo resultado é:

DR. MARCOS CESAR ALVAREZ *aprovado com distinção*
DR. FRANCISCO LUIZ CORSI *aprovado com distinção*
DR^a. ISABEL MARIA FREDERICO RODRIGUES LOUREIRO *aprovado com distinção*
fazendo jus ao título de **MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS**. Encerradas as atividades, foi lavrada ata que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Obs. o candidato deverá realizar as correções solicitadas e de citação bibliográfica, apontadas pela banca, no exemplar a ser entregue na pós-graduação.

Marília, 15 de janeiro de 2003.

DR. MARCOS CESAR ALVAREZ

[Assinatura de Marcos Cesar Alvarez]

DR. FRANCISCO LUIZ CORSI

[Assinatura de Francisco Luiz Corsi]

DR^a. ISABEL MARIA FREDERICO RODRIGUES LOUREIRO

[Assinatura de Isabel Maria Frederico Rodrigues Loureiro]

Dedico a minha mãe.
(in memoriam)

Agradecimentos

Esta dissertação é resultado de um esforço conjunto. Agradeço em primeiro lugar a minha família e ao meu orientador professor Doutor Marcos César Alvarez. Agradeço também, e com a mesma intensidade, aos professores convidados para a banca: a professora Doutora Isabel Maria Loureiro e ao professor Doutor Francisco Luiz Corsi. E finalmente agradeço a todos meus amigos e especialmente a Tatiane Maria Pinheiro, pois foram estes os que cotidianamente fortaleceram-me a confiança em minha capacidade tornando-me mais convicto de minha vocação.

Resumo

Este trabalho consiste em uma análise crítica da trajetória teórica e política de Fernando Henrique Cardoso. A teoria da dependência formulada por Cardoso é inserida historicamente nas discussões sobre a formação e o desenvolvimento do processo capitalista brasileiro. Verifica-se, assim, a intenção crítica contida no debate teórico sobre o desenvolvimento do capitalismo periférico e situa-se a perspectiva marxista de Cardoso como um momento de constatação, não da iminência revolucionária, mas da inevitabilidade do desenvolvimento associado e dependente brasileiro. Feito isso, examinamos o fatalismo histórico contido na versão cardosiana da teoria da dependência que se manterá presente não só em suas críticas ao autoritarismo, mas também se revelará intrínseco ao conteúdo teórico do seu ideal de social-democracia, como modelo político mais adequado para a realidade contemporânea do Brasil. Em seguida analisamos o conteúdo político do governo Fernando Henrique Cardoso através das críticas que diversos intelectuais fizeram ao seu governo, inclusive expondo sua própria análise acerca de sua postura teórica e política atual. Disso tudo, concluímos que toda análise da orientação política do governo Cardoso deve ser compreendida à luz de sua concepção do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Palavras-Chave: Dependência - desenvolvimento, economia – política, Brasil

Sumário

Introdução	9
1 Entre desenvolvimentistas e dependentistas	12
1.1 Caio Prado Jr. um clássico do marxismo brasileiro	13
1.1.1 Caio Prado Jr. e sua produção teórica a partir da Revista Brasiliense	16
1.1.2 <i>História e Desenvolvimento</i> , uma obra prima de Caio Prado Jr	22
1.1.3 A revolução brasileira	27
1.1.4 Comentários de alguns intelectuais sobre Caio Prado Jr	28
1.2 Celso Furtado e o nacional-desenvolvimentismo no Brasil	29
1.2.1 Prebisch professor de Furtado	31
1.2.2 A Cepal e suas principais idéias	33
1.2.3 <i>Formação Econômica do Brasil</i>	37
1.2.4 A industrialização nacional e a análise de Furtado	40
1.3 O subdesenvolvimento e a Teoria da Dependência	47
1.3.1 A dependência via desenvolvimento desigual e combinado	49
1.3.2 Andre Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos	51
1.3.3 A Teoria da Dependência na versão cardosiana	54
2 Descompassos da dialética em Fernando Henrique Cardoso	61
2.1 Um Seminário Marx	62
2.2 FHC e sua produção na Revista Brasiliense	69
2.3 <i>Escravidão e capitalismo no Brasil meridional</i>	72
2.4 <i>Dependência e desenvolvimento na América Latina</i>	77
2.5 Críticas ao autoritarismo militar	98
2.6 Transição para onde?	101
3 A crítica da prática política de Fernando Henrique Cardoso	107
3.1 Um governo aquém da sua missão	109
3.2 Um governo que cumpriu sua missão	117
3.3 O Plano Real	120
3.4 A globalização e o Brasil	122
3.5 A social-democracia como uma nova esquerda	124
4 Considerações finais	126
Referências	129



Abstract

The work consists in a critical analysis of Fernando Henrique Cardoso's theoretical and political trajectory. The theory of dependence formulated by him is historically situated in the context of discussions about the origin and development of the Brazilian capitalist process. The critical attitude contained in the theoretical debate about the development of peripheral capitalism is brought to light, and Cardoso's Marxist perspective is characterized as a moment of acknowledgement not of the imminence of the revolution, but of the inevitability of the associated and dependent Brazilian development. From this point of departure we examine the historical fatalism present in Cardoso's version of the theory of dependence, which persists not only in his criticisms of authoritarianism, but also as an essential element of the theoretical content of his ideal of social-democracy, as the most adequate model for present reality of Brazil. Then we analyse the political content of Cardoso's government in the light of critiques made by a number of intellectuals, as well as Cardoso's own views on his theoretical and political positions in recent times. From all that we conclude that the whole analysis of the political orientation of Cardoso's government must be understood in the light of his conception about the process of capitalist development in Brazil.

Keywords: dependence, development, political economy, Brazil.

Introdução

O advento da industrialização periférica vai ecoar no intenso debate ideológico sobre o desenvolvimento capitalista das nações latino-americanas e suas particularidades. No Brasil, o período em que há a consolidação da economia nacional como uma economia moderna foi marcado por um deslocamento radical das atividades econômicas do campo para a indústria alterando substancialmente a composição social e ideológica do país. Essa transformação decorreu como consequência da dinâmica interna ou externa? Ela atingiu toda a sociedade e todos ramos da atividade produtiva? Politicamente quais são as consequências deste deslocamento da atividade econômica brasileira? Quais são as diferenças do desenvolvimento capitalista tardio na periferia do capitalismo, em relação ao desenvolvimento original clássico europeu? Todas estas questões estão subjacentes no debate daqueles que se preocupam em entender atualmente o processo de desenvolvimento capitalista da periferia latina e especialmente do Brasil.

Uma das figuras mais proeminentes deste debate acerca da forma e do conteúdo da revolução capitalista brasileira foi nosso recente presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Ele não é o único intelectual que participou do debate na época e que, posteriormente, se lançou a cargos públicos que possibilitavam uma intervenção mais prática nos rumos tomados por nossa economia em busca do desenvolvimento. Contudo será nosso interlocutor fundamental que nos guiará nessa incursão através de nossa história como país que visa romper as amarras do seu atraso econômico e social em relação aos países nucleares do capitalismo mundial. Porque Fernando Henrique Cardoso? Pelo fato de ter sido nosso chefe de Estado e de sua participação política interferir direta e indiretamente na posição atual do país em relação ao desenvolvimento capitalista internacional. O estudo de sua trajetória intelectual e política possibilita a construção de uma relação que reconstrua à luz do presente o processo de modernização econômica. Assim poder-se-á entender com maior profundidade nosso país, que ainda não superou a condição de nação periférica subdesenvolvida continuando a padecer do atraso econômico e social gerado pela má distribuição dos frutos mundiais do progresso.

Portanto, nosso estudo visa inserir criticamente a trajetória de Fernando Henrique Cardoso no processo de desenvolvimento capitalista nacional. Paralelamente, conforme a economia se modernizava ela custeava a formação de uma "intelligentsia"



nacional que procurava analisar o processo histórico brasileiro, de maneira que esta “intelligentsia” amadureceu e formulou inúmeros trabalhos que questionariam as análises estrangeiras acerca de nossa realidade. O desenvolvimento cultural moderno e a produção científica nacional são paralelos a nossa industrialização e a nossa modernização econômica; a tentativa de igualar-se em termos de grau de desenvolvimento econômico iguala-se a busca dos padrões gerais do capitalismo, no também chamado primeiro mundo. A procura dos parâmetros da ciência moderna, e de certa maneira, imbuídos da tarefa de compreender o percurso do desenvolvimento capitalista brasileiro, surgirão alguns teóricos nacionais de altíssimo nível, que sempre lidaram com a análise da realidade nacional com vistas a sua transformação e ao seu desenvolvimento. É isso que aparece em primeiro plano deixando transparecer, aos poucos e ao longo desta dissertação, o nosso rico pano de fundo que é o conteúdo do debate acerca das manifestações da dependência nacional.

O trabalho se divide em três capítulos. O primeiro ao recuperar o debate entre desenvolvimentistas e dependentistas, pretende de antemão mapear os principais conceitos de ambas as correntes, e a partir disso, situar a posição de Fernando Henrique Cardoso neste contexto de embate teórico que se revelou extremamente profícuo. Podemos admitir que se pode categorizar aquele período, do ponto de vista teórico, como uma espécie de “iluminismo periférico” o que significa levar em consideração que a racionalização e modernização das relações de produção produziu também a formação de uma intelligentsia típica que pensa e age em função da construção do fenômeno que é o desenvolvimento capitalista na periferia latino-americana.

Em suma, o capítulo inicial visa destacar a estruturação da teoria da dependência e diferenciando Fernando Henrique Cardoso dos demais autores dependentistas. Existem por assim dizer duas linhas distintas dentro do campo teórico da dependência e eles se afastam, sobretudo pela forma de assimilação do marxismo como teoria explicativa da realidade nacional. Digamos que estes dois enfoques dependentistas eram conflitantes e que nessa batalha a perspectiva de Fernando Henrique tenha levado a melhor, pois o golpe de 1964 não condenou o país à estagnação como o outro enfoque dependentista previa. A confluência entre marxismo e filosofia no contexto periférico do capitalismo brasileiro que é inaugurada pelo assim chamado “Seminário Marx” visava sobrepor-se às demais interpretações do capitalismo nacional através de uma maior minúcia e perspicácia teórica. Foi a partir desta base que Fernando Henrique

Cardoso pôde se projetar como um dos maiores teóricos da dependência e um dos maiores especialistas em história nacional.

O segundo capítulo se prende ao acompanhamento crítico da produção de Fernando Henrique no Cebrap e ao seu deslocamento para a atividade política, de sua filiação ao PMDB e participação e análise do processo de abertura democrático na década de 80, a fundação do PSDB, partido que o levaria à presidência da república em 1994. Assim sendo, é aqui que se materializa o vínculo entre a sua perspectiva analítica e sua perspectiva política. A sua idéia de social-democracia casa-se com a sua idéia de dependência, porque a dependência não inviabiliza o prosseguimento da acumulação e do crescimento capitalista no Brasil. Com efeito, o desenvolvimento dependente é uma forma que o desenvolvimento do capital periférico proporcionou a alguns países latinos como o Brasil. Assim sendo, não existe saída para o fim da dependência porque ela é a própria saída que o capitalismo periférico encontrou para manter o desenvolvimento do capital. Neste sentido, levando em consideração tal fatalidade, o melhor a fazer é procurar a democracia, e não a revolução comunista, como o caminho possível para a nação brasileira. Fernando Henrique Cardoso não esconde que sua opção social-democrata se dá sobre a constatação da não possibilidade de revolução socialista no Brasil. Suas críticas ao autoritarismo militar no Brasil evoluem naturalmente para a constatação do Estado Democrático de Direito como a forma política mais eficaz no combate a ditadura militar e ao autoritarismo em geral da política brasileira.

O terceiro e último capítulo se divide entre a auto-análise do próprio Fernando Henrique em relação ao seu governo e a sua postura política e intelectual e as análises e críticas que outros intelectuais nacionais fizeram a ele, tanto no que tange a sua pessoa política como a sua figura intelectual. Será possível separar definitivamente estas duas partes do mesmo homem? De fato, nosso objeto de estudo polemizou com muitos quando intelectual, e como Presidente do Brasil, não poderia deixar de causar muito mais polêmica, devido até ao seu comprovado passado marxista. No entanto, o seu governo parece deixar como marca a liberalização e a abertura econômica externa. O fato é que estas e as demais particularidades que pintam o quadro da nossa realidade atual, na qual se insere o governo Fernando Henrique Cardoso, só podem ser compreendidas à luz do debate sobre o desenvolvimento do capitalismo nacional, desde o seu início ao atual momento, tanto na realidade brasileira como no mundo.



1 Entre desenvolvimentistas e dependentistas

A discussão sobre o desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos ganhou corpo em meio ao rico debate teórico que procurou atingir a compreensão do nosso processo histórico. De fato, essa era a matéria que ocupava a agenda da vanguarda intelectual latina no pós-guerra e muitos intelectuais brasileiros participaram deste debate. Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso serão os autores mais explorados e mais comentados neste capítulo que, de certa forma, procura esboçar uma linha progressiva da produção intelectual brasileira que se interessou pelos problemas do desenvolvimento nacional.

Do ponto de vista geral trata-se de esboçar a relação crítica entre teoria da dependência e a teoria do desenvolvimento e, em particular, da posição que FHC ocupou e defendeu em meio à efervescência intelectual latino-americana que se inicia na década de 50 e permanece até a década de 70.

Pode-se afirmar que desenvolvimentistas e dependentistas são campos teóricos que se superpõem parcialmente. Com efeito, o fato de a teoria da dependência ter sido criada a partir da crítica ao modelo desenvolvimentista indica o caso. Portanto, a aproximação e o afastamento entre estes campos teóricos são variáveis. Também dentro do conjunto da obra de um único autor isso gera ambigüidades que problematizam o discernimento do seu campo teórico e aqui reside nosso primeiro desafio.

A tentativa de definir o que vem a ser desenvolvimento para cada um dos principais autores permite afastar e aproximar os autores e livros analisados, para que o conteúdo do debate ilumine as especificidades do desenvolvimento capitalista latino-americano e em particular o brasileiro. Soluções futuras dependem das possibilidades do presente que só serão reveladas pela compreensão de nossa história como nação. Portanto, é fundamental retomar com fôlego a discussão sobre a via de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Celso Furtado e Caio Prado Jr. são considerados clássicos do pensamento social e político brasileiro conjuntamente com a geração que veio à luz na década de 30: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, os grandes demiurgos nacionais segundo Antonio Candido.



1.1 Caio Prado Jr. um clássico do marxismo brasileiro ¹

Caio Prado Jr. é o autor que inaugura os estudos orientados para a realidade nacional segundo uma perspectiva marxista. Na cultura teórica brasileira em que o marxismo iniciava sua aclimação, embora o movimento operário não fosse muito vigoroso, Caio Prado inova ao colocar o eixo do processo de produção e reprodução da sociedade brasileira no interior dos processos da expansão do capitalismo mercantil.

Antes de 1922 praticamente não havia marxistas nem marxismo no Brasil. O sindicalismo anarquista predominava entre nossa incipiente classe operária. A hegemonia marxista aparece posteriormente como um desdobramento das irradiações revolucionárias vindas da instaurada URSS. Com a fundação do PCB² encaminharam-se as novas orientações russas que se impuseram a boa parte da esquerda brasileira.

Caio Prado Jr. é o mais significativo precursor da construção de um pensamento marxista brasileiro. Com seu estilo intelectual independente ele desvinculou-se das orientações da III Internacional Comunista³ comuns no período que abrange as décadas

¹ Como membro do Partido Democrático participou na Revolução de 1930 e foi um dos delegados revolucionários no interior do estado de São Paulo. Em 1931, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Não viu com bom olhos a Revolução Constitucionalista paulista de 1932 por considerá-la um retorno ao antigo regime. No ano seguinte, fez sua estréia como escritor com o ensaio *Evolução política do Brasil* em que procurou elaborar uma síntese da história brasileira da colônia ao fim do Império tendo por base o materialismo dialético. Naquele mesmo ano viajou à União Soviética, publicando em 1934 o livro *URSS, um novo mundo*. Foi vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que reunia comunistas, socialistas e a ala esquerda do tenentismo, a partir de uma plataforma de combate ao fascismo e ao imperialismo. Após o fracasso do levante promovido por setores da ANL em Natal, Recife e Rio de Janeiro, em 1935, esteve preso por dois anos. Partiu para o exílio em 1937, regressando ao país em 1939. Em 1942 lançou o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* considerado pela crítica como a sua obra mais importante e marco na historiografia brasileira. Em 1943, fundou a Editora Brasiliense. Em 1947, com a redemocratização do país e a expansão político-eleitoral do PCB, elegeu-se deputado estadual em São Paulo por aquela legenda, sendo cassado no ano seguinte. Viveu a partir daí uma fase de grande produção intelectual. São de sua autoria além das obras citadas, *História econômica do Brasil* (1945), *Dialética do conhecimento* (1963), *História e desenvolvimento* (1968), *A Revolução Brasileira* (1966), *A questão agrária no Brasil* (1979), entre outros títulos. Morreu em São Paulo em 1990.

² Sua fundação ocorreu no dia 25 de Março de 1922, numa reunião realizada em Niterói, Rio de Janeiro, sob o impacto do sucesso da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia. Desde os seus primeiros passos esteve vinculado às concepções da Internacional Comunista (Terceira Internacional), fundada por Lênin em 1919. Com a perda da influência do anarquismo, que até então ocupara lugar de destaque na direção das primeiras lutas operárias. Com o surgimento do PCB vai crescer gradual e permanentemente o prestígio do marxismo no movimento operário e sindical nacional. Em toda sua existência, o PCB só viveu três períodos de legalidade: duas fases brevíssimas na década de 20, e um terceiro, de 2 anos, no final da Segunda Guerra, quando caiu o Estado Novo. Idêntico destino de vida clandestina compulsória haveria de marcar todas as organizações de esquerda surgidas após o golpe de 1964.

³ Sob a influência da Revolução de Outubro, começou a criação dos partidos comunistas nos países capitalistas e a conseqüente separação dos grupos de esquerda dentro dos partidos social-democratas. Já em 1918, surgiram partidos comunistas na Finlândia, na Hungria, na Polônia, na Áustria, na Alemanha e na Argentina. Em muitas outras nações da Europa, da Ásia e da América apareceram agrupações comunistas. Por iniciativa do Partido Comunista Russo (bolchevista), reuniu-se no mês de março de 1918,

de 30, 40 e 50. Sua preocupação essencial era elaborar uma visão sobre a realidade brasileira dentro do desenvolvimento global do capitalismo. Segundo ele as propostas comunistas para o Brasil na época incorriam no equívoco do transplante acrítico das “teses de Lênin” para a realidade latino-americana. Enquanto a linha dirigente do PCB sugeria (1943) a união nacional que a guerra exigia, em outras palavras, sugeria o apoio político a Vargas e ao Estado Novo, o grupo ao qual pertencia Caio Prado era favorável à luta aberta contra o regime que, segundo ele, era conceituado de fascismo mascarado; ou seja, Caio Prado já questionava tanto a aliança populista bem como a orientação externa do PCB.

Pode-se dividir em dois momentos a produção intelectual de Caio Prado. “Mais especificamente, os dois principais momentos da produção intelectual de Caio Prado se dão entre 1933 e 1945 e entre 1955 e 1969” (Ricupero, 2000 (a), p.116). Na década de 30 Caio Prado Jr. conjuntamente com Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda formam o trio que inaugurou a leitura original e moderna da realidade pelo pensamento social e político brasileiro. Preocupados em fundamentar nossas origens como nação para assim alicerçar ideologicamente a construção da nação brasileira, estes intelectuais figuram como os principais clássicos do pensamento social e político brasileiro. Entretanto,

“... na segunda metade da década de cinquenta já não se discute apaixonadamente o que é o Brasil, uma vez que todos parecem imaginar que têm uma idéia do que seja isto. A questão agora é outra, é determinar qual será o lugar do país no mundo. O que faz com que o tema do nacionalismo apareça com toda a força. Resumidamente e de forma um tanto esquemática, pode-se dizer que, antes se tratava de estabelecer a nação, agora o problema é de determinar qual será o destino dessa nação”.

(Ricupero, 2000 (a), p.119)

em Moscou, a primeira conferência mundial dos partidos comunistas e das agrupações esquerdistas social-democráticas. Essa conferência adotou a histórica resolução de criar a III Internacional Comunista (Comintern). O Comintern proclamou, como seu objetivo, a conquista, para o comunismo, da maioria da classe operária e demais camadas de trabalhadores, em todos os países do mundo; a organização da luta para a derrubada do regime da escravidão capitalista e pelo estabelecimento da ditadura do proletariado.

No segundo período profícuo de sua produção Caio Prado tinha Celso Furtado como um de seus principais interlocutores. Tanto o ISEB⁴ como a CEPAL⁵ faziam parte do universo teórico e político nas décadas de 50 e 60 marcado pelo nacional-desenvolvimentismo como vimos anteriormente. Neste contexto, de maneira bem geral, podemos frisar que não só o desenvolvimentismo como também o comunismo identificavam nosso atraso na herança deixada pela antiga dominação oligárquica como o grande obstáculo a uma união nacional contra a dominação estrangeira.

Populistas e comunistas protagonizam uma complexa aliança de forma que a panacéia proposta é coincidente. Grosso modo, as orientações do PCB⁶ por volta de 1950 consistiam em tomar a revolução brasileira como uma revolução anti-imperialista

⁴ O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um projeto que ficou conhecido como "nacional-desenvolvimentista".

O ISEB foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura, ainda no governo Café Filho. O ISEB iniciou suas atividades quando Juscelino Kubitschek assumia a presidência da República e quando o país acelerava a sua industrialização, com a ampliação dos investimentos privados nacionais e estrangeiros, além do investimento estatal. Os intelectuais do ISEB apoiaram a política de desenvolvimento de JK, por considerá-la muito próxima das idéias que vinham formulando.

Juscelino Kubitschek, em declarações públicas, prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa, que se diferenciava dos demais órgãos universitários por estar voltado para o estudo dos problemas brasileiros. Dentro do ISEB, os principais formuladores do projeto de desenvolvimento nacional foram Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Para esses intelectuais, o Brasil só poderia ultrapassar a sua fase de subdesenvolvimento pela intensificação da industrialização. A política de desenvolvimento deveria ser uma política nacionalista, a única capaz de levar à emancipação e à plena soberania. A partir da identificação de dois grupos defensores de interesses divergentes, o ISEB propunha a formação de uma "frente única" integrada pela burguesia industrial e seus aliados para lutar contra a burguesia latifundiária mercantil e o imperialismo. A luta seria travada, em suma, entre nacionalistas e "entreguistas" - aqueles que tendiam a vincular o desenvolvimento do Brasil à potência hegemônica do capitalismo, os Estados Unidos. Os militares que depuseram o presidente João Goulart em 31 de março de 1964 decretaram a extinção do ISEB pouco depois, em 13 de abril.

⁵ A comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi instituída pela resolução 106(VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar no mesmo ano. Na resolução 1984/67, de 27 de julho de 1948, por um período experimental de três anos. Em 1951 a Cepal torna-se entidade permanente da ONU. A própria transformação da Cepal em órgão permanente da ONU foi decisivamente auxiliada pela pressão dos governos do Brasil, do México e do Chile. Posteriormente o Conselho decidiu que a Comissão passava a chamar-se de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A Cepal é uma das cinco comissões regionais da ONU e sempre esteve sediada em Santiago do Chile. Sua função é contribuir para o desenvolvimento da América Latina inclusive o Caribe.

⁶ Em agosto de 1950 Luiz Carlos Prestes, líder do PCB na época, divulgou um manifesto por ele elaborado e ratificado em maio de 1949 pelo comitê central do partido. Ficando conhecido como o *Manifesto de agosto*, o novo programa atribuía ao capital estrangeiro e ao latifúndio o papel de grandes obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, propondo ainda a formação de uma frente democrática de libertação nacional, que deveria conduzir a luta das massas até formas "mais altas e vigorosas, inclusive choques violentos com as forças de reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo poder e à libertação nacional".

e anti-feudal, ou seja, a revolução que estava no horizonte do Brasil e das demais nações da periferia latina era a revolução burguesa de caráter Democrático-Popular. Decorria daí a possibilidade de aliança com uma parte progressista da burguesia. Esta perspectiva enfocava a necessidade de estabelecer algum controle sobre os trustes internacionais, principalmente norte-americanos, e apoiar totalmente a reforma agrária com vistas à garantia da posse da terra pelos camponeses brasileiros.

Caio Prado Jr. combateu isoladamente em sua época a tese de que houve em nosso passado algum tipo de feudalismo que permanecia subjacente à contemporânea realidade nacional que impedia a consolidação do país como um país capitalista moderno.

“Infelizmente boa parte da literatura que se trata entre nós do assunto, e sobretudo a que provém de nossos marxistas economistas, se apresenta em formulações muito gerais e imprecisas, empregando expressões vagas e sem conteúdo bem caracterizado e definido. É o caso, entre outros, de expressões como “restos feudais”, relações pré-capitalistas de produção”... (Prado Jr., 1960, p. 157)

Para Caio Prado a permanência do arcaísmo econômico brasileiro, sobretudo no universo rural, foi extremamente funcional ao desenvolvimento do nosso capitalismo.

1.1.1 Caio Prado Jr. e sua produção teórica a partir da Revista Brasiliense

Visando edificar um entrelaçamento entre o passado, o presente e o futuro via materialismo histórico dialético, Caio Prado Jr. evita a concepção de desvio e também a idéia de etapas de desenvolvimento. Caio Prado Jr. e Celso Furtado desenvolveram análises que se aproximam muitas vezes, da mesma forma, mas através de campos conceituais distintos eles criticam o formalismo analítico da ciência econômica pura. A superficialidade analítica é prática entre quase todos os economistas, para Caio Prado Jr. eles economizam seus esforços teórico-conceituais ao aplicarem de forma simplória e arbitrária conceitos criados para explicar a realidade dos países desenvolvidos. Não é unicamente pelos aspectos econômicos que devemos explicar a nossa realidade e as

nossas peculiaridades, a coexistência entre o arcaico e o moderno na realidade brasileira só pode ser elucidada em seu aspecto social conjunto.

Sem investigações feitas com espírito objetivo e em profundidade, não somente não será possível dar-lhe soluções adequadas como também nos arriscamos a fabricar ou difundir funestas ilusões como essa a que nos pode levar um progresso a tanto respeito notável, mas que mal dissimula, sob o extraordinário desenvolvimento dos grandes centros urbanos, o atraso econômico do país.

Este atraso torna-se particularmente sensível na estreita dependência do estrangeiro para a satisfação de necessidades fundamentais de nossa vida. (Prado Jr., 1956, p. 1, nº1)

Caio Prado Jr., em seu artigo *Nacionalismo brasileiro e capital estrangeiro*, de 1956, chama a atenção para a fragilidade da nação que se manifesta historicamente desde a nossa formação. Noutros termos, o Brasil como integrante da periferia capitalista ocupa historicamente uma posição complementar e por isso talvez nunca participará plenamente do que o sistema pode proporcionar de ganho. No entanto, o capitalismo brasileiro sofre na sua plenitude os aspectos negativos que atravancam o nosso processo de desenvolvimento. Nesse sentido, ele pretende defender o país da sujeição no plano econômico internacional. “O nosso atraso econômico tem diferentes causas históricas que mergulham no mais íntimo de nossa formação. (...) (...) Como recuperar essa distância? Investindo em um plano nacional irrestrito”. (Prado Jr., 1956, p. 83, nº2)

Para ele, a posição excêntrica e periférica que ocupamos no sistema internacional do capitalismo se manifesta nas relações comerciais internacionais. “São as questões do comércio exterior e de cambio, aliás intimamente ligadas entre si, ambas função uma da outra, que se encontram na base de todas nossas dificuldades mais sérias”. (Prado Jr., 1956, p. 84, nº2) Dito de outra forma, um país dependente de capitais e investimentos é submetido a aceitar que fatores totalmente estranhos atuem diretamente em sua economia. Logo, seu equilíbrio e estabilidade econômica correm riscos graves e inteiramente imprevisíveis. Portanto, “O nacionalismo (...) (...) inspira uma luta que não cessará tão cedo, enquanto o Brasil for um país de franco

desenvolvimento em face de poderosas forças econômicas e financeiras internacionais". (Prado Jr., 1956, p. 93, nº2)

A preocupação de Caio Prado Jr. é investigar as condições e possibilidades do desenvolvimento brasileiro. Como um marxista, ele se presta a missão de entender o presente para poder propor saídas para os impasses nacionais. Com isso sua produção teórica não se resume a "transformar a filosofia marxista numa espécie de chave mestra, numa coleção de citações". "A tarefa dos pensadores marxistas consiste assim em abordar novas questões e abrir perspectivas e horizontes". (Prado Jr., 1956, p. 47, nº3) Seguindo sua missão, Caio Prado em *A crise em marcha*, que constitui o último capítulo da nova edição de *História econômica do Brasil*, analisa o desenvolvimento da economia brasileira desde a última Guerra Mundial, quando as circunstâncias excepcionais da Guerra suscitaram a prosperidade econômica e estimularam a industrialização via substituição de importações.

O autor critica a forma como o processo de industrialização e modernização da economia brasileira caminha irregularmente gerando contradições que, segundo ele, comprometerão nosso futuro. Este diagnóstico leva à conclusão de que o desenvolvimento industrial do país exige medidas profundas e previamente planejadas, de natureza muito mais geral que as simples providências imediatas fundadas em circunstâncias excepcionais. Como a indústria e as iniciativas econômicas propriamente nacionais se encontram em posição de desvantagem com relação aos empreendimentos do capital e dos trustes internacionais, cabe a nossa nação romper com os interesses econômicos e políticos norte-americanos com relação ao Brasil, que por seu lado, vislumbra o Brasil como mero fornecedor de certas matérias-primas estratégicas e de fundamental importâncias, colocando-nos a seu serviço e na posição de simples elementos subsidiários dos grandes trustes e monopólios internacionais.

Em suma, o processo de industrialização não constitui entre nós, ou antes não tem constituído essencialmente um processo de conjunto, internamente entrosado e articulado em suas diferentes partes, exprimindo um crescimento orgânico de um complexo econômico social; e sim, fruto de circunstâncias ocasionais e conjunturais, forma ainda uma excrescência que afeta partes mínimas e aspectos excepcionais do país e de sua população que está longe de penetrar além da superfície e em extensão apreciável. (Prado Jr., 1956, p. 33, nº6)

Neste sentido, para Caio Prado, a crise do nosso sistema colonial tende a se manter, ou ainda se acentuar conforme avança nosso processo de industrialização. Para corrigir ou ao menos amenizar as contradições do nosso desenvolvimento seria necessária a intervenção estatal. Caio Prado Jr. salienta que:

O liberalismo econômico e a irrestrita liberdade de iniciativa não são assim de admitir entre nós. Trata-se quando muito de um luxo de países ricos e que o nosso não comporta. O estado precisa ser no Brasil altamente intervencionista na economia, não somente para orientar convenientemente a iniciativa privada no sentido de um máximo aproveitamento com o mínimo de desperdício de esforços e recursos, mas ainda para ele próprio assumir as iniciativas que se fazem necessárias e para as quais a iniciativa privada se mostra incapaz e insuficiente. (Prado Jr., 1957, p. 10, nº 9).

Com efeito, nossa saída consiste fundamentalmente em construir e estruturar um Estado capaz de promover o crescimento econômico e atender às necessidades sociais de seus habitantes, assegurando-lhes um padrão de existência condizente com o grau de desenvolvimento do capital nacional.

O capitalismo brasileiro se está constituindo numa época em que já não encontra mais condições semelhantes àsquelas em que o sistema se formou e desenvolveu em outros lugares. Não pode, portanto assumir o mesmo caráter; e não pode, sobretudo se fundar numa livre e irrestrita iniciativa privada que não tem cabimento no mundo de nossos dias. (Prado Jr., 1957, p. 17, nº 9)

Contrário à idéia de que os investimentos estrangeiros associados aos capitais nacionais por si só dinamizam a economia brasileira, Caio Prado, entende que o Estado deve estruturar-se para defender a economia nacional contra o capital especulativo.

O Brasil, na medida em que for integrando ao capitalismo moderno também verá como outros países viram a formação destas concentrações imensas de interesses financeiros que caracterizam o capitalismo de nossos dias, e que se não encontrarem pela frente a

oposição decidida do Estado, evoluirão irresistivelmente para o domínio completo da evolução do país. (Prado Jr., 1957, p. 18, nº 9)

É importante salientar que o argumento de Caio Prado em defesa do Estado nacional consiste em esclarecer que a entrada de capital sob forma de investimentos estrangeiros, se contribuem para a formação de capitais, fazem-no em benefício dos titulares estrangeiros daqueles investimentos. Não se trata, portanto de capital nacional, e sim estrangeiro que representa, para o conjunto do país, um endividamento altamente perigoso e prejudicial, pois não tem limite de crescimento.

A moderna evolução econômica do capitalismo no sentido da trustificação, e a tendência para o monopólio, resultam, segundo Caio Prado Jr., da natureza do próprio sistema que no seu dinamismo incessante nos força à adaptação sob pena de eliminação. Contudo isto não implica aceitarmos de maneira passiva a subordinação às vontades do capital internacional. Conseqüentemente deveríamos rejeitar a associação da poupança nacional com as finanças internacionais, pois segundo o autor, somos “nós mesmos que estamos fornecendo uma boa parte do capital dos empreendimentos estrangeiros, nós que apelamos para esses investimentos, segundo se alega, porque somos pobres de capitais...” (Prado Jr., 1959, p. 5, nº 23)

O nacionalismo de Caio Prado está intimamente relacionado com a sua crítica à idéia de desenvolvimento unilinear e homogêneo contido na economia clássica. Segundo a teoria corrente e ortodoxa do desenvolvimento, criticada por Caio Prado, o caminho percorrido para o desenvolvimento seria o mesmo qualquer que seja o país e a situação considerados. Com efeito, devemos considerar o sistema capitalista mundial como uma relação de dominação do centro capitalista desenvolvido com a subordinação e exploração da periferia subdesenvolvida.

No sistema internacional do capitalismo de nossos dias, os países chamados subdesenvolvidos, ou antes uma parte deles que nisso se assemelham com o Brasil, ocupam posição periférica complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente que se caracteriza sobretudo e em primeiro lugar pela atribuição econômica subsidiária que lhes cabe de fornecerem produtos primários- matérias-primas e gêneros alimentares- aos países centrais do sistema. (Prado Jr., 1959, p.11, nº24)

O que Caio Prado Jr. propõe para um verdadeiro desenvolvimento econômico nacional é uma industrialização realizada por conta de empreendimentos nacionais e não estrangeiros, para ele esta seria a principal medida para a transformação radical dos próprios alicerces em que se sustenta a economia do País, a fim de que suas forças produtivas deixem de ser subsidiárias do mercado internacional. Se, e somente se buscar-se esta reorientação econômica seria possível o atendimento das necessidades da massa da população brasileira.

A fragilidade econômica brasileira, em razão de nossas deficiências estruturais, gera o problema do financiamento do desenvolvimento. Caio Prado chega a sugerir, na época, que deveríamos parar de pagar os serviços da dívida e começarmos a ter um controle rigoroso no câmbio. Confiando que atravessávamos no início da década de 60 um momento decisivo Caio percebe que a reforma agrária, o estímulo das forças produtivas e a estabilização financeira que deveriam balizar a emancipação econômica definitiva do País, e das quais depende a própria subsistência da massa da população brasileira, não pareciam possíveis dentro do horizonte de possibilidades da época.

“Num dos momentos mais graves e decisivos da nossa história, que é sem dúvida o que ora atravessamos, a política brasileira se apresenta inteiramente sem rumos precisos, ou melhor, sem nenhuma perspectiva de como levar a cabo as consideráveis tarefas administrativas que se propõem.” (Prado Jr., 1961, p. 1, nº 38)

Assim sendo, ele passa a ver a necessidade real dos investimentos estrangeiros para dinamizar nosso desenvolvimento. Chega a desenvolver a idéia da criação de um “conselho de investimentos estrangeiros” com legislação própria- controlar os fluxos dos investimentos externos e garantir sua funcionalidade para o nosso desenvolvimento econômico planejado. A intenção era controlar e direcionar segundo um plano de desenvolvimento estritamente nacional os fluxos dos investimentos externos necessários.

“O país precisa, não há dúvida, de capitais estrangeiros. Mas não de quaisquer capitais, e sim sobretudo daqueles necessários ao financiamento da importação de equipamentos industriais que não produzimos ainda, e que são necessárias para a industrialização do País; bem como financiamento de grandes projetos de aparelhamento

de base da economia brasileira, para os quais nos faltam recursos desde logo disponíveis.” (Prado Jr., 1962, p. 7-8, nº 39)

Se for bem verdade que a fragilidade econômica brasileira ocorre em razão de deficiências estruturais que recolocam incessantemente o problema do financiamento do desenvolvimento, também é verdade que o desenvolvimento capitalista resume-se à exploração do trabalho, uma vez que, no contexto internacional, se reproduzem as relações de exploração: o Brasil, e a periferia em geral, é explorado. Enquanto a periferia exporta matéria-prima e importa produtos industrializados, o núcleo capitalista avançado drena o capital aqui ampliado.

Com efeito, Caio Prado reconhece que o desenvolvimento industrial havia chegado a tal ponto que forçava uma mudança radical que representava a possibilidade de avançarmos rumo à superação da condição de periferia exportadora de matérias primas. Com efeito, “trata-se pois de apressar o processo de transformação e orientá-lo convenientemente, realizando com isso a reforma estrutural da economia brasileira capaz de elevar a um novo plano liberto inteira e definitivamente de seu passado colonial.” (Prado Jr., 1962, p. 198, nº42)

1.1.2 *História e Desenvolvimento*, uma obra prima de Caio Prado Jr

Nas palavras do autor:

... o desenvolvimento e crescimento econômico constituem tema essencialmente histórico, e ao contrário do tratamento que lhe vem sendo dado pelos economistas, não pode ser incluído em modelos analíticos de alto nível de abstração, e deve ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado. [...] [...] Sobretudo quando se trata em particular do “subdesenvolvimento” – como se dá no caso brasileiro – que constitui o característico dos países que não apresentam nas suas instituições as formas amadurecidas do capitalismo, ou não oferecem

nas suas origens as formas clássicas das quais envolveu esse capitalismo. (Prado Jr., 1978, p. 15-16)

A economia clássica parte de uma situação ideal e semelhante em nível global para construir seu conceito de sociedade tradicional, entretanto esse é um modelo construído a partir das experiências européias e não pode ser generalizável mecanicamente. Segundo esta perspectiva o subdesenvolvimento é verificável nas fases de recessão a contratação do ciclo econômico, portanto ele é circunstancial.

Contudo aí pára a teoria, não procurando explicar o surgimento daqueles fatores que possibilitaram o quadro do subdesenvolvimento. Nem mesmo se propõe a ligar o surgimento desse “desvio” com as condições próprias específicas da situação e com a conjuntura do momento em que sucedeu seu surgimento. Ora, para Caio Prado Jr. é precisamente isso o que mais importa. A saber, o processo histórico global e de conjunto que liga o passado ao presente e que forja naquele passado as perspectivas para o futuro. “É na especificidade própria de cada país que se há de indagar do processo pelo qual ele se formou, evoluiu, cresceu e desenvolve, ou se pode desenvolver e como, a fim de aparelhar-se aos padrões do mundo moderno”. (Prado Jr., 1978, p. 31) Para Caio Prado Jr. a independência nacional brasileira não alterou essencialmente a posição da ex-colônia, que continuará como dantes: O Brasil, um país marginal e periférico no sistema econômico internacional, contribui para o sistema mercantil como fornecedor de produtos primários. Em linhas bem gerais o que aconteceu foi que o surgimento de um mercado interno forçou a desestruturação do pacto colonial e a reordenação do sistema tradicional em novas bases econômicas.

Segundo Caio prado Jr., é graças à produção do açúcar que se tornou viável levar adiante a colonização do Brasil, o que tornará efetivamente possível ocupar boa parte do território brasileiro, lançando as bases para a construção da nação. Assim sendo,

... destaca-se o fato cuja caracterização é essencial para a compreensão da formação brasileira, a saber, que não é a economia do açúcar que se conforma e adapta às necessidades de uma sociedade preexistente que nela procura a base econômica de sua subsistência. E sim é esta sociedade que se origina, dispõe e organiza em função da finalidade

precípua de produzir açúcar e assim realizar um negócio”. (Prado Jr., 1978, p. 48)

O açúcar é uma mercadoria exclusiva do capitalismo e seu cultivo inaugura a agricultura propriamente comercial. A mercantilização agrária é um fato moderno e a monocultura escravista exportadora não era empresa para pequenos proprietários. No Brasil as contradições capitalistas seriam mais nítidas, aqui a escravidão foi a base de uma sociedade que se autodenominava liberal. Tudo isso anulava a idéia de que a economia liberal promove a liberdade individual na forma de trabalho assalariado. Caio Prado Jr. nos leva a crer que o capitalismo em seu processo de expansão mundial não hesita em utilizar as práticas sociais mais conservadoras possíveis.

No Brasil sempre tivemos “a miséria e a fome a ombrearem com a prosperidade”. Conforme se obtinha êxito na lavoura ligada à exportação mais a agricultura de alimentos ligada a subsistência interna perdia espaço.

Transparece aí nitidamente o interesse de classe gerado nas circunstâncias peculiares no sistema sócio-econômico da colonização, bem como nas contradições, a que ele dá lugar. Era o apelo do lucro comercial que barrava a aplicação de medidas que iam ao encontro da necessidade da massa da população que não participava daquele lucro. (Prado Jr., 1978, p. 69)

A composição social brasileira acarreta um modelo econômico que remete a uma resistência à diversificação. De um lado, uma pequena minoria de proprietários, do outro, a grande massa de trabalhadores escravos, desclassificados ou marginais. Deriva daí que a composição dos consumidores também é dividida em consumidores de nível econômico extremamente baixo e insuficiente para estimular o mercado, e em uma pequena minoria que tem um padrão de consumo tão elevado que a colônia não tem condições de atender. O resultado é uma estrutura incapaz de estimular o mercado interno por sua dinâmica própria. “Em tais condições, a economia brasileira não terá outros horizontes que monotonamente se repetir e evoluir através de sucessivos ciclos estreitamente subordinados à conjuntura do mercado externo para um ou outro gênero primário da produção colonial”. (Prado Jr., 1978, p. 72) Com efeito, essa ausência de

estímulos circunscreve um círculo vicioso e faz afirmar a condição subalterna da economia brasileira.

Segundo Caio Prado Jr. a transformação do capitalismo comercial em capitalismo industrial abriu possibilidades de romper com algumas amarras da deficiente estrutura econômica nacional. O rompimento do pacto colonial pôs fim ao privilégio da metrópole nas transações comerciais internacionais. Conforme o comerciante ia perdendo espaço para o empresário a venda de produtos passava a ser o objetivo central da economia e com isso o pacto deixava de ser interessante ao impedir a proliferação de possíveis consumidores. Segundo o autor: "O que de original se introduz na evolução econômica brasileira graças, sobretudo, ao novo condicionamento internacional em que ela se verifica, é a tendência para sua transformação qualitativa". (Prado Jr., 1978, p. 80)

Para a nova conjuntura capitalista o Brasil e as demais nações latino-americanas tornaram-se elementos complementares e indispensáveis do sistema internacional. O abastecimento de grande parte da matéria prima imprescindível à indústria que passou a ser o dinamo do sistema depende totalmente destes países, bem como, em maior proporção ainda, dos alimentos para garantir a subsistência dos grandes contingentes demográficos que agora se concentram nos grandes centros urbanos.

O Brasil se integra e amplia suas funções como economia exportadora em consequência da inflexão deste progresso, tendo assim início um processo de desenvolvimento que se refletirá no conjunto da vida econômica do país. O crack de outubro em 29 abriu uma nova frente de evolução econômica do país, abrem-se perspectivas para um outro tipo de economia, que é de se esperar, revolucionária. "A desvalorização, encarecendo os produtos de importação, atuará como um incentivo à produção nacional de substitutivos". (Prado Jr., 1978, p. 110) Acabava a fase passada assentada na exploração de gêneros primários. Reflexo de um desequilíbrio monetário de um círculo vicioso que ampliava nossos débitos sob forma de pagamento dos serviços dos empréstimos, a industrialização brasileira nos primeiros anos da República coincide com a brusca e forte desvalorização cambial então verificada. As iniciativas industriais se multiplicaram diante da crise mundial e o nosso progresso se acentuou assombrosamente. "Os grandes momentos de prosperidade da indústria serão sobretudo aqueles em que a moeda se desvaloriza." (Prado Jr., 1978, p. 111)

Para Caio Prado Jr., freqüentemente a economia realizada com a produção interna substitutiva se anula com a importação de insumos necessários àquela produção

que o país não estava em condições de produzir, ou não produzia suficientemente. Resultaram daí os inconvenientes de uma má estruturação industrial com baixo nível tecnológico e administração financeira precária. Onde, no entanto se revela de maneira mais acentuada o aspecto negativo da industrialização brasileira é na sua deficiência de perspectivas razoáveis devido ao mercado interno restrito que lhe serve de base. Neste sentido, apesar das transformações a estrutura da sociedade brasileira conservou seus traços originários. A inferiorização sócio-econômica de suas classes trabalhadoras e populares e a permanência dos baixos padrões culturais e materiais seriam a prova disso.

a industrialização não logrou suscitar uma atividade econômica capaz de absorver e ir incorporando, em nível adequado, o crescimento demográfico verificado no país, e em particular disfarçado que se observa no Brasil e a progressiva marginalização de importantes contingentes demográficos que daí resulta comprovam o fato. (Prado Jr., 1978, p. 123)

Caio Prado Jr. pensava no socialismo pós-desenvolvimento de um capitalismo nacional. Para ele a participação do capitalismo internacional na economia brasileira agravaria a situação de subdesenvolvimento. A transformação da nossa economia e a libertação do seu passado colonial só poderiam vir com autonomia em relação aos investimentos estrangeiros.

Como a industrialização via substituição de importações não incorporou as massas o nosso mercado interno não conseguiu se afirmar como incentivo a continuação do desenvolvimento. Conforme Caio Prado Jr. esta ausência de um mercado interno razoável ocupa entre nós o centro da problemática do desenvolvimento. Tanto é assim que ele chama a atenção dos economistas para a importância do problema. "O mercado interno não é assim, como ordinariamente se considera na teoria econômica usual, e efetivamente acontece em regra, paralelo ao externo e situado em plano semelhante. Ele é função desse último. Pode-se dizer que ele deriva". (Prado Jr., 1978, p. 139)

A nossa posição dependente e subsidiária como economia satélite que se organiza para servir objetivos e necessidades econômicas alheias é que determina nossa história como nação. Segundo a análise de Caio Prado Jr. a nossa condição periférica determina nosso subdesenvolvimento.

Grosso modo, segundo as análises de Caio Prado, a economia brasileira como resultante do processo histórico em que se formou e evoluiu até nossos dias acumula contradições em que se debate e em que se conforma principalmente na preservação de um sistema que, “vindo do passado e embora já obsoleto e anacrônico, persiste e põe obstáculos ao desenvolvimento”.

1.1.3 A revolução brasileira

Em *A Revolução Brasileira* Caio Prado Jr. chama a atenção para os inúmeros equívocos tanto teóricos como práticos que a idéia de um feudalismo brasileiro teria levado a esquerda brasileira a cometer. Chega a afirmar que não existe uma oposição, mas uma combinação entre os setores mais conservadores e os setores mais progressistas da burguesia. A idéia de que haveria um dualismo em nossa economia e que este seria funcional à manutenção do sistema é válida para Caio Prado Jr. Segundo ele: as

sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho da agropecuária brasileira, longe de gerarem obstáculos e contradições opostas ao desenvolvimento capitalista, têm pelo contrário contribuído para ele. O negócio da agricultura – e é nessa base que se estrutura a maior e principal parte da economia rural brasileira – não se mantém muitas vezes senão graças precisamente aos baixos padrões de vida dos trabalhadores, e ao reduzido ao custo da mão de obra que emprega. (Prado Jr., 1978, p. 105)

Em síntese, o desenvolvimento histórico brasileiro analisado pelo autor se caracteriza pelas contradições que se desenvolvem paralela e intimamente relacionadas: um setor, o tradicional, centrado na produção de gêneros primários destinados à exportação; o outro, moderno, emergente deste e constituído em seu seio, mas que se volta para o mercado interno, e tem por base essencial a indústria.

Com efeito, Caio Prado procura desenvolver uma análise da formação nacional que entende o surgimento da sociedade brasileira como resultado da expansão ultramarina do capitalismo europeu. Para ele a transição da colônia para a nação ou a formação do Estado nacional procedeu sem a clássica acumulação capitalista que teria

acontecido nos países de capitalismo original. Neste sentido, Caio Prado fugiu da ilusão de que o Brasil e os países latino-americanos pudessem repetir o passado, o presente e o futuro do núcleo de países de capitalismo original; com isso ele buscou demonstrar através de uma análise histórica como era impossível para a América Latina repetir historicamente os mesmos estágios evolutivos do capitalismo.

1.1.4 Comentários de alguns intelectuais sobre Caio Prado Jr.

Segundo Florestan, como consta no prefácio ao livro *História e desenvolvimento*, de Caio Prado Jr., o autor perde fecundidade quando não nota que há um deslocamento inflexivo da economia nacional com a aparição e expansão do capital financeiro típico do capitalismo monopolista. Para Florestan “o capital mercantil não desaparece, mas perde sua função hegemônica determinante”.

Apesar desta crítica Florestan chama a atenção para a abordagem inovadora da história nacional que Caio Prado realiza, ele é o primeiro a perceber a debilidade empresarial nacional tanto em suas idéias como em suas práticas reais. Assim sendo, sublinha o arcaísmo da iniciativa privada, ou melhor, sublinha que a burguesia nacional não tem força política e econômica suficiente para prescindir da oligarquia como aliada. Aqui repousa a crítica incisiva que Caio Prado dirige ao pacto populista. Para ele a aliança entre operários e burguesia industrial não teria como ser mantida por muito mais tempo em um contexto de refluxo do desenvolvimento econômico.

Para Carlos Nelson Coutinho Caio Prado contribuiu para o enriquecimento do próprio conceito marxista de vias “não clássicas” para o capitalismo. Segundo Coutinho, Caio Prado se aproxima em muitos pontos do ‘estagnacionismo’ contido na idéia de desenvolvimento do subdesenvolvimento formulada posteriormente pelo marxista André Gunder Frank. *A Revolução Brasileira*, publicada em 1966, teria sustentado a ideologia da ultra-esquerda no Brasil, que se fundamentava no falso dilema entre socialismo e desenvolvimento ou ditadura fascista com estagnação econômica.

Para a esquerda brasileira como um todo ficou a lição de que a herança colonial permanece na postura de uma burguesia brasileira que muitas vezes não é nem nacional e muito menos democrática. Neste sentido e finalizando esta análise um tanto superficial sobre um teórico do porte de Caio Prado Jr. Cito agora um último lembrete: “é a ação popular que deverá inspirar e orientar a elaboração da legislação necessária, a

fim de que ela corresponda efetivamente à realidade e às necessidades concretas” (Prado Jr., 1961, p.13). Portanto, devemos procurar constituir um partido de massas devidamente organizado para interpretar as aspirações do povo brasileiro.

1.2 Celso Furtado e o nacional-desenvolvimentismo no Brasil

Pode-se afirmar, sem exageros, que com a publicação de *Formação Econômica do Brasil*, em 1959, Celso Furtado tornou-se referência indispensável e essencial no tema da compreensão da formação e desenvolvimento do Brasil desde seu início colonial até os dias de hoje, além de consagrar-se como um participante efetivo que foi na luta e formulação de políticas para nosso desenvolvimento industrial.

Celso Furtado foi o principal expoente do desenvolvimentismo nacional e ainda é um dos principais nomes de nossa intelligentsia. Politicamente ele marcou uma nova visão de mundo para a nação brasileira e para toda América Latina contribuindo diretamente para a conquista de sua soberania e de seu progresso ao longo de quase todo século XX.

O objetivo de Furtado sempre foi o de desvendar o processo pelo qual se constituiu o capitalismo na periferia latino-americana. Ele perseguiu este objetivo de maneira sistemática na direção de esclarecer que o subdesenvolvimento nacional é resultado de um processo histórico que delineou a estrutura econômica nacional. Inserindo novas categorias analíticas que pudessem explicitar as formas de apropriação do excedente e da dominação histórica política e cultural, Furtado em sua perspectiva teórica atrelou o subdesenvolvimento das economias periféricas capitalistas à permanência de elementos arcaicos.

Nós vimos que para Caio Prado, a ação dos Estados imperialistas é bastante concreta e decisiva na história brasileira, com isso a mobilidade do Estado brasileiro acaba por se restrita demais em suas análises. Já Celso Furtado valoriza essencialmente as possibilidades do Estado fortalecido pela industrialização nacional. Segundo Francisco de Oliveira,

... a meu ver, superava o obstáculo que Caio Prado Jr. não conseguiu superar, uma vez que para Furtado a industrialização completava o projeto nacional, enquanto para Caio Prado Jr. este projeto

continuaría incompleto enquanto perdurassem as condições de submissão ao imperialismo. (Oliveira, julho de 1997, p. 18)

Seguindo esta linha de raciocínio poderíamos inferir que Caio Prado Jr não percebeu o que Furtado rapidamente entendeu: que a existência de Estados periféricos industrializados altera profundamente as relações econômicas e políticas com o centro hegemônico. Furtado vê, de maneira muito mais incisiva, a industrialização como fortalecimento da soberania e como possibilidade de autonomia econômica e política do país. No contexto internacional a industrialização teria condição de romper o círculo vicioso em que se encerrava o subdesenvolvimento brasileiro. “Além disso, a teorização Cepalino-furtadiana abriria as portas para a futura elaboração da teoria da dependência”. (Oliveira, julho de 1997, p. 18)

O nacional-desenvolvimentismo expresso por Furtado baseava-se sobretudo nas idéias da Cepal e em Prebisch. Conforme Prebisch, Furtado insiste que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não só são processos paralelos, mas complementares. Noutros termos, eles postulam que o subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da propagação da revolução industrial. Pelo fato mesmo de que são coetâneas das economias desenvolvidas, as economias subdesenvolvidas não podem repetir a experiência dessas economias.

Conseqüentemente, por este foco de análise, mantém os traços típicos do método histórico estrutural: a crítica à “teoria das vantagens comparativas”⁷ no mercado global e a percepção de que a heterogeneidade estrutural e o dualismo dos países da periferia latina revelavam uma marcada assimetria entre estruturas de produção e de consumo internos, que reproduzem o atraso em todas as instituições nacionais. Assim sendo, toda assimetria entre centro industrializado e periferia explorada se reproduz também no plano doméstico ampliando o hiato entre as regiões nacionais e colocando em risco a unidade da nação. Portanto, o subdesenvolvimento, para Celso Furtado, é entendido dentro de um contexto internacional, mas também subsiste internamente nos centros de

⁷ A lei das vantagens comparativas expressa por David Ricardo, no início do séc. XIX, visa demonstrar que a abertura comercial é benéfica para as nações no sentido de que, mesmo que alguns países possuam desvantagens relativas em certos produtos, o bem estar mundial tende a aumentar com o crescimento das transações internacionais. Neste sentido a especialização da produção deveria ser a meta perseguida pelas economias nacionais, com isso indicava-se que os países marcados economicamente pelo setor primário não deveriam industrializar-se para não arriscarem as vantagens que auferiam no comércio mundial através da eficiência de seu setor primário.



decisões das nações periféricas desde as relações de produção até todos os níveis das estruturas sociais envolvidas no desenvolvimento.

1.2.1 Prebisch⁸ professor de Furtado

Raul Prebisch iniciou o movimento de emancipação intelectual dos latino-americanos no tocante às questões relativas ao nosso desenvolvimento, chamando a atenção para a necessidade de uma apropriação teórica crítica em relação às teorias vindas do centro capitalista. Deplorava que a ideologia neoclássica tivesse servido de guia ao caminho econômico seguido pela América Latina até então. Sem qualquer consideração pelas especificidades de nossa formação nacional, o aparato conceitual neoclássico desprezava o conteúdo social e seus problemas na periferia capitalista, de modo que reproduzia o subdesenvolvimento da periferia.

No contexto do pós-guerra em plena depressão econômica mundial, Prebisch “aconselhava seus colaboradores a ler menos as teorias mal digeridas dos centros e a pensar mais, a partir do que podiam observar da realidade latino-americana. Se a crise atual nos levar a nova fase de emancipação mental, ao menos terá servido para alguma coisa”.⁹

Em 1949, opondo-se à concepção expressa na perspectiva das vantagens comparativas Prebisch verificou que as relações econômicas entre centro e periferia tendem a ampliar o hiato que as separa. Assim sendo, para Prebisch à mão invisível restava castigar seus filhos bastardos localizados na periferia do sistema econômico mundial. A tendência à deterioração dos termos de troca acentuava as diferenças qualitativas, mesmo que se elevasse a média da produtividade global, pois os ganhos não eram divididos eqüitativamente. Nas palavras de Prebisch:

As grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável com que lograram desfrutar as populações dos grandes países. Daí as diferenças tão

⁸ Economista argentino, foi Secretário Geral da Cepal e posteriormente da Comissão das Nações Unidas para a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento UNCTAD (*United Nations Conference on Trade Development*). Prebisch formou-se pela Universidade de Buenos Aires, da qual é catedrático aposentado de economia política. Foi diretor de Estatística do Centro de Pesquisas Econômicas e do Banco da Argentina, subsecretário da Fazenda (1930-1932), assessor de finanças e da agricultura do governo (1933-1935), organizador e primeiro diretor-geral do Banco Central da Argentina (1935-1943).

acentuadas entre os níveis de vida das massas nestes e naquela, e as notórias discrepâncias entre suas respectivas forças de capitalização.¹⁰

João Manoel Cardoso de Mello confirma:

Há quase 50 anos , no estúdio de 1949, Raul Prebisch demonstrou que a idéia de harmonia dos interesses promovida pela concorrência capitalista era ainda mais falaciosa quando transposta para o plano internacional, o das nações, sob forma da teoria das vantagens comparativas: o desenvolvimento desigual da economia mundial, concebida nos termos da relação centro e periferia, tendia, ao contrário, a se reproduzir e se aprofundar sob a égide do livre mercado. (Mello, 1949, p. 48)

Pode-se afirmar que Prebisch inaugurou a perspectiva estruturalista latino-americana. Segundo esta concepção, o passado de exploração colonial funcional ao comércio internacional havia institucionalizado uma estrutura socioeconômica que bloqueava as possibilidades de desenvolvimento. Os países da periferia latina, dizia Prebisch, são sufocados pelos países do centro e submetidos a uma política restritiva, em relação à indústria, eles converteram-se em meros produtores de matérias primas em uma relação desigual entre centro e periferia.

A Cepal derivou suas avaliações da realidade latino-americana da validação conceitual dos termos “centro” e “periferia”. Seu diagnóstico evidenciava que a permanência de elementos de entrave ao avanço do desenvolvimento tinha causa nas relações de troca internacionais, através das quais o centro capitalista leva vantagens ao reter os frutos do progresso técnico. Para a Cepal, as economias centrais se caracterizam pela alta produtividade industrial e pela sindicalização da massa trabalhadora, ao contrário das economias periféricas que se assentam na exportação de bens primários, e na desorganização da classe trabalhadora; de modo que, somente as economias centrais tinham meios de defender os preços das mercadorias e os salários dos trabalhadores, nos momentos de crise e contração do mercado. O fato gerou a longo prazo o que os cepalinos chamaram de deterioração dos termos de troca. Em outras palavras, o poder dos sindicatos e dos empresários oligopolizados dos países centrais em momentos de

⁹ Maria da Conceição Tavares, Folha de São Paulo, 26 de agosto de 1999.



crise cíclica da economia consegue sustentar o preço dos produtos manufaturados mantendo o nível dos lucros e os altos salários, enquanto na periferia, a insipiência e a fraqueza de suas economias obriga a remeter os ganhos para o centro capitalista debilitando assim os lucros e vantagens auferidas na fase de ascensão da economia mundial.

Com efeito, a proposta para superação do atraso consistia em buscar a industrialização como o primeiro passo rumo ao desenvolvimento. Para que estes países tivessem a possibilidade de um desenvolvimento sustentável era necessário que lhes permitissem um certo protecionismo em relação ao comércio exterior e que estes promovessem estratégias de substituição de importações.

As experiências de industrialização substitutiva de importações, aceleradas pelos estrangulamentos externos provocados pelas duas guerras mundiais e pela depressão de 1929, a tomada de consciência da situação de atraso relativo da América Latina, a sistematização teórica e empírica realizada pela Cepal, enfatizaram a importância do desenvolvimento nacional, com ênfase na industrialização e na construção da infraestrutura.

1.2.2 A Cepal e suas principais idéias

Toda a periferia do capitalismo sofre pelo atraso em relação ao centro capitalista, uma vez que o centro é composto pelo núcleo de países que gerou o capitalismo e a periferia é formada pelo grupo de países que se formaram pela expansão necessária do capitalismo. Deste modo, os países periféricos têm uma dinâmica diferente daquelas nações que experimentaram um desenvolvimento capitalista anterior. A Cepal partiu deste pressuposto e coordenou uma frente desenvolvimentista que se insurgiu contra o liberalismo clássico e a tese da vocação agrária. Assim ela obteve o status de núcleo de resistência, contrapondo o desenvolvimentismo à ideologia liberal clássica, identificando a luta pela industrialização da América Latina como luta pela superação do subdesenvolvimento.

Da década de 50 à década de 70 a Cepal foi ponto de referência no que diz respeito às propostas de políticas econômicas para os países latino-americanos em desenvolvimento. Em sua origem a Cepal defendia uma política de industrialização por substituição de importações; na década de sessenta ela apontava a necessidade de



remoção dos entraves ao crescimento e à diversificação da atividade industrial; nos anos 70 criticava o caminho percorrido pelos vinte anos de intensa industrialização e crescimento econômico e protestava por uma reorientação nos estilos de desenvolvimento para um desenvolvimento com maior divisão da renda e com maior diversificação do setor exportador. Nestes contextos a Cepal explicava que a deficiência das economias de capitalismo tardio é a falta de heterogeneidade estrutural¹¹, sendo que esta falha vem da nossa formação capitalista e por isso é estrutural.

A Cepal afirmava: não há modelos econômicos puros. Com efeito, no método histórico estrutural utilizado tanto por Prebisch quanto por Celso Furtado¹², o peso que a história exerce sobre os condicionantes econômicos é explícita. A influência do pensamento keynesiano e do historicismo foram marcantes nos primeiros anos da Cepal. Contudo houve um desenvolvimento de um método singular que combina contribuições de diversos teóricos: Keynes, Marx, etc. Sublinha-se em primeiro lugar a busca por uma visão integral do desenvolvimento de maneira interdisciplinar, segundo, o esforço de transformar a realidade conforme o desenvolvimento de uma estratégia de ação prevista

¹¹ Termo cunhado para explicar a estrutura quase monolítica das economias periféricas que não possuem nem um parque industrial e nem um mercado interno suficientemente diversificado para dinamizar a economia interna sem necessidade de investimentos externos, ou seja, a falta de heterogeneidade estrutural é igual à falta de um conjunto de atividades que podem constituir uma dinâmica interna suficientemente capaz de auto-desenvolvimento.

¹² Celso Furtado é doutor em economia pela Universidade de Paris com a tese "A economia colonial brasileira"; fez parte quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhou na revista *Conjuntura Econômica*, foi Diretor da Divisão de Desenvolvimento da Cepal. Em 1950 publicou seu primeiro ensaio de análise econômica, "Características gerais da economia brasileira", na *Revista Brasileira de Economia*, da FGV. Em 1952, "Formação de capital e desenvolvimento econômico" é seu primeiro artigo de circulação internacional, traduzido para o *International Economic Papers*, da Associação Internacional de Economia. Em 1953, preside no Rio o Grupo Misto Cepal-BNDE, que elabora um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. O relatório do Grupo Misto, editado em 1955, será a base do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Em 1954, com um grupo de amigos, cria o Clube de Economistas, que lança a revista *Econômica Brasileira*. Em 1957 escreve a *Formação econômica do Brasil*, que será seu livro mais importante. Em 1958 volta ao Brasil, desliga-se definitivamente da Cepal e assume uma diretoria do BNDE. Nomeado interventor, pelo presidente Kubitschek, no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, elabora para o governo federal o estudo "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", origem da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede no Recife. Em 1961, como seu superintendente, encontra-se em Washington com o presidente John Kennedy, cujo governo decide apoiar um programa de cooperação com o órgão, e, semanas depois, com o ministro Ernesto Che Guevara, chefe da delegação cubana à conferência de Punta del Este, para discutir o programa da Aliança para o Progresso. Em 1962 é nomeado, no regime parlamentar, o primeiro titular do Ministério do Planejamento, quando elabora o Plano Trienal apresentado ao país pelo presidente João Goulart por ocasião do plebiscito visando a confirmar o parlamentarismo ou a restabelecer o presidencialismo. No ano seguinte deixa o Ministério do Planejamento e retorna à Superintendência da SUDENE, quando concebe e implanta a política de incentivos fiscais para os investimentos na região. Teve seus direitos políticos cassados por dez anos pelo Ato Institucional nº 1, publicado três dias depois do golpe militar de 31 de março de 1964. É Doutor Honoris Causa da Universidade Técnica de Lisboa, Estadual de Campinas-UNICAMP, Federal de Brasília, Federal do Rio Grande do Sul, Federal da Paraíba e da Université Pierre Mendès-France, de Grenoble, França.

no amadurecimento das críticas ao subdesenvolvimento, e por último, mas não menos importante, a busca por uma integração latino-americana de acordo com a convergência de interesses dentro do cenário econômico global.

A Cepal enfatizava que o essencial era notar que existe uma especificidade na inserção internacional das economias latino-americanas que forjam sua estrutura débil e dependente dos investimentos externos. A importação de tecnologia vinda das economias centrais e que, portanto não se encaixa como devia em nosso sistema produtivo provoca um desarranjo econômico. Como consequência temos, por exemplo: dificuldade de propagação do progresso técnico, desemprego estrutural gerado pela implantação de tecnologias que poupam trabalho em regiões com alta oferta de mão de obra, etc. Para estes males a Cepal prescrevia o planejamento e a intervenção estatal a fim de corrigir as falhas estruturais que atravancavam nosso desenvolvimento. A Cepal reivindicava também a distribuição global dos frutos do progresso e a igualdade de oportunidades no contexto internacional países da periferia capitalista, já que de certa maneira a dinâmica internacional afeta diretamente as possibilidades de desenvolvimento de cada país especialmente dos países mais pobres.

Um dos principais pontos teóricos da Cepal: a elaboração do chamado modelo de desenvolvimento dual. Com efeito, o pensamento cepalino identificou nas economias periféricas uma coexistência entre arcaísmo e modernidade. Se por um lado o setor atrasado poderia fornecer mão-de-obra barata para o setor moderno em expansão, por outro a existência da dualidade retardaria o aumento da produtividade na economia. Segundo Furtado, a oferta agrícola própria do setor tradicional seria inelástica, não correspondendo ao aumento da demanda nos centros urbanos, criando sérios pontos de estrangulamento e provocando inflação, pela elevação de preços de alimentos e matérias-primas. A solução deveria incluir a reforma agrária que transformasse latifúndios e minifúndios em empresas agrícolas, aumentando a oferta e reduzindo os preços dos alimentos nas cidades. Desse modo, segundo o raciocínio de Furtado, seria possível manter os níveis de emprego e dinamizar o setor moderno da economia, impulsionado o processo de industrialização.

Neste sentido, a Cepal indicava que nas sociedades latinas havia setores conservadores que resistiam à industrialização e setores modernos que eram a favor da industrialização e, portanto progressistas. Logicamente, a Cepal fazia parte da por assim dizer aliança para o progresso, na qual burguesia industrial e operariado deveriam lutar juntos a fim de liquidar a aliança dos latifundiários ou burguesia agro-exportadora com

o imperialismo ou o capital internacional. Deriva dessa visão dualista das economias periféricas latinas uma política nacionalista que previa a aliança de classes que até então na história do capitalismo eram tratadas como essencialmente antagônicas. Este ponto de vista demonstra a especificidade da periferia capitalista que, segundo a Cepal ainda conservava certos traços pré-capitalistas que deveriam ser eliminados. Conseqüentemente a revolução burguesa só se completaria aqui se o nosso incipiente proletariado e nossa frágil burguesia se unissem em torno da construção de um projeto de industrialização nacional coordenado pelo Estado em um governo democrático burguês.

Desde a sua origem nos anos 1930 e 1940, o desenvolvimentismo foi uma ideologia econômica com fortes vínculos com o nacionalismo. Entre os que acreditavam que a industrialização era a via para sair da pobreza, a maioria postulava que não podia esperar o concurso do capital estrangeiro para este fim. Os mais radicais viam o capital estrangeiro como um grupo monolítico de interesses imperialistas e antagônicos ao projeto. E entre os mais moderados, predominava a visão de que, pelo menos nos setores fundamentais do processo de industrialização –como energia, transporte e mineração – o Estado deveria garantir que o controle das decisões fosse nacional. (Bielchowsky, 1996, p. 26)

Os cepalinos insistiam que o método histórico estrutural não previa estágios uniformes de desenvolvimento, ou seja, para eles, não há somente um único percurso possível para se atingir o status de nação desenvolvida, e muito menos há um porto seguro que qualquer nação possa atingir e passar a ser para sempre referência de desenvolvimento. O pensamento de Celso Furtado frisa bem essa diferenciação em relação ao pensamento liberal clássico. Em linhas gerais, o método histórico estrutural analisa a forma como a estrutura produtiva e as instituições herdadas historicamente condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e, conseqüentemente, provocam comportamentos que são diferentes dos das nações mais desenvolvidas.



1.2.3 Formação Econômica do Brasil

No seu clássico, *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado realiza uma profunda análise macroeconômica histórica sistematizada da formação do Brasil. Trata-se de uma nova análise elaborada através de um campo conceitual distinto tanto do marxismo bem como da economia clássica. O estruturalismo de Furtado demonstra, coincidentemente a Caio Prado Jr., que o Brasil, em sua fase colonial, já surgiu como produto da expansão do capital mercantilista que estava ocorrendo na Europa do século XVI. Neste sentido, o desenvolvimento do país teria impulso muito mais devido a fatores internacionais do que a movimentos internos de acumulação.

Destacamos *A Economia Brasileira*¹³, anterior a *Formação Econômica do Brasil* em que coloca pela primeira vez a tese do deslocamento do centro de decisões da economia brasileira via industrialização e consolidação do Estado, com a dinâmica interna passando a ter prioridade nas decisões acerca dos rumos econômicos tomados pelo país.

O Brasil, em sua fase colonial surgiu como produto da expansão do capital mercantilista acumulado na Europa do século XVI. Mostra também que o sentido do desenvolvimento nacional alterou-se depois que Portugal aceitou a sua dependência em relação à Inglaterra e o Brasil, por consequência, tornou-se área de influência inglesa.

Este livro evidentemente vai além de um diagnóstico puramente econômico e se estende a aspectos sociológicos, políticos, antropológicos, culturais e filosóficos. Através de uma visão global e multidisciplinar Furtado indica que a acumulação interna de capital do país teria sido inicialmente determinada pelo movimento internacional de expansão do capital e não pela dinâmica interna que era insuficiente. Furtado procura compreender como a parte essencial dos problemas estruturais de nossa economia foram herdados de seu passado colonial.

Se o Brasil ainda é hoje um país com uma das piores distribuições de renda e isto provavelmente tem ligação com a organização fundiária existente no modelo colonial. De fato a concentração da propriedade da terra, segundo Celso Furtado, criou uma certa estabilidade estrutural secular que perpetuou a desigualdade interna mantendo-se através dos grandes ciclos de expansão produtiva, como do açúcar, a

¹³ Trabalho realizado tendo com base a conferência que Furtado fez no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1954.



extração de minérios, até o grande ciclo do café, permanecendo ao longo do tempo sem grandes alterações.

Para confirmar essa hipótese, o autor lança mão de uma brilhante análise do papel da agricultura na economia brasileira nesses períodos, predominantemente exercida em grandes propriedades e voltada para a exportação. Primeiro veio o sistema de Capitâneas Hereditárias depois vieram as Sesmarias e por último os latifúndios monocultores, portanto, a propriedade rural sempre foi privilégio de poucos e isto de certa maneira virou uma marca institucional da economia brasileira.

Quando o Brasil se declarou independente de Portugal e passou a ser uma nação moderna sob forma de Estado soberano ele teria arrastado uma boa parcela do conteúdo sócio-cultural colonial. Se olharmos para trás na nossa história verificamos que o poder político manteve-se nas mãos dos portugueses, após a independência eles continuaram como donos das maiores e melhores propriedades brasileiras. Quando a grande soma de trabalhadores negros que eram a força motriz do sistema colonial, ou a ser substituídas por imigrantes assalariados começou a se formar uma massa de excluídos que desde então são a prova viva de um sistema econômico extremamente desigual baseado na alta concentração da renda e da terra. Essa massa marginalizada é um traço típico dos países periféricos subdesenvolvidos que posteriormente à industrialização se converte em um exército industrial de reserva que garante alta oferta de mão de obra barata e desqualificada que sustentaria nosso subdesenvolvimento.

Como contraponto à nossa organização agrária, o autor apresenta (capítulo 5) a colonização inicial dos EUA, que se formou basicamente em torno de pequenas propriedades voltadas para o mercado interno e que deu origem a uma forma de capitalismo mais acessível, o qual permite a consolidação de uma democracia típica dos países centrais. Segundo Furtado, o desenvolvimento dos EUA deita raízes no seu tipo diferenciado de colonização que estimulou o surgimento de múltiplas propriedades e que facilitou a concorrência capitalista que adiantou seu processo de desenvolvimento.

Como vimos, a Cepal visualizava no padrão de relações de comércio mundial uma divisão entre países centrais, os quais teriam suas produções realizadas com uso mais intensivo do fator econômico capital (produtos industrializados) e países periféricos, que teriam suas exportações dominadas por produtos com uso mais intensivo do fator trabalho (produtos agrários). Dessa forma, o livre comércio mundial beneficiaria principalmente os países centrais, por incentivar suas produções de

mercadorias com maior valor agregado e maiores multiplicadores de renda e de emprego.

Furtado, seguindo este raciocínio analisa os efeitos da crise de 1929 no Brasil. Para ele a ocorrência de um choque adverso (crises do setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais) interrompe o fluxo internacional de moedas e mercadorias o que afetaria o setor externo da economia, aumentando os preços relativos das importações impondo dificuldades à importação. Em consequência, a demanda interna dos países periféricos, desde que sustentada por políticas econômicas expansionistas, se deslocaria para as atividades internas via substituição de importações. Portanto, explica Furtado, o processo de industrialização dos países periféricos pode ocorrer mediante choques adversos que sugeriram a promoção da industrialização via substituição de importações.

Celso Furtado, não considera todos os choques adversos como benéficos ao desenvolvimento industrial no Brasil. Sua análise faz uma clara distinção entre esse tipo de desenvolvimento ocorrido antes e depois da crise do café e da Grande Depressão da década de 30. De fato, se o PIB brasileiro apresenta quedas de -2.1% e de -3.3% em 1930 e 1931, sempre em relação ao ano anterior, nos anos seguintes, de 1932 a 1939, e no mesmo comparativo, o PIB cresce a taxas respectivas de 4.3%, 8.9%, 9.2%, 3%, 12.1%, 4.6%, 4.5% e 2.5%, mostra que a economia brasileira, com as políticas expansionistas de Vargas, reagiu bem à crise. O crescimento acumulado do PIB industrial alcançou entre 1931 a 1939, cerca de 21% de acréscimo, o que corrobora a assertiva de Furtado.

A interpretação de Celso Furtado quanto à influência externa na industrialização nacional não é linear ele vê na realidade um conjunto de contradições no processo de industrialização nacional, facilidades e dificuldades dependem ao fim do momento histórico específico que o país atravessa. Ao mesmo tempo em que o choque externo permite uma ocupação maior da capacidade produtiva instalada interna, também dificulta sua ampliação, pois bloqueia a importação de máquinas e equipamentos em geral.

Pode-se apontar então que, para Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, as crises do setor externo permitem maior emprego das indústrias aqui instaladas, mas, por outro lado, também colocam obstáculos aos investimentos em ampliação e formação de novas fronteiras tecnológicas, ou seja, neste livro não se recomenda o fechamento do

país ao comércio internacional, apenas uma maior capacidade de negociação e de decisão internos nos acordos realizados com o capital externo a fim de encaminhar nosso desenvolvimento. Com efeito, a industrialização induzida pelo crescimento e diversificação da demanda internacional resultou internamente na expansão das exportações primárias, bem como as limitações intrínsecas a esse tipo de industrialização.

Seguindo a trajetória histórica da economia nacional, o livro visa também à análise da crise do setor exportador e conseqüentes tensões estruturais que levaram a uma segunda fase de industrialização por substituição de importações; finalmente se discute o esgotamento da substituição de importações e a necessidade da ação estatal nos próximos passos para a industrialização nacional que, segundo Furtado, deveria ampliar as bases do sistema industrial, que passou a desempenhar o papel de elemento propulsor do desenvolvimento.

1.2.4 A industrialização nacional e a análise de Furtado

Poderíamos considerar como a primeira fase de nossa industrialização a assim chamada industrialização induzida pela exportação de produtos primários. No início desse processo de industrialização as economias exportadoras de produtos primários se especializaram em um ou em alguns poucos produtos – café, cana de açúcar, borracha, etc. Essa especialização, combinada com uma procura mundial de matérias primas devido à expansão industrial mundial, leva a um aumento da produtividade e da renda da economia interna, provocando um aumento e modificação do seu perfil no sentido de uma ampliação do mercado interno à procura de produtos manufaturados. É essa diversificação da procura que é o estopim da industrialização. Porém nossa estrutura produtiva caminhou no sentido oposto à industrialização, isto é, especializou-se em produtos primários, conseqüentemente a procura de produtos manufaturados tende a ser inicialmente atendida por importações e a possibilidade de esta conjuntura dar origem a um processo de expansão da industrialização nacional é restrita e depende da natureza de nossa atividade exportadora.

Furtado, enfatiza que essa industrialização depende indiretamente dos efeitos de seu acréscimo sobre a renda e a diversificação da demanda interna. Segundo Furtado, o

processo de diversificação da procura segue na frente do crescimento da produção industrial. Como a diversificação das importações concretiza-se com maior velocidade do que a diversificação da estrutura industrial, é natural que numa primeira fase a diversificação da procura seja atendida pelas importações e somente numa segunda pela produção interna. Dessa forma, a industrialização começa por ocupar mercados antes supridos por importações, e depois prossegue à medida que cresce e se diversifica a procura de manufaturados, por sua vez induzida pelo incremento da renda decorrente da expansão das exportações primárias.

De modo geral, dois tipos de atividades caracterizam essa primeira fase da industrialização. A primeira inclui indústrias diretamente ligadas à produção para exportação. A segunda inclui o grupo de indústrias que se desenvolve junto ao crescimento geral da demanda. Esta última está intimamente ligada à urbanização e à modernização social e tende a produzir um núcleo que concentra a população nos centros políticos e econômicos criados pelo avanço do desenvolvimento. O crescimento dessas indústrias beneficia o crescimento dos demais setores de nossa economia. Os maiores beneficiários acabam sendo os setores de serviços públicos e os setores financeiros do Brasil.

Este momento anterior à Primeira Guerra Mundial proporcionou a alguns países latino-americanos como Argentina, Brasil, Chile e México uma rara oportunidade de um maciço desenvolvimento industrial. A elasticidade de crescimento do setor industrial no período 1900-1929 corrobora a tese de Furtado, ou seja, nosso desenvolvimento econômico induzido pelas exportações de produtos primários gerou o primeiro impulso do nosso desenvolvimento industrial.

Furtado comprova que nossa industrialização poderia ter avançado mais no sentido de uma maior diversificação estrutural. Talvez o crescimento do mercado interno pudesse ser mais dinâmico se a partir de uma política protecionista o Estado incentivasse a explosão da industrialização. Assim sendo, essa primeira fase de industrialização tinha, na visão de Furtado, limitações intrínsecas decorrentes de suas próprias características. Consistia essencialmente de um núcleo de indústrias de bens de consumo corrente - tecidos, produtos de couro, alimentos elaborados, confecções - que se tornavam viáveis em razão do crescimento da renda disponível para consumo sob o impulso da expansão das exportações, e de indústrias de materiais de construção que surgiam em paralelo ao processo de urbanização. Ora, pondera Furtado, "essas

indústrias são de escasso poder germinativo". No caso das indústrias de bens de consumo, seu crescimento inicial era rápido "simplesmente porque elas ocupavam o lugar de produtos anteriormente importados".

O crescimento da produção industrial vai se tornando débil à medida que vão sendo esgotadas as possibilidades de ocupação do mercado, passando então a ser determinado pelas flutuações do negócio agro-exportador e suas influências sobre o mercado interno. Os investimentos visando o crescimento da produção apareceriam somente na forma de adição de novas unidades de produção, o que dificultaria ainda mais o desenvolvimento estruturado do nosso crescimento industrial.

Enfim, o modo como a industrialização brasileira se desenvolve em seu início repousa sobre nosso desempenho econômico agro-exportador. Para Furtado, para que o Brasil atinja uma diversificação produtiva razoável em uma estrutura econômica coesa e conseqüentemente nosso mercado interno e nosso parque produtivo possam se desenvolver com autonomia era necessário que aqui se instalassem indústrias de equipamentos e outras, cujo produto fosse absorvido pelo próprio setor industrial e por outras atividades produtivas. Se e somente se isto acontecesse poderíamos já de início alargar nossa soberania política e econômica em relação às demais potências mundiais.

Naquele momento tanto os investimentos industriais quanto os investimentos em infra-estrutura tiveram facilidades de financiamento no exterior para compra de equipamentos e tecnologia. Entretanto, segundo Furtado, a dependência quanto a financiamentos subordinava a aquisição de equipamentos a fornecedores estrangeiros, reduzindo a atividade industrial ao processamento de matérias primas locais com equipamentos importados ou ao acabamento de bens de consumo importados semi-elaborados, sempre com base em equipamentos adquiridos no exterior. Com isso, ficavam bastante limitados "os requerimentos de assimilação de tecnologia moderna", o que teria repercussões negativas sobre a continuidade e o alcance do processo de industrialização nacional.

Portanto, podemos afirmar que para Furtado o processo de industrialização induzido pela expansão das exportações primárias, apresentava em sua própria natureza inequívocos sintomas de esgotamento antes da crise de 1929. Esta crise simplesmente acelerou a desestruturação definitiva do setor exportador alterando em essência a natureza do processo de industrialização nacional. Até então, o desenvolvimento do setor industrial fora um reflexo da expansão das exportações; a partir desse momento, a

industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador.

A crise de 1929 afetou o processo de industrialização mundial. O efeito dessa crise no Brasil é analisado por Furtado em *Dialética do subdesenvolvimento, Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* a partir da propagação de seus efeitos macroeconômicos. A argumentação de Furtado procura demonstrar que a crise provocou a queda da capacidade nacional para importar, entretanto, não implicou uma redução direta do valor das exportações. Assim, a crise internacional, ao reduzir bruscamente a procura global em termos reais, dá origem a tensões estruturais que, por sua vez, desencadeiam fatores inflacionários - desvalorização cambial, déficit governamental, acumulação de estoques de produtos de exportação - que, por um lado, expande a renda monetária e por outro elevam os preços dos produtos industriais importados, favorecendo a posição competitiva da produção industrial interna. Tem início então uma segunda fase do processo de industrialização nacional.

São as tensões criadas pela contração da procura global que, provocando redistribuição de renda, elevam a eficácia dos investimentos no setor industrial. Furtado defende que essa maior eficácia, proporcionada por essa mudança estrutural, baseia-se inicialmente na plena utilização da capacidade produtiva já instalada, tirando proveito de uma ampla oferta de mão-de-obra que possibilitava utilizar o equipamento industrial em dois ou três turnos diários. Foram criadas assim condições para que a indústria, em rápido crescimento, passasse a liderar o processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

A produção industrial cresce e se diversifica para atender uma procura que se tornou insatisfeita em razão do declínio das importações. Contudo, sublinha Furtado, o crescimento dos investimentos industriais representa novo fator de pressão sobre a capacidade de importação contraída. Surgem, assim, novas tensões estruturais que permitem ao processo seguir adiante. Trabalhando com dados para Argentina, Brasil e México no período 1929-1950, Furtado, observa que a elasticidade da renda e o crescimento do setor industrial foi excepcionalmente elevado pelo processo de industrialização via substituição de importações. Essa elevada elasticidade da renda constitui, para Furtado, uma indicação de que a industrialização do segundo tipo requer modificações estruturais bem mais importantes que a inicial.

Para que a industrialização por substituição de importações se torne possível, é necessário que o país tenha passado pela primeira fase de industrialização induzida pela

expansão das exportações primárias. Mais que isso, é necessário que essa primeira industrialização tenha alcançado patamares relativamente elevados de propagação a fim de que o processo substitutivo ponha em marcha a segunda fase da industrialização.

A dinâmica do processo de substituição de importações é sumariada por Furtado como segue: a partir do aumento da produção industrial de bens de consumo corrente, ao iniciar-se o processo de substituição, verifica-se um aumento correspondente da demanda de bens intermediários e de máquinas e equipamentos em geral. Dada a restrição da capacidade de importar, os preços dos insumos industriais tendem a aumentar, abrindo novas oportunidades de investimentos. Estes, por sua vez, pressionarão ainda mais a capacidade de importar, criando novas tensões estruturais. Além disso, segundo a visão de Furtado, o desenvolvimento da produção industrial, ao criar um fluxo de renda adicional, amplia o mercado interno proporcionando assim um círculo virtuoso de crescimento para nossa economia.

Assim sendo, Furtado postula que a industrialização por substituição de importações

foi, a rigor, um fenômeno dos anos trinta e do período de guerra, isto é, da fase em que a contração da capacidade para importar permitiu que se utilizasse intensamente um núcleo industrial surgido na fase anterior. Que a industrialização se haja intensificado nesses países [Argentina, Brasil, Chile e México] durante a depressão do setor externo, constitui clara indicação de que esse processo poderia haver ocorrido anteriormente caso tais países se houvessem beneficiado de políticas adequadas. Em outras palavras: a superação da primeira fase da industrialização exigia medidas econômicas visando a modificar a estrutura do núcleo industrial; não tendo sido tomadas os setores industriais foram levados a uma situação de relativa depressão. A crise, ao criar condições para uma utilização intensiva da capacidade existente e ao ampliar a demanda de produtos intermediários e equipamentos, tornou evidente que o processo de industrialização somente seguiria à criação de indústrias de base. A ação estatal, conduzindo à criação de indústrias de base, abriria uma terceira fase no processo de industrialização latino-americano (Furtado, 1968, p.144).

Para Furtado, já em meados da década de 1950, na periferia latino-americana após um considerável período de desenvolvimento industrial, o processo de substituição de importações apresentava seus primeiros sinais de saturação. O coeficiente de importações permanecia estável enquanto a elasticidade renda do crescimento da produção industrial permanecia em queda. Isto significava que, mesmo se atingindo uma autonomia relativa em relação as exportações a possibilidade de aumentar a rentabilidade de determinados investimentos industriais mediante elevação dos preços relativos dos produtos importados torna-se muito pequena ou desaparece. Ou seja, segundo Celso Furtado, a pauta de importações pode ficar reduzida a um pequeno número de itens, com a agravante de que, no caso de bens de capital, uma elevação dos preços relativos de importação pode comprometer a eficácia dos investimentos na economia com um todo. Então, o processo de substituição de importações tem seus limites, e a industrialização somente poderá prosseguir se a estrutura da economia, e do setor industrial em particular, houver alcançado certo grau de diversificação. Furtado dá a entender que, nos três países latino-americanos mais avançados no processo de industrialização (Argentina, Brasil e México), os governos tinham consciência dos limites da industrialização substitutiva de importações e da necessidade da ação estatal para avançar na diversificação estrutural. E salienta que

no período de pós-guerra, o processo de industrialização nos três países referidos dependeu muito mais da ação estatal visando a concentrar investimentos em setores básicos, da recuperação ocasional do setor exportador e da introdução de capitais e tecnologia estrangeiros, que propriamente da substituição de importações. Contudo, continuou-se a falar em substituição de importações pelo fato de que a produção industrial, orientando-se estritamente para satisfazer a demanda interna, abasteceu mercados antes supridos mediante importações (...). A rigor, os novos mercados foram principalmente criados pela ampliação da demanda global que trouxe consigo a industrialização (Idem, p. 143-4).

Nesse estágio, o setor industrial tem a incumbência de por si só realizar o papel de agente catalisador do desenvolvimento. Para isso, sua estrutura deve estar preparada para que sua capacidade produtiva desloque investimentos para os demais setores econômicos. Segundo Furtado, o grau de diversificação estrutural é decisivo para que os

investimentos em industrialização sejam revertidos como benefícios gerais para a economia nacional.

Furtado também adverte que uma redução do coeficiente de importação encontra seus limites estabelecidos na capacidade de fornecimento de recursos naturais, pelas dimensões do mercado interno, e pela dependência tecnológica que caracteriza economias subdesenvolvidas. Assim sendo, seria imprescindível que nossas exportações deixem de limitar-se a alguns produtos primários e avancem para exportação de produtos industrializados, só assim seria possível diminuir a deterioração dos termos de troca que afeta as economias subdesenvolvidas como o Brasil.

Com isso, Furtado, deixa claro que a estabilidade do processo de desenvolvimento via industrialização depende diretamente da diferenciação estrutural obtida pela industrialização substitutiva de importações, mas não depende disso somente. Neste ponto, Furtado alude novamente ao comportamento das economias subdesenvolvidas, que para ele, não pode ser explicado sem que se tenham em conta as normas que regem sua inserção no sistema econômico internacional.

Segundo Furtado, a industrialização na fase pós-substituição de importações confirmou uma inserção internacional, e uma correspondente estrutura produtiva de acordo com os ideais das economias centrais. Partindo do princípio de que a diversificação da procura, tanto quanto o aumento da produtividade, constitui elemento motor do desenvolvimento, argumenta que os países que se especializaram de acordo com suas vantagens comparativas transformaram-se em importadores de novos bens de consumo, e o seu desenvolvimento econômico passou a confundir-se com a importação de padrões de consumo. Neste sentido, enquanto que nas economias desenvolvidas a difusão de processos produtivos, aumentando a produtividade, eleva o nível de vida da população - seja por meio do aumento concomitante da taxa de salários, seja pela redução dos preços relativos dos bens de consumo - , nas economias subdesenvolvidas esse processo se efetiva para uma ínfima minoria isolada da grande massa da população que permanece na pobreza.

Para corrigir esta disfunção econômica é que se faz necessária a atuação corretiva e planejadora do Estado. A ação do Estado deve, segundo Furtado, pautar-se na coordenação centralizada de decisões econômicas por uma política de desenvolvimento, com explicitação de objetivos nacionais e prioridades sociais. Nessas condições, as formas da ação do Estado abrangeriam toda a economia nacional.



Portanto, a tomada de consciência da dimensão da situação de subdesenvolvimento em todos os níveis nacionais, seja na política, na cultura ou na economia é o primeiro passo a ser dado pela nação brasileira. Nesse sentido, no âmbito das relações entre centro e periferia podemos pensar em autonomia e afirmação da soberania como resultado de uma trajetória histórica distinta das demais nações. Para Celso Furtado, o caminho a ser trilhado é longo e difícil, contudo não há outro possível. Esta é sem sombra de dúvida uma contribuição essencial deixada por Furtado aos intelectuais brasileiros que hoje continuam a debater o desenvolvimento nacional.

Fortemente influenciado pelo intervencionismo keynesiano procura não só desmistificar a particularidade da trajetória capitalista nacional como fornecer um instrumental teórico histórico para a ação política através da intervenção e do planejamento estatal voltados para a eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento brasileiro. É mantida, como núcleo do referencial teórico de Celso Furtado, a idéia de que o subdesenvolvimento não é um estágio que todas as sociedades têm que percorrer, mas um processo essencialmente diferente do caso dos países centrais. Assim sendo, em oposição às teses liberais clássicas, o subdesenvolvimento das nações periféricas aparece em Celso Furtado como um produto necessário ao desenvolvimento do capitalismo em seu processo de expansão mundial, do mesmo modo que o desenvolvimento do centro também faz parte deste mesmo processo.

1.3 O subdesenvolvimento e a Teoria da Dependência

A Teoria da Dependência surge nos anos 60 não somente para repensar o modelo desenvolvimentista e oferecer uma outra perspectiva interpretativa para a dinâmica social da América Latina. Ela tenta levar às últimas consequências a consolidação de um método analítico próprio dos intelectuais latino-americanos que superasse a inadequação dos anteriormente utilizados na interpretação da realidade sul-americana. Portadora de um enfoque crítico mais consciente e consistente a teoria da dependência forneceu o arsenal crítico ao modelo de desenvolvimento autoritário que estava entrando em vigor em várias nações latino-americanas, após o esgotamento do modelo democrático populista.

Na América Latina, o período que vai da década de 50 e de 60 foi extremamente conturbado. Em 1952, na Bolívia, ocorre uma revolução nacionalista patrocinada pelo

MNR¹⁴; em 1954, no Brasil, Vargas¹⁵ se suicida; na Argentina, em 1955, Perón¹⁶ era derrotado; em 1959, Fidel Castro¹⁷ tomava o poder em Havana e em 1960 rompia diplomaticamente com os EUA e com um acordo com a URSS Cuba se consolidava como nação socialista. Voltando ao Brasil, em 1960 Jânio Quadros¹⁸ se elegia para vir a renunciar em 1961, João Goulart¹⁹ assumiria a presidência para ser deposto em 1964 pelo golpe militar que empossou o general Castelo Branco. A teoria da dependência surge em meio a essa agitação política. De um lado, veremos, sobretudo, Rui Mauro

¹⁴ O movimento esquerdista MNR (Movimento Nacional Revolucionário) toma o poder em 1943 em decorrência da reação popular em face da guerra do Chaco com o Paraguai. O presidente Gualberto Villarroel prega várias reformas mas não intenta êxito. Apenas após 52 com Paz Estenssoro é que as minas serão nacionalizadas, principalmente as de estanho que é a principal riqueza do país, introduz o sufrágio universal e faz a reforma agrária. Em 1964 o General René Barrientos, de direita, assume a presidência e após sucessivas alterações de poder entre os militares, de 1971 a 79 o militar Hugo Banzer se mantém no poder.

¹⁵ Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS) a 19 de abril de 1883. Foi chefe do governo provisório depois da Revolução de 30, presidente eleito pela Constituinte em 17 de julho de 1934, até a implantação da ditadura do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Foi deposto em 29 de outubro de 1945, mas voltou à presidência em 31 de janeiro de 1951. Se suicida em 24 de agosto de 1954.

¹⁶ Juan Domingo Perón foi eleito Presidente da República Argentina em 1946, 1951 e 1973 chegando em todos os casos a tão alto cargo por meio de eleições democráticas. Foi fundador e líder político do Movimento Justicialista que hoje, depois de vinte e cinco anos continua sendo uma força política na figura do Partido Justicialista.

¹⁷ Político cubano (1927-). Fidel Castro Ruz lidera a Revolução Cubana em 1959 e, desde então, governa o país. Filho de um rico fazendeiro, forma-se em Direito e defende gratuitamente camponeses, operários e prisioneiros políticos. Destaca-se na política em manifestações contra o ditador Fulgencio Batista. Em 1953, depois de uma tentativa de golpe, é condenado a 15 anos de prisão. Anistiado em 1955, vai para o México, onde planeja outro golpe contra Batista. Volta a Cuba em dezembro desse ano e, após três anos de luta, toma o poder em janeiro de 1959. No início, sem clara definição ideológica, seu governo recebe ajuda de setores políticos norte-americanos. À medida que toma rumo socialista, se afasta dos Estados Unidos, que decretam bloqueio comercial ao país em 1960 e rompem relações diplomáticas em 1961. Cuba passa a depender economicamente da União Soviética e torna-se um país comunista. Com o colapso soviético, Fidel começa a reformar a economia cubana, devastada por uma longa crise, e adota procedimentos capitalistas, como a formação de joint ventures com empresas estrangeiras. Mesmo assim, declara à imprensa em 1994 que não pretende transformar Cuba em uma democracia de estilo ocidental.

¹⁸ Vigésimo primeiro presidente do Brasil. Jânio da Silva Quadros nasceu em Campo Grande (MT) a 25 de janeiro de 1917. Foi presidente da República em 1961, permanecendo sete meses no poder até sua renúncia.

¹⁹ No último governo de Vargas ocupou a pasta de Trabalho, Indústria e Comércio durante os anos de 1953-54. Ligado aos sindicatos adotou medidas de cunho trabalhista, entre elas, o aumento de 100% no salário mínimo, provocando a reação dos industriais e sua demissão. Com a morte de Getúlio, Jango, como era apelidado, assumiu o posto de herdeiro político de Vargas. Na eleição presidencial de 1955 foi o vice-presidente na chapa de JK pela coligação PSD-PTB. Na eleição seguinte, foi novamente eleito para a vice-presidência, mas na chapa de oposição a Jânio Quadros. Com a renúncia inesperada de Jânio, Jango que não estava no Brasil, mas em uma missão diplomática na China, voltou imediatamente ao Brasil, mas enfrentou a oposição de militares e de outros grupos que desejavam impedir sua posse e para não perder o poder totalmente, acabou aceitando a solução conciliatória do parlamentarismo. João Goulart mesmo tendo perdido alguns de seus poderes trabalhou ativamente pelo retorno do presidencialismo, conseguindo um plebiscito, que em 1963, deu a vitória à proposta presidencialista. Tentando superar a crise econômica e a oposição ao seu governo lançou as "reformas de base", com propostas de reforma agrária e extensão do voto aos analfabetos. Entretanto, o conservadorismo da elite brasileira apoiou o golpe militar em 1964, depondo Jango, que exilou-se no Uruguai. Jango faleceu na Argentina, em 1976, vitimado por um ataque cardíaco.

Marini e Theotônio dos Santos e do outro lado, Fernando Henrique Cardoso polarizando as discussões no campo teórico dependentista.

De maneira geral, admite-se que a teoria da dependência corresponde, na periferia latino-americana, à atualização da crítica marxista ao subdesenvolvimento. A internacionalização da produção e do mercado que marcam a reestruturação dinâmica do capitalismo internacional no pós-guerra recolocam as relações internacionais em outros níveis, com isso a questão do desenvolvimento capitalista nacional precisa ser repensada e reestruturada. É precisamente para compreender e para atuar em meio a essa nova conjuntura que se abria que se desenvolve a Teoria da Dependência. Esta seção pretende abordar os principais autores da teoria da dependência e fazer uma revisão crítica de suas idéias, de suas avaliações do desenvolvimento nacional. Com isso vamos poder verificar sua dificuldade em elaborar um projeto alternativo para o desenvolvimento brasileiro.

Com efeito, o ponto central que dividia os teóricos da dependência era a necessidade urgente da revolução socialista como saída para a situação do subdesenvolvimento. Para Frank, Santos e Marini estariam esgotadas as possibilidades do avanço produtivo capitalista na periferia, já para Cardoso a continuidade da acumulação capitalista na periferia latina estaria assegurada pela nova situação. Mais que isso, para FHC a nova situação era justamente a saída capitalista para o avanço das forças capitalistas mundiais e locais.

Tanto Caio Prado Jr., quanto, Celso Furtado vão influenciar diretamente os autores da dependência. Caio Prado se faz mais presente nas análises, por assim dizer, estagnacionistas já, Celso Furtado será um interlocutor direto de Fernando Henrique Cardoso.

1.3.1 A dependência via desenvolvimento desigual e combinado

Para Guido Mantega, Caio Prado insistiu na tese de que “a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre não afeta a natureza estrutural da grande exploração, que já seria, pois, em sua essência, capitalista, mesmo quando impulsionada por relações de produção escravistas” (Mantega, 1984, p.242) No entanto, ele é precursor da idéia de que a superexploração da força de trabalho era uma necessidade do capitalismo periférico. Posteriormente, o dilema sustentado por Rui Mauro Marini e



Theotonio dos Santos entre o socialismo e o fascismo exploraria a idéia de que ao fascismo caberia criar as condições políticas para a superexploração da força de trabalho, com base na ampliação da mais-valia absoluta, na América Latina. ” E aqui se encontra a meu ver, o desdobramento da idéia de Trotski, segundo a qual as forças produtivas da humanidade haviam deixado de crescer”. (Mantega, 1984, p.282)

As leis da história nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do ‘processus’ histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade de ritmos decorre outra lei que por falta de denominação apropriada, chamarei de combinação das fases diferenciadas, amálgama das forças arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.²⁰

Conforme sugerem Guido Mantega e Marcelo Ridenti²¹, a versão da teoria da dependência expressa nas obras de André Gunder Frank²², Ruy Mauro Marini²³ e Theotônio dos Santos²⁴ foi influenciada pelo pensamento trotskista, embora, muitas vezes nem citassem Trotsky. Em consonância com Caio Prado Jr. eles estão

²⁰ Ver: TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. (introdução)

²¹ Ver: RIDENTI, Marcelo. *Ecos de Trotsky na Esquerda Armada Brasileira, 1964-1974*.

²² Ver: FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo em America Latina*. Buenos Aires, Signos, 1970.

²³ Ver: MARINI, Rui Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: vozes/CLACSO, 2000.

²⁴ Theotônio dos Santos é titulado em Sociologia e Política e em Administração Pública (UFMG). Mestre em Ciência Política (UnB). Doutor em Economia por Notório Saber - UFMG e UFF. Professor das Universidades de Brasília, do Chile, Nacional Autônoma do México, do Norte de Illinois, do Estado de Nova York, Católicas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, Instituto Bennett do Rio de Janeiro e Federal de Minas Gerais. Diretor de Estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Maison des Sciences de l'Homme, Conferencista no Instituto da América Latina da Academia de Ciências da URSS. Professor associado das Universidades de Paris VIII e Ritsumeikan (Kyoto). Professor titular da Universidade de Federal Fluminense. Diretor do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO); da Divisão de Pós-graduação de Economia da UNAM (México); do Seminário Permanente sobre América Latina (México). Diretor de Treinamento da Fundação Escola de Serviço Público - FESP, RJ. Atualmente membro do Conselho diretor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, UFF, Coordenador da Cátedra UNESCO sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, Decano de Economia da Universidade Aberta do Brasil. Coordenador do GREMIMT. Coordenador da Pós-graduação de Economia da UFF.

convencidos do conservadorismo estrutural das burguesias dos países periféricos. De maneira geral a teoria da dependência buscou sempre estar atenta às particularidades das nações latino-americanas dentro do processo de expansão histórico mundial do capitalismo. Particularmente o enfoque desta perspectiva inaugurada por Gunder Frank procura fazer convergir o fenômeno do subdesenvolvimento com a necessidade urgente da revolução socialista.

O desenvolvimento desigual e combinado, submeteria os países periféricos ao atraso insuperável dentro dos limites do capitalismo global. A única saída possível para a continuidade de desenvolvimento nacional na América Latina seria a instauração do socialismo. Com efeito, os países atrasados passariam a ter um papel central na construção do comunismo mundial. Para estes autores, em geral, o processo revolucionário socialista poderia se orientar em sentido inverso à expansão do capitalismo; ao invés de se irradiar do centro para a periferia, o socialismo se alastraria da periferia para o centro.

Aproximando-se das análises de Prebisch, *mutatis mutandis*, enfatizam que a extração do excedente foi a causa da divisão inicial do mundo em países ricos e pobres. Vêem que no decorrer do desenvolvimento capitalista global, a história encaminhou um sistema parecido com uma constelação, na qual os países periféricos orbitariam o núcleo capitalista sem, no entanto participarem verdadeiramente dele. O período colonial teria assumido principalmente a forma de exploração internacional de produtos, via saque e espoliação, e na atualidade esta exploração não teria desaparecido, teria simplesmente se desenvolvido e se ampliado. Grosso modo, para Gunder Frank as nações que se incorporaram periféricamente ao sistema capitalista mundial estariam condenadas ao desenvolvimento do subdesenvolvimento.

1.3.2 Andre Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos

A visão de Frank é semelhante à de Caio Prado Jr.: para eles os países da América Latina e os demais países periféricos estariam inseridos no sistema econômico capitalista mundial, desde a fase do mercantilismo, devido ao caráter capitalista colonial de suas economias. A idéia central era a do capitalismo como sistema mundial composto por um núcleo dinâmico e uma periferia apática. Formava-se assim, segundo

Goldenstein,²⁵ "uma constelação na qual os países periféricos gravitariam em torno dos centros desenvolvidos que lhes absorveriam o excedente." Como única saída possível para essa situação totalmente dependente das nações latino-americanas seria a revolução socialista urgente, contrariando assim a idéia recorrente da esquerda latino-americana, que apostava em uma revolução democrático-burguesa, como caminho para sair do subdesenvolvimento.

Tanto Marini²⁶ quanto Santos seguirão essa linha aberta por Frank. A tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento será a base para as conclusões sobre a necessidade imediata da revolução socialista.

... o fruto da dependência não pode ser outro senão mais dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela abriga. Nesse sentido, a conhecida fórmula de André Gunder Frank, sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas que ela traduz. (Ridenti, 1976, p. 63)

Da análise das classes dominantes latino-americanas no conjunto da economia mundial capitalista, Marini concebe os conceitos de superexploração e subimperialismo. Grosso modo, para Marini, o capitalismo dependente se baseia na exploração extensiva da mão-de-obra, e teria a necessidade de superexplorar o trabalho como recurso produtivo, dadas as condições frágeis de nossa economia. A divisão internacional do trabalho teria imposto as piores condições possíveis para os trabalhadores das regiões periféricas. Seguindo este raciocínio a taxa de lucro necessária à expansão do capitalismo nacional na periferia seria mantida pelo baixo custo com mão de obra, configurando uma superexploração do trabalho. A superexploração do trabalho permitiria que as empresas estrangeiras aqui instaladas remetam altas taxas de remessas de capitais para os seus países de origem, assegurando assim a desigualdade econômica entre periferia e centro do capitalismo mundial.

Segundo Carlos Eduardo Martins²⁷ o conceito de superexploração é muito mais complexo, pois envolve uma teoria geral da divisão do trabalho na produção capitalista mundial.

²⁵ GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994.

Ruy Mauro Marini afirma, em *Dialética da dependência* (1973), que o regime capitalista de produção desenvolve duas grandes formas de exploração que seriam o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador. O aumento da força produtiva do trabalho ocorreria quando, no mesmo tempo e com o mesmo gasto de força de trabalho, houvesse maior quantidade produzida²⁶

É interessante também retomar, mesmo que brevemente, o seu conceito de subimperialismo. Basicamente consiste em considerar que haveria no conjunto dos países da periferia alguns poucos países, como o Brasil, que poderiam, apesar da exploração sofrida pelo imperialismo, obter certa vantagem ao explorar os demais países latino americanos que eram ainda mais débeis economicamente. Não existe para Marini vantagens possíveis para o desenvolvimento brasileiro via subimperialismo, antes, o que é notável é o nosso retrocesso político com o fortalecimento de nossas oligarquias.

Desde os projetos de integração econômica regional e supra-regional, até o desejo das políticas agressivas de concorrências internacional, assiste-se em toda América Latina a ressurreição do modelo da velha economia exportadora.

A acentuação dessas tendências no Brasil durante os últimos anos nos faz falar em subimperialismo. (Ibidem)

Theotônio dos Santos não desconsidera as explicações de Marini para o fenômeno capitalista latino-americano, ele inclusive entende que ambos desenvolvem trabalhos no mesmo sentido. O essencial é entender como se coloca o dilema socialismo ou fascismo, que será a tese básica para a ação armada e revolucionária contra os regimes autoritários que se instalavam na América Latina nas décadas de sessenta e setenta.

²⁶ Ver: MARINI, R.M. *Dialética da Dependência* in: Brasil Socialista, ano II nº5 jan 1976 Repro- Rapid , Paris.

²⁷ Pesquisador do Gremimt (Grupo de Estudos sobre Economia Mundial Integração Regional e Mercado de Trabalho) Universidade Federal Fluminense, Doutorado em sociologia/USP, mestre em Administração Pública EBAP/FGV.

²⁸ Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico metodológicas sobre o pensamento de Ruy Mauro Marini. redem.buap.mx/t2_Martins.htm

Em seu livro *Socialismo o fascismo. El nuevo caracter de la dependência y el dilema Latino Americano*, ele afirma:

No es posible un desarrollo capitalista sin resolver las contradicciones creadas por el ciclo de la coyuntura. En una fase de depresión económica como la que se inicio en 1963, marcada por una extraordinaria inflación, generada en la fase de desarrollo y complicada por las supervivencias precapitalistas, el regimen capitalista industrial no puede enfrentar en forma decisiva a los sectores precapitalistas de la sociedad y realizar una política de reformas. La burguesía brasilenã tardó mucho en comprender esa situación. (Santos, 1970, p. 68)

Para estes autores na América Latina e no Brasil o atraso tecnológico da indústria, a extração de excedentes pelas nações desenvolvidas levariam ao agravamento da situação de dependência levando-nos à estagnação econômica. O catastrofismo em que a dinâmica interna da periferia é totalmente limitada pelas relações imperialistas é marcante. Aqui dependência significa uma situação em que as economias dos países subdesenvolvidos são condicionadas pelos países desenvolvidos, o que conseqüentemente amplia os efeitos negativos da dependência econômica para a fascistização política dos Estados nacionais.

Eles postulam o caráter capitalista deste desenvolvimento, mas ressaltam uma marcada insuficiência de suas forças produtivas, o que conduz ao “subdesenvolvimento”, devido à dependência estrutural, manifesta, por exemplo, seja na tecnologia responsável pela produção do capital constante, seja na geração de ciência e conhecimento.

1.3.3 A Teoria da Dependência na versão cardosiana

Eu diria simplificando, que existem três vertentes diversas que contribuíram para fazer ressurgir a noção de dependência. Estas três vertentes são: as análises inspiradas na crítica aos obstáculos ao desenvolvimento nacional, as atualizações, a partir da perspectiva marxista, das análises sobre o capitalismo internacional na fase

monopólica e, finalmente, as tentativas de caracterizar o processo histórico estrutural da dependência em termos de relações de classe que asseguram a dinâmica das sociedades dependentes, ligando a economia e a política internacionais a grupos e interesses locais e gerando, no mesmo movimento, contradições internas e luta política. (Cardoso, 1980, p. 58)

Simplificando poderíamos dizer que Celso Furtado como bom herdeiro da tradição cepelina responde pela primeira vertente, pela segunda vertente estão primeiramente Caio Prado Jr. e posteriormente Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, finalmente, Fernando Henrique Cardoso, segundo ele mesmo, responderia por esta última vertente. De maneira geral, às críticas as teorias do desenvolvimento econômico são em princípio a essência das formulações de todas essas vertentes. A teoria da dependência defendida por Fernando Henrique Cardoso almeja ser a posição mais realista e mais amadurecida para analisar o trajeto percorrido pelo desenvolvimento dependente.

Da crise do pacto nacional-desenvolvimentista, em meados da década de 50, até sua substituição pelo desenvolvimentismo autoritário, em meados da década de 60, a teoria da dependência surge e se consolida como a explicação mais plausível para o processo de desenvolvimento capitalista latino-americano. Para o sociólogo Cardoso: “Não há dúvidas de que o fracasso das tentativas de desenvolvimento capitalista genuinamente nacional esteve na base das relocalizações teóricas dos cientistas sociais latino-americanos. Este Processo foi, ao mesmo tempo, teórico e prático.” (Cardoso, 1980, p. 58) A teoria da dependência é indiretamente proveniente das críticas dos intelectuais latinos diante da crise do modelo nacional-desenvolvimentista que prometia a remoção dos entraves estruturais ao desenvolvimento nacional.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, bem no início dos anos 60 quando ele se preparava para realizar seu estudo sobre os empresários nacionais e sua ideologia ele percebeu ao longo das entrevistas feitas com empresários nacionais que as bases sociais e políticas que sustentavam o pacto nacional-populista já não existiam mais. Para ele, as condições políticas do país haviam aprofundado a luta de classes, e diante dessa nova conjuntura, o empresariado nacional tratou rapidamente de romper com o pacto populista e de se aliar a grupos estrangeiros que em seu entendimento viabilizariam melhores condições para o prosseguimento da acumulação capitalista nacional. A

esquerda brasileira havia se enganado quanto à oposição ideológica entre burguesia industrial nacional e burguesia internacional. Com efeito, o sociólogo Cardoso entende que a teoria da dependência expressa por ele é não só o resultado da história da produção intelectual latina crítica ao subdesenvolvimento, mas também é uma adequação teórica em relação à nova conjuntura do desenvolvimento do capitalismo nacional e internacional. Neste sentido, as alterações no plano econômico e político estão estreitamente vinculadas à recomposição teórica da crítica latino-americana representada pela teoria da dependência. “A luta política e a luta teórica como que se fundem. Tanto é assim que a crítica à sociologia do desenvolvimento e a crítica ao funcionalismo apareceram, com vigor, simultaneamente com a crítica ao nacional-populismo e as posições políticas que lhes correspondiam”. (Cardoso, 1980, p. 64) Deriva desta idéia que a própria caracterização da situação de dependência supõe uma articulação entre economia mundial e economias locais, entre a dominação internacional e a dominação de classe de cada nação dependente.

A teoria da dependência aparece como complemento à teoria do imperialismo. Conforme o capitalismo se universaliza a teoria marxista o acompanha, pois o marxismo nada mais é que a crítica às formas capitalistas e às contradições embutidas nelas. Uma vez que a industrialização da periferia e a sua integração ao sistema produtivo mundial é resultado do desenvolvimento histórico do capitalismo, a incorporação da produção teórica marxista periférica ao debate marxista mundial também o é. Neste sentido a teoria da dependência pode ser considerada um complemento da teoria do imperialismo. O padrão social da América Latina é outro, aqui, a trama de relações que se estabelece entre as classes é também distinta, sendo assim é necessário que haja um desdobramento dialético das categorias marxistas para que se torne possível a análise das sociedades latino-americanas. Este processo todo é incrivelmente complexo, pois nas nações dependentes a luta de classes e todas as relações sociais que daí derivam se inserem e são redefinidos no contexto internacional.

Com efeito, a contribuição essencial da teoria da dependência foi sem dúvida a caracterização das relações entre países dependentes e o núcleo capitalista mundial após a industrialização da periferia. Segundo Fernando Henrique Cardoso a teoria da dependência entende que a possibilidade de industrialização da periferia capitalista só foi possível graças à reorganização do sistema econômico mundial impulsionado pelo advento do “capitalismo monopólico e pela reorganização das empresas chamadas multinacionais que passam a operar como conglomerados nos quais se incorporam

distintos ramos de produção.” (Cardoso, 1980, p. 75) Para o sociólogo Cardoso, este processo não havia sido previsto pelas teorias do imperialismo.

Para Fernando Henrique Cardoso é fundamental notar que à medida que progride a industrialização das áreas periféricas a massa de capital gerado pelos setores internacionais globais aumenta substancialmente. Tem início a internacionalização do capital que provoca o aumento da dívida internacional dos países dependentes. Os países centrais resolvem o problema da realização do lucro exportando capital acumulado que será incrementado com o pagamento dos juros dos empréstimos concedidos aos países dependentes.

Tudo isso exige novas reflexões teóricas e constitui o problema não resolvido na teoria do capitalismo. O caráter contraditório da acumulação reaparece sob novas formas e tem aspectos novos no endividamento externo crescente e simultaneamente na ampliação da capitalização das economias dependentes. (Cardoso, 1980, p. 76)

Em sua perspectiva Fernando Henrique Cardoso afirma que a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento de Gunder Frank e a tese da super-exploração do trabalho de Rui Mauro Marini estão equivocadas. Para o sociólogo Cardoso a nova fase inaugurada pelo capitalismo monopólico supõe a realização exclusiva da mais-valia relativa baseada no aumento da produtividade mundial. Desta maneira ele rejeita a idéia da natureza fundamental das relações de dependência como uma forma de exploração da mais valia absoluta e da produção de matérias primas baratas. Com isso, reafirma que o novo caráter da dependência não se choca com o desenvolvimento econômico dos países dependentes.

É certo que o sociólogo marxista Fernando Henrique Cardoso não entende que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda e harmonia e equilíbrio entre os vários setores econômicos, muito pelo contrário, ele entende que o desenvolvimento ou acumulação capitalista é contraditória, de natureza espoliativa e geradora de desigualdades. Deste modo, ele não vê como recusar o fato de que a economia brasileira continue seu processo de desenvolvimento capitalista. Neste sentido, há simultaneamente dependência e desenvolvimento capitalista, sem negar que os benefícios continuam nas mãos da elite dos países dependentes. Assim é mais fácil entender a associação entre as empresas estatais, as multinacionais e as empresas locais

ligadas a ambas que, segundo Fernando Henrique Cardoso, é a base econômica do desenvolvimento dependente na periferia latino-americana.

Como vimos um pouco acima Fernando Henrique Cardoso insiste que o capitalismo em sua forma avançada depende exclusivamente da produção de mais-valia relativa e do aumento da produtividade para prosseguir em sua acumulação. Rui Mauro Marini sugere que a superexploração do trabalhador na periferia é que sustentaria a continuidade da dependência que asseguraria o prosseguimento do desenvolvimento capitalista global. Cardoso afirma que assim Rui Mauro Marini justifica *ex-post* a função do capitalismo dependente.

O ponto de vista defendido por Lênin, por exemplo, para explicar os efeitos da penetração do capitalismo na Rússia foi o oposto a este. A suposição de que partia era que o capitalismo desempenha um papel progressista, provocando o desenvolvimento das forças produtivas e dinamizando as relações de produção. Os autores marxistas clássicos, sem deixar de sublinhar o papel da acumulação primitiva e da exploração colonial na formação do capital, insistiam em que a especificidade do sistema capitalista industrial estava exatamente no desenvolvimento tecnológico e na extração da mais-valia relativa. Assim, a função histórica da periferia não deve confundir-se com as características de funcionamento do capitalismo industrial nem com sua forma típica de acumulação. (Cardoso, 1971, p. 40)

Fernando Henrique Cardoso não deixa de notar que a reprodução ampliada da dependência faz parte do processo evolutivo do capitalismo periférico, no entanto essa reprodução ocorre muito mais pelo endividamento externo dos países dependentes associado à importação de tecnologias dos países centrais do que pela superexploração do trabalho na periferia. Assim, ele salienta que desenvolvimento e dependência são processos correlatos que tendem a ampliar-se incessantemente a não ser que ocorra alguma alteração política que proporcione sua amenização ou seu fim.

Sem dúvida que no caso dos países dependentes o fato de o Estado ter um papel central na promoção do desenvolvimento da nação complica a análise política da dependência. A fragilidade das massas e da burguesia industrial aliada à falta de homogeneidade destas classes dificulta a apreensão do grupo catalisador do desenvolvimento industrial dos países dependentes. Quando somamos a isto o fato de

que o crescimento econômico expandiu simultaneamente tanto o setor público quanto os setores econômicos controlados pelas multinacionais veremos que a delimitação das contradições e dos limites da ação política que questione a dependência é muito estreita. Portanto, segundo o sociólogo Cardoso, especialmente no caso das formas contemporâneas de dependência com industrialização é preciso verificar as oposições e conciliações de classe que asseguram no interior do Estado as condições necessárias à continuação da expansão capitalista nos países dependentes.

Para os autores desenvolvimentistas e dependentistas, que até o momento discutimos, o subdesenvolvimento ou capitalismo dependente nos levaria à estagnação econômica e a uma situação de impasse decisivo entre autonomia nacional e falência econômica. Em outras palavras, a superação da submissão internacional e o desenvolvimento são equivalentes. Fernando Henrique Cardoso se afasta desta perspectiva afirmando que o capitalismo dependente é um modo singular de desenvolvimento diferenciado das nações de capitalismo original. Para ele, o capitalismo dependente tem características próprias e cabe aos intelectuais latino-americanos analisarem detidamente essa realidade peculiar e notar que os limites econômicos para esta condição não são rígidos.

Dentro do universo conceitual marxista Fernando Henrique Cardoso responde que há uma perspectiva que salienta que o desenvolvimento nacional avança mesmo que existam persistências de problemas estruturais graves. O sociólogo marxista Cardoso admite que existe uma certa naturalidade neste ponto, pois o desenvolvimento capitalista não dissolve as contradições, muito pelo contrário, é com base na tensão provocada por suas contradições internas que o sistema avança e se concretiza.

O fato é que se formou um centro de decisões internas suficientemente forte em algumas nações latino-americanas, exemplo o Brasil, que altera a relação mecânica entre centro e periferia. Com a formação e desenvolvimento da política e economia das nações dependentes a sua dinâmica interna passou também a determinar as condições de possibilidade de desenvolvimento. A dinâmica interna deixou de se dar simplesmente em função da dinâmica externa. Para Fernando Henrique Cardoso este é o ponto nevrálgico que produz a necessidade da formulação da categoria dependência. Para ele, a noção de subdesenvolvimento caracteriza um estágio ou grau de diferenciação do sistema produtivo sem relevar que existe um controle interno das decisões de produção e consumo. Por outro lado, as categorias centro e periferia só consideram as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial. Neste sentido, ele recusa

estas dicotomias em sua elaboração do que vem a ser dependência. Em outras palavras: a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto particular da dinâmica mais geral do mundo capitalista. Contudo, essa dinâmica geral não é algo exterior e alheio aos modos singularizados que adquire na periferia do sistema, e muito menos, à maneira como o capitalismo se articula. Como diria Cardoso, é uma unidade dialética concreta que nos leva a recusar a distinção metafísica entre fatores externos e efeitos internos.

A inovação desta versão da teoria da dependência não insiste mais em demonstrar e apontar os efeitos negativos da dependência externa. A preocupação passou a ser a análise das relações entre a economia nacional e a economia global que interligam o centro à periferia. Para Fernando Henrique Cardoso o estudo da dependência deveria mostrar como os interesses das economias centrais se articulam no interior das economias periféricas, como que a burguesia dos países subdesenvolvidos assimilava os interesses da burguesia internacional.

Existe pois uma articulação estrutural entre o centro e a periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pacto político entre eles que desembocam no interior do Estado. (Cardoso, 1980, p. 11)

O sociólogo Cardoso crê que a ênfase na relação entre o imperialismo e a nação, ou seja, entre o plano externo e o plano interno, deva deslocar-se para o processo de luta de classes, que ao final possibilita ao Estado Nacional decidir-se por essa ou aquela orientação econômica. Ele espera dessa maneira romper com a abordagem que, segundo ele, via a questão do desenvolvimento como um processo de reposicionamento entre os países na divisão internacional do trabalho.

Desde a década de 50 os intelectuais latino-americanos já percebiam que se configurava uma nova dinâmica capitalista global, que nada mais era que o início do processo de internacionalização da produção capitalista. As empresas multinacionais impulsionavam uma nova divisão internacional do trabalho, conseqüentemente teve de haver uma redefinição da dinâmica entre o mercado interno e externo. O imperialismo, que fora obstáculo à industrialização da periferia, passava a ser a mola propulsora de um certo tipo de desenvolvimento industrial. Cardoso procura indicar que dependência e desenvolvimento capitalista são fenômenos equivalentes que se processam no interior

das nações dependentes. Possivelmente fazendo uma provocação a Rui Mauro Marini e a Theotônio dos Santos escreve:

Houve, é verdade, divergências de interpretação. Não faltaram análises apressadas para mostrar que havia uma tendência à estagnação econômica da periferia graças à estreiteza dos mercados. Mas a linha predominante nas análises academicamente sólidas foi outra. Ela tende a mostrar que dependência e desenvolvimento capitalista podem marchar paralelos. (Cardoso, 1980, p. 12)

Fernando Henrique Cardoso entende que a oposição entre empresariado nacional e empresas multinacionais dentro do estado brasileiro se dissolveu com a nova ordem econômica instaurada no início da Guerra Fria. Para ele, o crescimento do mercado interno se integrou ao dinamismo das empresas multinacionais e do setor estatal. Disso deriva que o ponto de vista dele foi de que a industrialização da periferia modificou substancialmente a forma da dependência. Segundo Cardoso, a ocorrência da industrialização em boa parte da América Latina, seguindo o princípio da substituição de importações criou um mercado interno como principal pólo de absorção da oferta gerada. A partir daí, mesmo que uma parte considerável da produção industrial destas economias seja destinada ao mercado externo a expansão do mercado interno passou a ser fundamental para permitir a circulação de mercadorias e o prosseguimento do processo produtivo. Fernando Henrique Cardoso admite que tudo isso não coincide com a melhora no nível de vida geral nas sociedades dependentes, mas também descarta a hipótese de que a estagnação econômica seria mantida devido à atrofia do mercado interno.

2 Descompassos da dialética em Fernando Henrique Cardoso

(...) negar é ainda afirmar.

(Machado de Assis – A Cartomante)



O trabalho de rastreamento intelectual de nosso ex-chefe de Estado, Fernando Henrique Cardoso, prossegue. Este capítulo se concentrará mais intensamente na formação e na produção intelectual do nosso objeto.

As duas primeiras obras de Fernando Henrique Cardoso: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964) e alguns artigos seus, de suma importância, publicados na Revista Brasiliense, *Desenvolvimento econômico e nacionalismo* (1957), *Condições sociais da industrialização de São Paulo* (1960) e *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social* (1962) serão analisados conjuntamente. Estes textos refletem uma forma de especulação teórica peculiar; um tipo de marxismo filosófico que desenvolveu-se junto à faculdade de filosofia da Universidade de São Paulo nos anos 60. Portanto, a análise de sua participação no assim chamado “Seminário Marx” será decisiva para a compreensão da forma e do conteúdo teórico dessas obras, que também serão, em seguida, sumariamente discutidas.

Feito isso, partimos para uma análise detida de sua obra mais importante, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), escrita conjuntamente com o sociólogo chileno Enzo Falleto, e assim procuramos reconstituir nas obras de Fernando Henrique Cardoso a sua perspectiva analítica e o seu entendimento acerca do desenvolvimento capitalista brasileiro e de suas relações de dependência que se articulam na dinâmica do sistema capitalista internacional.

2.1 Um Seminário Marx ²⁹

A confluência entre marxismo e filosofia com a intenção de demonstrar a força teórico-explicativa do método dialético não foi uma novidade, sucedeu-se anteriormente no núcleo do capitalismo. Georg Luckács em *História e consciência de classe* foi o primeiro a procurar revitalizar a crítica marxista ao capitalismo através de um resgate das idéias dos primeiros textos de Marx, considerados os de maior teor filosófico.

Na Alemanha logo após a primeira guerra mundial, Adorno e Horkheimer, na assim chamada “Escola de Frankfurt”, também evocaram a dialética na compreensão do

²⁹ Seminário para leitura de Marx que um grupo de professores da USP realizou de 1958 a 1964.



colapso de uma Alemanha esclarecida que se transformou rapidamente em barbárie nazista. Conforme analisam o fenômeno, constroem sua crítica às sociedades industriais e à civilização capitalista em geral. Por uma revitalização recíproca do marxismo e da filosofia clássica alemã, os frankfurtianos anteciparam em seus escritos a trágica decadência da civilização industrial e a crise da política e da ciência moderna. Ao pactuarem com a lógica do capital estas duas esferas essenciais da atividade humana teriam perdido o seu conteúdo humanístico e revolucionário.

Voltando ao lado subdesenvolvido do capitalismo, no Brasil, como era de se esperar, as coisas se encaminharam de um outro jeito. Aqui o estigma do atraso histórico permeou, e ainda permeia, a produção teórica das ciências humanas. Portanto, a crítica que surgiu do nosso movimento de revitalização da dialética não foi a crítica a civilização industrial e ao seu caráter técnico, mas, justamente a crítica a ausência desta mesma civilização. No momento que aparece esta perspectiva que podemos chamar de “Aufklärung periférica”, ela imediatamente passa a se preocupar com o problema do desenvolvimento capitalista e suas possibilidades na América Latina.

O “Seminário Marx”, com sua peculiar minúcia metodológica, talvez incentivada pela posição periférica, pôde melhor do que ninguém verificar as deficiências nacionais, no entanto não conseguiu fornecer uma alternativa viável para esse problema. Conseqüentemente acabou por aceitar e buscar o desenvolvimento dependente para o capitalismo brasileiro, mesmo que fosse com altíssimo custo social. Talvez Marx estivesse com toda a razão ao sublinhar que os fatos históricos aparecem por assim dizer duas vezes: a primeira como tragédia e a segunda como farsa. Se assim for, o “Seminário Marx” corre o risco de ser compreendido como a farsa da crítica dialética à civilização industrial capitalista.

No Brasil, a problemática da superação do “atraso” sugeriu sua peculiaridade.

Cultura filosófica e marxismo não chegaram ao Brasil pelos mesmos caminhos. Nem poderiam: enquanto o verniz da primeira só se adquire no colégio, o segundo perde completamente a razão de ser longe da luta de classes e da intervenção que ela requer. [...] [...] Não é menos verdade contudo que um e o outro precisaram atravessar o oceano, mas não o fizeram na mesma época nem poderiam ser mais disparatados os respectivos destinatários: a classe operária e suas

organizações, a elite dominante interessada na modernização da instrução pública³⁰. (Arantes, 1994, p. 237)

A crise do nacional desenvolvimentismo e os dilemas que se abriram para o futuro do país como nação industrializada exigia o posicionamento político das Universidades. Essa conjuntura histórica impunha à filosofia uspiana a necessidade de pronunciar-se acerca da realidade nacional; concomitantemente o marxismo brasileiro agonizava em sua fase stalinista e precisava, como teoria crítica e revolucionária, recuperar terreno perdido. Nesta conjuntura se processou uma simbiose capaz de renovar o fôlego de ambos. Lá estavam,

de um lado, o despropósito bem conhecido da transplantação chapada da seqüência escravismo -feudalismo – capitalismo para um país de passado colonial moderno, acrescida, no plano especulativo, do enxerto do marxismo soviético. Do outro o risco permanente de irrelevância, agravado pela vida de estufa levada pela filosofia universitária que estávamos aclimatando. (Arantes, 1994, p. 237-238)

Em meio a uma crise recíproca marxismo e filosofia somaram forças para sua atualização diante da crítica realidade nacional. “Me refiro a um grupo que se organizou em São Paulo, a partir de 1958, na Faculdade de Filosofia, para estudar *O Capital*. O grupo deu vários professores bons, que escreveram livros de qualidade, e agora viu um de seus membros virar presidente da República”. (Schwarz, 1995)³¹

Quando nosso marxismo penetrou o universo acadêmico ele tinha o propósito de rever integralmente as interpretações anteriores do marxismo e da realidade brasileira elaboradas até aquele momento. A dialética tinha a missão de se elevar em meio as ideologias e comprovar sua eficácia analítica. Pairava um otimismo na força da ciência e da técnica tanto em sua capacidade de esclarecer a realidade quanto em sua capacidade de catalisar o desenvolvimento nacional.

³⁰ Arantes, P. E. *Um departamento francês de ultramar*. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60). São Paulo: Paz e Terra, 1994.

³¹ SCHWARZ, R. *Um Seminário Marx*. (publicado no jornal *Folha de São Paulo* 8/10/95)



Quando o seminário começou a se reunir, as figuras constantes eram Giannotti, Fernando Novaes, Paul Singer, Octávio Ianni, Ruth e Fernando Henrique Cardoso. Com estatuto de aprendiz apareciam também alguns estudantes mais metidos: Bento Prado, Welfort, Michael Löwy, Gabriel Bolaffi e eu. A composição era multidisciplinar, de acordo com a natureza do assunto, e estavam representadas a filosofia, a história, a economia, a sociologia e a antropologia. Vivíamos voltados para a Universidade, mas nos reuníamos fora dela, para estudar com mais proveito a salvo da compartimentação e dos estorvos da própria instituição. (Schwarz, 1995)

A jovem filosofia uspiana, apesar de iniciante, havia aprendido a trabalhar meticulosamente os textos clássicos, uma técnica passada pelos seus professores franceses, como é sabido. Aplicar tais técnicas de leitura e de explicação estrutural dos textos, aprendidas com os professores franceses que vieram montar o departamento de filosofia da USP, era uma maneira de afastar-se do amadorismo teórico que até então marcava o cenário nacional. A jovem filosofia uspiana teve seu ímpeto voltado para a leitura de clássicos, mas *O Capital* de Karl Marx foi à obra que mais marcou o Seminário.

... todos nós, sociólogos, economistas, historiadores e até mesmo filósofos, todos liamos Marx com o objetivo explícito de entender o estágio em que se encontravam as relações sociais capitalistas, para situar neles a dificuldade do desenvolvimento econômico e social brasileiro, com o intuito preciso de poder avaliar as políticas em curso. (Schwarz, 1995)

Com um cuidado redobrado ao lidar com os conceitos, a filosofia tinha que constar obrigatoriamente como estímulo ao rejuvenescimento do marxismo. Foi a filosofia que legitimou o marxismo no adverso ambiente da comunidade científica. Por outro lado, o marxismo e sua teoria revolucionária davam à filosofia produzida na periferia do capitalismo a possibilidade de neutralizar o estigma do atraso e da inferioridade cultural.

O marxismo filosófico que daí advém visa compreender as estruturas do capitalismo brasileiro com certa neutralidade científica. Na rivalidade entre os intelectuais paulistas, da USP, e os intelectuais cariocas, do ISEB, os paulistas achavam-se à frente em relação ao rigor científico. Os paulistas creditavam sua superioridade analítica ao isolamento intramuros da universidade que os protegia das contaminações políticas, provenientes da proximidade do poder e de suas práticas viciosas.³²

Enquanto isso, no Rio de Janeiro o ISEB ligava a dialética e a luta de classes ao 'desenvolvimentismo' (sem neutralidade científica, proto-científico) (...) (...) bem o contrário da nossa escola da rua Maria Antonia, ambiciosa e caipira, sofrendo falta de eco nacional e tendo como bandeira o padrão científico, em oposição à ideologia. (Schwarz, 1995)

Havia uma constante preocupação com a tensão entre ideologia e ciência, bem como as particularidades culturais e os problemas conceituais de análise que daí decorrem. Segundo o grupo, na época, a esquerda comunista misturava, na prática, ciência com ideologia. Assim sendo, a preocupação em diferenciar esses dois pontos era tema central, uma vez que esclareceria o cenário social e os orientaria a uma prática política coerente.

Para Giannotti, o Iseb apresentava o seguinte entendimento do termo ideologia: "Ideologia é toda construção intelectual que, embora pretendendo atingir a verdade e sendo também suscetível de confirmação ou rejeição, não pode, por enquanto, ainda que de direito, ser integralmente confirmada ou rejeitada" (Giannotti, 1998, p. 120). Já a perspectiva do seminário entendia que "por ideologia se entendia a totalização representativa de um ponto de vista particular que um grupo assume num modo de produção" (ibidem). Assim sendo, a ideologia tinha para o Iseb um papel substantivo na construção histórica; para o Seminário a ideologia era meramente vista como representação do mundo contida em distintas classes sociais.

Grosso modo, os objetivos do Seminário eram a compreensão das estruturas do capitalismo brasileiro mediante o crescimento e expansão do processo industrial. Ao mesmo tempo procuravam atingir um nível teórico respeitável nos padrões do primeiro

³² Ver a respeito à reconstituição interessante de Daniel Pécaut. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

mundo enfrentando o seguinte desafio de como fazer ciência na periferia do capitalismo? Em suma, a idéia, de nossos intelectuais periféricos era realizar um trabalho intelectual para entender a própria periferia. Neste sentido último o Seminário assemelhava-se à Cepal.

Observe-se que o objetivo era compreender as estruturas do capitalismo da época, por mais complicada que parecesse essa noção de estrutura, pois nos ruminavam problemas relativos ao funcionamento das relações sociais tanto na medida em que se conformam ao serem atravessadas pelo processo produtivo, quanto se perfazem e incorporam peculiaridades culturais. (Giannotti, 1998, p. 123)

A grande tarefa a ser executada era a de estabelecer as devidas conexões entre o capitalismo avançado da época e a sociedade brasileira. Ou seja, a intenção era a de investigar a realidade brasileira através da dialética marxista de maneira que saltassem aos olhos os condicionantes internos da dinâmica social brasileira que garantiam a reprodução ampliada do capitalismo nacional. É interessante vermos a declaração de Giannotti comentando o espírito do grupo na época:

Ora, todos nós persistíamos na crença de que o estágio do capitalismo daquela época só poderia ser explicado pelo peculiar funcionamento das relações sociais de produção, e de que, se estas estavam incorporando elementos políticos e culturais, sua reposição se mantinha por uma lógica que permanecia no plano em que Marx colocou sua crítica da economia política. (Giannotti, 1998, p. 123)

Enquanto o Brasil procurava com afã avançar em sua modernização política, social, econômica, através do desenvolvimento industrial, o Seminário esperava que finalmente o pensamento social brasileiro tivesse sua competência reconhecida perante o mundo. A procura por um aparato conceitual original, capaz de dialogar com a realidade era tarefa dessa, por assim dizer, *intelligentsia* paulista. Ela queria, antes de tudo, um acerto de contas com as análises anteriores acerca do Brasil e de seu desenvolvimento como nação. O padrão contemporâneo de pesquisa e organização

técnica do trabalho acadêmico deveria, segundo a *intelligentsia* paulista, tornar mais nítida a realidade indo além do mecanicismo conceitual usual.

Com efeito, o ideal dialético do grupo passou pela técnica de explicação de texto, e de acordo com esta técnica, o seminário encontraria a dialética no todo arquitetônico da obra e não em suas alegações doutrinárias. O progresso deveria ser encarado como o avanço total da sociedade, incluindo a racionalização das instituições e das práticas sociais. Assim sendo, a busca pelo avanço das práticas acadêmicas e pelo rigor intelectual se misturava à busca pelo progresso. Nesse sentido, nosso marxismo filosófico salientava acertadamente que para se entender as particularidades do nosso desenvolvimento era preciso verificar como se desenvolvia o capitalismo mundial e como seu rumo afetou o desenvolvimento do capitalismo periférico.

... é certo que a institucionalização da inteligência tem por sua vez um preço alto em alienação e embotamento. Seja como for a idéia de uma esquerda marxista sem chavão, a altura da pesquisa universitária contemporânea adquiria autoridade e eficácia entre nós através de sua associação à técnica da "explication de texte" mais ou menos obrigatória ao secundário europeu. (...) Em suma, a leitura dos textos e a explicação da sociedade se tecnificavam, de modo ora despropositado, ora esclarecedor, mas sempre aumentando o desnível com os não especialistas. Era a vez dos universitários que chegava. (Schwarz, 1995)

Poderíamos dizer então que havia um projeto ideológico subjacente a esta ostentação da autoridade científica. A relação entre a modernização capitalista e a valorização da produção científica é congruente. No processo de transformação e modernização das práticas sociais nacionais a especialização científica se torna uma arma na disputa política brasileira. A busca pela notoriedade intelectual não deixava de remeter a uma determinada posição política. "É sintomático que, em 1969, depois de termos sido expulsos da universidade e tratávamos de criar o CEBRAP, Paul Singer me tenha dito que passava a considerar a produção de conhecimento na nova instituição como sua atividade política primordial". (Giannotti, 1998, p. 118)

2.2 FHC e sua produção na Revista Brasiliense³³

Em 1957, Fernando Henrique Cardoso publicava no 12º número da Revista Brasiliense um artigo intitulado: *Desenvolvimento econômico e nacionalismo*. O artigo tenta mostrar o nacionalismo como ideologia pela qual as nações periféricas tomam consciência da sua particular condição subalterna no desenvolvimento capitalista internacional.

Segundo Cardoso, encontrar possibilidades de desenvolvimento econômico em meio às barreiras impostas pela situação de subdesenvolvimento foi o motivo central que norteou a consolidação da ideologia nacionalista. Neste sentido, o nacionalismo responde à necessidade de integração das nações periféricas na nova conjuntura econômica global do pós guerra que adentrava a fase dos monopólios internacionais. Com efeito, o nacionalismo não deixa de ser uma ideologia do desenvolvimento econômico periférico que atua na construção de um pacto interno que une os objetivos políticos das classes, procura amenizar a pressão das massas ao mesmo tempo em que tenta defender e desenvolver a indústria nacional e o poder econômico das elites. “Assim, o nacionalismo nos países subdesenvolvidos ao mesmo tempo que exerce a função de ideologia do desenvolvimento econômico exerce também a função de ideologia política das massas” (Cardoso, 1957, p. 97)

Levando em consideração as condições internacionais propícias ao desenvolvimento do capitalismo periférico, o nacionalismo oportunamente visa uma solução mesmo que momentânea para o desenvolvimento econômico periférico. Tende não apenas responder às condições peculiares à posição dos países subdesenvolvidos no sistema econômico mundial, mas as condições políticas e sociais dos mesmos. A ocorrência de uma conjuntura econômica global favorável a uma expansão econômica rápida de certos países periféricos, como o Brasil, deriva, conforme a análise de Cardoso, de o fato do sistema capitalista mundial atravessar, no pós-guerra, um período anormal de prosperidade, e em segundo lugar, o efeito da influência socialista.

³³ A *Revista Brasiliense* foi a mais importante revista crítica do período nacional desenvolvimentista. Estreou em 1955 apresentando uma proposta em forma de manifesto e trazendo à discussão de problemas econômicos, sociais e políticos que inquietavam o país. Nomes como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Josué de Castro, Florestan Fernandes. Apesar de seus colaboradores estarem estreitamente ligados ao Partido Comunista Brasileiro, a revista se opunha com frequência à direção do PCB. Considerada uma continuação da *Revista do Brasil*, de Monteiro Lobato, a *Brasiliense* foi publicada pela última vez em 1964, quando foi destruída na gráfica a mando do governo.

Em *Condições sociais da industrialização de São Paulo*, Fernando Henrique Cardoso procura compreender o fenômeno da industrialização de uma área dependente ou colonial e, para tal missão, recorre às análises das condições de formação do sistema capitalista em São Paulo. Em larga medida, corrobora a idéia de Caio Prado Jr. acerca da realidade capitalista do empreendimento colonial. Uma vez que,

antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista da produção industrial. (Cardoso, 1960, p.34)

Para o sociólogo Cardoso, as fazendas do oeste de São Paulo foram de importância crucial para o crescimento da indústria. A produção cafeeira apesar de sustentada com o trabalho escravo, que é um conteúdo não-capitalista, fortalece-se na crise do escravismo e com a valorização do trabalho assalariado do imigrante, com base na imigração. É precisamente neste movimento que o antigo latifundiário passa à condição de empresário capitalista.

A adoção do trabalho livre é o conteúdo social imprescindível do desenvolvimento capitalista. Para Fernando Henrique Cardoso,

... o ponto central para a caracterização do processo de industrialização das condições em que ele se efetuou no Brasil foi indicado: sua emergência dependeu da formação de duas camadas sociais distintas, por um lado a dos que como donos do capital podiam dispor dos meios de produção, e por outro lado a dos que, sendo homens livres, dispunham de sua força de trabalho. (Cardoso, 1960, p.44)

Um outro ponto que chama a atenção é a caracterização do problema de que o processo de industrialização descarta todos os trabalhadores do antigo sistema, deixando-os totalmente marginalizados. Sobre a formação do proletariado concluiu que os imigrantes do café serão transformados em nosso proletariado e não os escravos.

Em *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social*, de 1962, Cardoso enfatiza que o setor industrial tornou-se o núcleo dinâmico da economia brasileira,

portanto a análise do conteúdo social do proletariado nacional passou a ser prioritária para o entendimento dos rumos futuros da nação brasileira. Fernando Henrique entende que a descontinuidade da expansão industrial nacional levou à formação de uma classe proletária enfraquecida em sua força política. Uma das particularidades de nosso incipiente operariado era sua heterogeneidade que dificultava ainda mais a sua organização como classe, o que facilitaria a imposição de uma ordem capitalista extremamente atroz. De maneira geral, esta fraqueza proletária descendia de uma sociedade de base agrária economicamente dependente dos países desenvolvidos que recentemente superara seu passado escravocrata. Portanto, no “conjunto, a ação operária estava condenada a ser, ao mesmo tempo e ambigualmente, violenta e impotente”. (Cardoso, 1962, p. 112)

A força repressiva do Estado no pós-guerra desmobilizaria a crítica operária. Posteriormente, o corporativismo varguista asseguraria a ordem pela submissão dos sindicatos ao Estado. Foi na realidade a ascensão da burguesia sobre nosso passado latifundiário que controlou e possibilitou a abertura de canais de participação política da massa proletária. É evidente que com o desenvolvimento e crescimento industrial o controle do Estado sobre a classe operária tende a se esgotar, devido ao crescimento do contingente e da importância dos operários.

Com efeito, a conclusão primeira a que chega o sociólogo Cardoso, após sua breve análise da formação de nosso operariado é que é pouco possível que o comportamento do operariado brasileiro, pelo menos a curto prazo, se caracterize pela precipitação revolucionária.

a revolta e as insatisfações geradas pela ordem industrial emergente tenderão a canalizar-se para movimentos de defesa dos interesses de classe, não se vislumbrando mais na classe, porém, a possibilidade histórica do universal concreto, a mediação necessária para a inexistência futura “dos interesses de classe”, nem se colocando, portanto, a questão do poder como a pedra de toque de uma ação proletária consciente de seu papel. (Cardoso, 1962, p. 121)

Enfim, Cardoso antevê que a possibilidade revolucionária encontra-se limitada pela capacidade que o capitalismo periférico, associado e dependente, tiver para assegurar-se como sistema econômico. O autor não acredita que será o momento de

falência do capitalismo nacional e muito menos do capitalismo internacional, entretanto, a capacidade de manter o ritmo acelerado de acumulação tende também a não permanecer. Assim sendo, “no futuro redefinir-se-ão os quadros gerais que limitam as possibilidades de ação operária e as formas de comportamento proletário no Brasil”. (Cardoso, 1962, p. 121)

2.3 *Escravidão e capitalismo no Brasil meridional*

Pode-se dizer que Fernando Henrique Cardoso, em seu livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, realizou com grande êxito uma análise dialética inspirada diretamente em Marx, seguindo neste sentido as influências do Seminário Marx do qual participava assiduamente. Neste livro teve como objetivo principal demonstrar o uso do materialismo histórico para a compreensão da passagem do escravismo ao trabalho livre na Província do Rio Grande e, conseqüentemente, de sua inserção precoce no campo das relações sociais regidas pelo capital.

O sociólogo Cardoso, ao voltar-se para o conhecimento da história da segunda metade do século XIX da Província do Rio Grande, percebeu que sua economia e sociedade vinham atravessando uma transformação radical em sua base. Ou seja, a mão de obra escrava tornava-se cada vez mais escassa devido a uma associação de causas: entre elas a mais importante era a proibição ao tráfico negreiro imposta pelos ingleses e a constante corrente migratória dos negros para a Província de São Paulo, a qual necessitava intensamente de braços na cultura de café, que já era dominante no país.

Segundo Cardoso, para garantir a emergência de um novo surto expansivo da economia riograndense foi necessário substituir o escravo pelo trabalhador livre alterando radicalmente as estruturas produtivas desta província, com novas formas de propriedade e relações de produção.

Não se desejava, portanto, resolver apenas o problema de escassez de mão-de-obra; ansiava-se pela renovação das práticas de trabalho; esperava-se a libertação do espírito criador no trabalho; milagre que só o imigrante, isto é, o braço estrangeiro, livre, proprietário, e não peado pelas velhas formas de produção ou por qualquer liame contratual poderia realizar ... (Cardoso, 1962, p. 215)

Fernando Henrique Cardoso sugere que foi no embate da Província do Rio Grande entre a forma escravista de produção e a forma livre de trabalho que se iniciou a implantação das primeiras estruturas do capitalismo brasileiro. Para ele o processo de instauração da mão de obra livre combinou contradições tais que a escravidão, tal como já afirmara Caio Prado Jr., no nosso passado colonial era uma das faces do movimento de expansão e reprodução do capital. “Antes que o senhor, ou a liberdade, o outro da escravidão é o capitalismo, e este de modo muito relativo, já que também é causa dela”. Com efeito, o desenvolvimento periférico abriga arcaísmos funcionais à lógica do capitalismo global, de modo que o capitalismo não é totalmente progressista e nem a escravidão é totalmente atrasada.

Para Fernando Henrique Cardoso é importantíssimo notar que quando se implanta a liberdade capitalista ela está associada ao imigrante, de forma que o negro até então escravo, ao obter a alforria, é marginalizado, ou seja, é excluído da nova sociedade que independe da sua participação. Neste sentido a herança colonial permanece atormentando o novo modelo de sociedade baseado no trabalho livre.

Segundo Schwarz, o mais interessante neste trabalho de Fernando Henrique Cardoso é que as categorias sociais forjadas pela experiência européia foram problematizadas e tiveram de ser acrescidas de uma nova dinâmica que dotasse de conteúdo essa análise da realidade brasileira.

A dificuldade de que tratamos aqui é mais específica: nos países saídos da colonização, o conjunto de categorias históricas plasmadas pela experiência européia passa a funcionar num espaço com travejamento diferente, diverso mas não alheio, em que aquelas categorias nem se aplicam com propriedade nem podem deixar de se aplicar, ou melhor, giram em falso mas são a referência obrigatória, ou ainda, tendem a um certo formalismo. (Schwarz, 1995)

Enfim como já apontava em sua participação no Seminário Marx, o sociólogo Cardoso preocupava-se com a condição de consumidor passivo das teorias vindas do núcleo capitalista. Era segundo ele necessário enfrentar a tarefa de modificar ou ressignificar os conceitos produzidos no continente europeu, sem isso seria impossível captar nosso conteúdo social. Segundo a perspectiva alcançada pelo grupo, as idéias

importadas, quando aterrissam em um solo distinto do original, devem ser manipuladas com cuidado redobrado, o que converge no minucioso estilo de trabalho teórico da propedêutica filosófica uspiana.

Com o tempo, aquela *intelligentsia* paulista ia corroborando a tese de que em sua periferia o capitalismo irrompia com uma aprofundada desigualdade sócio econômica. Aqui no Brasil operava um desenvolvimento que fugia aos padrões clássicos. Era necessário desvendar como operava nosso capitalismo e constatar as possibilidades futuras dessa sociedade que padecia do estigma do atraso. Neste sentido, à medida que progrediam as análises do nosso desenvolvimento, ou melhor, quando as análises econômicas foram sendo incrementadas pela perspectiva sociológica e política o horizonte da superação revolucionária do estado de desigualdades sociais foi se distanciando.

3.4 Empresário industrial e desenvolvimento econômico

O livro apresentado por Fernando Henrique Cardoso em novembro de 1963 como tese de livre-docência de sociologia junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Nas palavras do próprio autor:

Reúne o resultado parcial de pesquisas (...) e de reflexões a que me tenho dedicado há alguns anos, no campo da análise sociológica da industrialização e do desenvolvimento econômico. O problema central discutido no livro – a participação dos empresários industriais no desenvolvimento econômico do Brasil – é novo na literatura sociológica brasileira. Apenas começam a surgir estudos concretos sobre a formação da sociedade industrial e, quase sempre, devem-se à literatura econômica as contribuições pioneiras. (Cardoso, 1964, p. 5)

Este livro, por si só, tornou-se importante, visto que foi precursor de uma agenda de pesquisas no campo da sociologia industrial no Brasil e na América Latina. Porém, foi muito além disso: em sua primeira parte realiza um exame crítico das teorias construídas por historiadores e economistas para explicar o desenvolvimento econômico

como um processo histórico-social. Fernando Henrique Cardoso torna claro que transferir o esquema válido para a análise das formas de comportamento tipicamente empresariais das economias caracterizadas pelos monopólios e pela produção em massa para compreender a ação e a mentalidade dos empreendedores das áreas subdesenvolvidas seria um engano catastrófico. Segundo o sociólogo Cardoso, somente os cientistas sociais dos países periféricos possuem condições para a resolução dos problemas metodológicos ou teóricos da nossa realidade. O seu objetivo é mostrar que a burguesia industrial brasileira difere essencialmente daquelas concepções clássicas de burguesia e que estas diferenças só poderiam ser captadas em suas múltiplas determinações por aqueles cientistas sociais que estivessem inseridos na mesma dinâmica social e que pudessem assim realizar as observações teóricas e empíricas que os levassem a deduções criteriosas e verdadeiras.

O teor desta afirmação inovava. Ele queria demonstrar como a burguesia industrial brasileira não podia ser compreendida como as européias, neste sentido seus objetivos, interesses e vocação política não são os mesmos. O mesmo se aplicava ao proletariado e aos demais atores sociais que constituíam o cenário político e econômico brasileiro daquela época. Segundo Fernando Henrique Cardoso, o pacto nacional desenvolvimentista foi também possível no período anterior porque as classes e frações de classes do capitalismo nacional ainda não se configuravam como tais.

O que Fernando Henrique Cardoso nota de novo é que com o avanço do capitalismo nacional passamos a contar com uma luta de classes cada vez mais intensa, o que de fato acelerou o processo de crise do pacto nacional-desenvolvimentista. A partir daí, o livro trata de estabelecer uma tipologia empírica das empresas industriais brasileiras que caracterize a organização e os conteúdos do horizonte cultural dos tipos de empresários que dirigem estas indústrias. Neste sentido o livro passa a categorizar os protagonistas da dinâmica social brasileira.

Conseqüentemente, Fernando Henrique Cardoso constatou que nem a burguesia industrial nem o proletariado teriam condições de assumir o comando político do processo de acumulação capitalista, a classe média e a pequena burguesia também não esboçariam tentativas neste sentido. Assim sendo, apoiadas no Estado nacional as camadas tradicionais recomporiam sua hegemonia através de novos pactos que incluiriam a própria burguesia industrial ainda recente e heterogênea. Deste modo, passa a ficar claro que o futuro da acumulação nacional contaria com a presença e ampla



participação dos grupos econômicos estrangeiros. O autor aponta a perspectiva da burguesia industrial brasileira:

A situação peculiar da burguesia industrial na sociedade de massas em formação e a situação em que se encontra no processo de industrialização, fazem-na temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados. Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. (Cardoso, 1964, p. 180)

Para Cardoso, a burguesia industrial nunca chegou a implantar um projeto de capitalismo próprio, que era defendido pela de esquerda, mas decidiu-se por um projeto de capitalismo associado que proporcionasse perspectivas mais sólidas de lucro. Esta assertiva de Fernando Henrique Cardoso viria a ser confirmada no mesmo mês de lançamento do livro, em abril de 1964, com a destituição de João Goulart e a ascensão dos militares ao poder por uma conspiração entre as velhas oligarquias agrárias, a burguesia industrial e todo o apoio do capital estrangeiro. Definitivamente a burguesia nacional não era revolucionária, pelo menos no sentido clássico do termo. “Fernando Henrique Cardoso acertara em toda linha, também neste ponto: tratava-se de um subcapitalismo ávido de avanços econômicos e sem compromisso com a integração social”. (Schwarz, 1995)

Não podemos desconsiderar os avanços críticos desta perspectiva que solidifica a maturidade teórica brasileira. Ela confirma a funcionalidade do nosso subdesenvolvimento na expansão global do capitalismo e expõe as contradições internas contidas em nossa luta de classes que determinam diretamente a inserção do país no panorama internacional. Substituir de certa maneira o peso das determinações externas pelo peso das determinações internas na explicação do rumo tomado por nosso capitalismo era uma característica essencial da teoria da dependência na versão de Fernando Henrique Cardoso. Integrar o enfoque econômico ao enfoque político e sociológico foi uma forma de atacar os modelos analíticos que só utilizassem critérios econômicos em sua classificação das sociedades e que por isso geravam variáveis vazias que simplesmente posicionavam os países em uma escala simples que ia do arcaico ao

moderno. A luta pelo desenvolvimento impulsionou nosso desapequamento intelectual. Se existem variações sociais fundamentais entre núcleo e periferia os conceitos que servem à apreensão da realidade periférica são completamente distintos.

Contrariamente à visão que previa um anacronismo conceitual insuperável para o capitalismo periférico, a visão dialética evocada por Fernando Henrique Cardoso, afeita a ver o mesmo no outro, teve a sagacidade teórica de apropriar-se criticamente das categorias importadas da Europa. A visão dialética adquirida na experiência do Seminário Marx esclareceu que nosso desenvolvimento apesar de aprofundar as contradições sociais periféricas não encontrou o seu limite, pois a economia mundial não pode prescindir da periferia latina. Assim sendo, quando sucedeu o golpe militar em 64 os uspianos do Seminário sabiam que a associação subalterna da economia nacional à economia mundial de maneira autoritária seria a opção adotada pelos militares para a saída do impasse econômico brasileiro. Enfim, o quadro que se pintava em nosso futuro era o do subdesenvolvimento com aguda repressão política na figura de um Estado Ditatorial que garantiria a continuidade da industrialização com o financiamento americano.

Noutros termos, ainda, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos não leva ao desenvolvimento senão em aparência, pois assim como, chegado o momento, este repõe seu travejamento social 'arcaico', o capitalismo visto no todo e em plena ação modernizante também repõe a situação subdesenvolvida, que neste sentido faz parte do travejamento arcaico da própria sociedade contemporânea, de cujo desenvolvimento seria o caso de duvidar. (Schwarz, 1995)

2.4 Dependência e desenvolvimento na América Latina

Escrito em 1966 e 1967, o livro procura analisar a natureza social e política do processo de desenvolvimento econômico da América Latina. Estabelecendo um diálogo com economistas, historiadores e sociólogos. O autor admite que sem isso não seria possível almejar a compreensão do processo de expansão capitalista latino-americano.



Fernando Henrique Cardoso busca a compreensão e a desmistificação das condições, possibilidades e formas de desenvolvimento econômico no que ele conceitua de nações dependentes, ou seja, economias organizadas em Estados nacionais que almejam a soberania e autonomia política e econômica, mas que dependem das condições externas para possibilitarem o seu desenvolvimento interno. O problema, segundo o autor, consistia em mostrar de forma mais direta e específica como se dá na relação externo e interno que implicações derivam da forma de combinação que se estabelece, nas nações dependentes, em situações estruturais distintas, entre economia, sociedade e política. Em outras palavras, o objetivo do livro é capturar as especificidades construídas ao longo do processo de formação nacional nos diversos países da América Latina diferenciando-os.

O livro começa lembrando que ao fim da segunda grande guerra pelo menos uma parte dos países latinos pareciam em condições de dar um salto qualitativo no processo de formação de seu parque industrial e de seu mercado nacional e com isso davam a impressão de estarem perto de conquistarem sua autonomia econômica e política. Com efeito, durante as guerras, o esmaecimento do mercado internacional provocou a defesa dos mercados nacionais e promoveu uma acumulação considerável de divisas por algumas economias latinas. Naquele momento elas pareciam ter condições de romper com o ciclo de “substituição de importações” iniciando uma nova etapa de produção de bens de capital.

Acreditava-se que a ampliação e diversificação do mercado interno e do sistema produtivo nacional prosseguiria praticamente por inércia: bastaria aliar o fortalecimento do mercado interno à transferência da mão de obra para setores de alta produtividade conjuntamente com a realização de uma redistribuição da renda e da propriedade da terra para se atingir a soberania econômica daquelas nações latino-americanas. A industrialização tornava-se, a partir de 1950, a única opção para o desenvolvimento das nações latinas. Somente ela seria capaz de expandir o mercado interno e assegurar o desenvolvimento auto-sustentado e perene. Neste sentido, o campo analítico de desenvolvimento é expressão teórica desta conjuntura que explicava o sentido do desenvolvimento periférico a partir de dentro das economias periféricas, rompendo assim com aquela visão que partia da conjuntura externa do mercado.

Segundo Fernando Henrique Cardoso,

As condições estruturais e de conjuntura favoráveis deram margem desde então à crença, comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria principalmente da capacidade de cada país para tomar decisões de política econômica que a situação requeresse. (Cardoso, 1970, p. 11)

Dessa maneira se apostava na capacidade empreendedora do Estado; somente ele poderia planejar e coordenar a criação da infra-estrutura capaz de diversificar de maneira eficiente a estrutura produtiva. Além disso, caberia ao Estado gerar e absorver tecnologia necessária à otimização dos recursos produtivos. Com efeito, essa visão compreendia que nossa modernização institucional política dependia do Estado como agente catalisador do desenvolvimento. Para Fernando Henrique Cardoso

O pressuposto geral implícito nessa concepção era que as bases históricas da situação latino-americana apontavam para um tipo de desenvolvimento eminentemente nacional. Tratava-se, então, de fortalecer o mercado interno e de organizar centros nacionais de decisão de tal modo que se tornassem sensíveis aos problemas do desenvolvimento de seus próprios países. (Cardoso, 1970, p. 12)

No entanto, em meados da década de 1950, o otimismo desenvolvimentista começa a ceder lugar a um certo ceticismo quanto às condições e possibilidades de um desempenho econômico positivo daquelas emergentes economias periféricas. A partir desta constatação, o primeiro capítulo do livro levanta algumas questões. Será que as análises desenvolvimentistas foram insuficientes para a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo periférico, o que os teria levado a um erro de perspectiva? Havia de fato condições econômicas que não se realizaram devido à ineficiência institucional estatal? Admitindo a veracidade do avanço econômico de algumas economias latinas tais como as do Chile, Brasil, Argentina, e México, como explicar a estagnação que coincidiu com a crise do modelo desenvolvimentista?

Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social brasileira, o jogo das forças políticas e sociais que atuaram na década desenvolvimentista, os responsáveis tanto do resultado favorável como da perda do impulso posterior do processo brasileiro de

desenvolvimento?” (Cardoso, 1970, p. 14) (...) (...) “Ainda que os graus de diferenciação da estrutura social dos diversos países da região condicionem de forma diversa o crescimento econômico, não é suficiente substituir a explicação econômica do desenvolvimento por uma análise sociológica. Falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino americanos, e que responda às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais?” (Cardoso, 1970, p. 15)

O segundo capítulo do livro intitulado *A análise integrada do desenvolvimento* tem o objetivo de mostrar que o desenvolvimento é em si mesmo um processo social. Mesmo seus aspectos que parecem ser puramente econômicos envolvem uma trama de relações sociais subjacentes a eles. Fernando Henrique Cardoso afirma a necessidade da integração entre sociologia e economia para a compreensão do processo de desenvolvimento.

Tecendo uma crítica ao dualismo estrutural, o sociólogo Cardoso vai contra toda a sociologia que acredite na passagem das sociedades tradicionais às sociedades modernas. Para Fernando Henrique Cardoso,

... a mudança das estruturas sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas variáveis que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria. (Cardoso, 1970, p. 18)

Segundo Fernando Henrique Cardoso o que importa é captar o sentido da formação das nações dependentes e subdesenvolvidas por dentro de suas sociedades, ou seja, identificar as forças e classes sociais internas que dinamizam o Estado nacional, estabelecendo relações e alianças que organizem um equilíbrio dos grupos nacionais no âmbito das relações internacionais.

Freqüentemente, assinala-se como característica dos países subdesenvolvidos o atraso em certos aspectos da estrutura ainda que não em outros. Isto remete à idéia de

desvio do processo de desenvolvimento normal do capitalismo e dos caminhos naturais a serem percorridos pela industrialização e pelo conjunto da sociedade. Fernando Henrique Cardoso nega a validade analítica deste tipo de enfoque e salienta que a dinâmica interna e as lutas entre os grupos políticos e sociais implicam em determinado dinamismo das sociedades dependentes. Em outros termos, o desenvolvimento não deriva exclusivamente de fatores externos, neste sentido o subdesenvolvimento não é um desvio ou uma deformação, mas a própria singularidade estrutural da América Latina.

O objetivo de Fernando Henrique Cardoso é justamente fazer perceber que o tipo de integração social das classes deve ser o guia no procedimento de entendimento do processo de desenvolvimento. Com efeito, é a composição social que logicamente influi sobre o modo de inserção das economias periféricas na dinâmica econômica mundial. Assim sendo, para ele, “importa realçar as características histórico-estruturais que geram processo de semelhante natureza e que revelam o sentido mesmo que pode ter tal modernização”. (Cardoso, 1970, p. 21)

Conseqüentemente Fernando Henrique Cardoso propõe o que ele chama de análise integrada do desenvolvimento. Segundo ele essa perspectiva analítica nada mais é que materialismo histórico embasado sinteticamente na famosa frase de Marx: “os homens fazem a história, mas não a fazem como querem”.

Segundo o autor, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectivas: por um lado, deve-se inserir as condições históricas particulares em sua totalidade social subjacente ao processo de desenvolvimento, no plano nacional e no plano mundial; por outro lado deve-se buscar nas situações estruturais dadas os objetivos e interesses que dão sentido e orientam a luta de classes e os demais movimentos sociais que dinamizam as sociedades na periferia latino-americana.

Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (Cardoso, 1970, p. 22)

Podemos então afirmar que Fernando Henrique Cardoso através da análise dos interesses e valores que orientam ou que podem orientar a ação dos agentes econômicos compreende o processo de mudança social proporcionado pelo desenvolvimento do capitalismo nacional. Com efeito, ele quer demonstrar que a forma de desenvolvimento não pode ser dada a priori, o movimento proporcionado pela tensão entre os grupos com seus devidos interesses sociais e políticos divergentes é o filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos.

O conceito de dependência cunhado por FHC aspira a dar significado ao momento histórico: só se entende a periferia do capitalismo por sua luta de classes específica peculiar a cada país latino relacionado ao jogo de forças políticas-econômicas internacionais. Por isso, afirma FHC, são as manifestações internas ou situações particulares da dependência que condicionam as relações externas, sem esquecer que as manifestações, externas ou gerais incidem diretamente nas possibilidades estruturais de cada nação que luta pelo desenvolvimento.

Seguindo Marx, Fernando Henrique Cardoso pretende encarar a política como expressão da dominação econômica, “pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio”. (Cardoso, 1970, p. 23) O conceito de dependência surge daí e espera abarcar os aspectos centrais do desenvolvimento em seu sentido geral e particular. A teoria da dependência quer dotar de conteúdo o jogo de forças internacionais, seu equilíbrio e estrutura do mercado mundial; o sistema produtivo nacional e suas vinculações externas; e mais importante, a formação histórica e a estrutura das sociedades dependentes, delineando as manifestações políticas sociais que modelaram a distribuição do poder e das instituições que proporcionam a continuidade da expansão capitalista

“Com efeito, a interpretação sociológica dos processos de transformação econômica requer a análise das situações onde a tensão entre os grupos e classes sociais revelem as bases de sua sustentação econômica e política”. (Cardoso, 1970, p. 24) Assim sendo, para Fernando Henrique Cardoso, o desenvolvimento refere-se intrinsecamente à mudança e transformação no sentido progressivo da acumulação do capital que implica alterações tanto na composição político institucional como na estrutura produtiva das sociedades dependentes.

Em resumo, com o intuito de romper com a parcialidade das análises usuais do desenvolvimento, elaboradas pela economia e pela sociologia, o sociólogo Cardoso espera avançar a uma compreensão da totalidade do processo de expansão capitalista mundial que engendrou o subdesenvolvimento latino. Ele diz que o importante é o resgate, na formação do capitalismo periférico, dos elos que conectam o social, o econômico e o político em três níveis: no âmbito das sociedades subdesenvolvidas, na área de relação entre os países subdesenvolvidos e na relação entre o núcleo e a periferia do capitalismo global, pois é aqui que surge o subdesenvolvimento.

Para Fernando Henrique Cardoso o subdesenvolvimento é uma condição do Estado nacional periférico assim como a colônia era uma condição dos territórios ultramarinos da metrópole. Neste sentido, cabe ao pesquisador reconhecer a nova situação e procurar diferenciar os diversos modos de subdesenvolvimento segundo as relações entre a periferia e o núcleo capitalista.

... a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou-se a um mesmo mercado de economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. (Cardoso, 1970, p. 25-26)

Subentende-se que toda economia, seja ela desenvolvida ou subdesenvolvida, ocupa uma posição no sistema econômico global. Uma vez que as posições correspondem a funções dentro de um sistema, o capitalismo como processo necessita recriar as dicotomias e ambigüidades que impulsionam a produção e distribuição de seus meios. Portanto a relação entre metrópole e colônia transformou-se, no capitalismo industrial moderno, em relação entre nações periféricas e nações centrais. Disso decorre a inexistência de uma diferenciação por estágios ou etapas, mas sim por posições e funções nas relações de dominação entre as nações do núcleo capitalista e de sua periferia.

Segue-se que esta percepção proporcionada pelo aparato teórico marxista sublinha as relações de dominação ou – como é mais costumeiro dizer – de exploração, no caso o vínculo entre o externo e o interno. Segundo Fernando Henrique Cardoso, o conteúdo deste processo se constitui com os grupos sociais internos que conseguiram

definir as relações orientadas para fora que o subdesenvolvimento supõe. Pode-se inferir, de acordo com o sociólogo Cardoso, que subdesenvolvimento implica em dependência e é ela que por sua vez delinea os parâmetros em que se desenvolve a luta de classes de cada nação dependente. “Esta situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas”. (Cardoso, 1970, p. 26)

Para Fernando Henrique Cardoso a o conceito de nação dependente é mais completo e complexo do que o conceito de nação periférica. As noções de centro e periferia, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial e desconsidera os fatores político-sociais necessários a compreensão do processo de desenvolvimento destas nações. No entanto, a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. Isso quer dizer que para a teoria da dependência não existe um nexu imediato entre a diferenciação do sistema econômico e a formação de centros autônomos de decisão.

Com efeito, o campo político e a conduta social das nações dependentes influem necessariamente na forma do seu processo de desenvolvimento. Neste sentido, segundo o sociólogo Cardoso, é fundamental perceber o arranjo interno do jogo de forças político na dinâmica do conflito social, de tal maneira as oportunidades surgidas no contexto global sejam entendidas também como fruto da estabilização social nacional que torna possível o desempenho econômico das economias periféricas. Portanto, para o autor, o essencial para a manutenção da autonomia nacional é a construção de um aparato político sólido que estabilize as transformações sociais propícias ao desenvolvimento econômico.

São justamente os fatores político-sociais internos os que podem produzir políticas que se aproveitem das novas condições ou das novas oportunidades de crescimento econômico. De igual modo, as forças internas são as que redefinem o sentido e o alcance político-social da diferenciação espontânea do sistema econômico. (Cardoso, 1970, p. 28-29)

Fica claro que ao considerar a situação de dependência na análise do desenvolvimento latino-americano o autor pretende ressaltar que o modo de integração das economias nacionais ao mercado internacional supõe formas definidas e distintas de relações dos grupos sociais de cada país. Pois bem, ele contraria a expectativa de que a força do mercado é suficiente para explicar o desenvolvimento e para garantir sua continuidade, e propõe que a influência dos grupos externos atua na direção do jogo de forças internos que eles encontram, e é por isso que em sua perspectiva teórica a formação dos grupos e instituições sociais nacionais passa a ser decisiva para análise do desenvolvimento.

Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas, entretanto, continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas. Nisso radica, talvez, o núcleo da problemática sociológica do processo nacional de desenvolvimento na América Latina. (Cardoso, 1970, p. 30)

Para ele, a dependência remete ao vínculo nacional externo, mas, por outro lado ela não se comporta como variável externa e sim como expressão social e política do sistema de relações entre os grupos e classes no interior da nação dependente. “Os diferentes momentos históricos do capitalismo não devem ser estudados, pois, com o afã de encontrar sua repetição retardada nos países da periferia, mas para saber como se produziu, em cada momento particular, a relação entre periferia e centro”. (Idem, p. 32)

Diferente do núcleo capitalista a América Latina oferece uma relação entre as classes distintas, tanto em forma como em conteúdo. De maneira geral, a teoria da dependência pressupõe que cada forma histórica de dependência produz um arranjo determinado entre as classes, que está em pleno movimento acompanhando a dinâmica internacional. Nas palavras do autor: “se a nova forma de dependência tem explicações exteriores a nação, por outra parte a relação interna entre as classes não lhe é alheia; ao contrário, a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia à própria dependência” (Cardoso, 1970, p. 36). Em outras palavras, o conteúdo de uma

economia dependente está determinado pela capacidade dos sistemas internos de alianças para proporcionar-lhe o desenvolvimento.

Com efeito, Fernando Henrique Cardoso salienta que a contribuição do campo dependentista será a especificidade da análise de acordo com as determinações particulares e características estruturais próprias das sociedades subdesenvolvidas. O objetivo é considerar de um lado a pressão externa concomitante à estruturação interna. Para o sociólogo Cardoso é nesta dupla mão que a dependência incide sobre a estrutura econômica, política e social dos países latino Americanos. Portanto o descompasso das pautas do desenvolvimento deve ser considerado, a dependência é uma situação típica em que o arcaico e o moderno se entrecruzam em todos os níveis internos da sociedade e que por isso supõe problemas e propostas singulares.

Esta ambigüidade realça a contradição entre unidade política nacional relativamente autônoma e desenvolvimento a ser atingido por vínculos com os países centrais. Neste sentido, Fernando Henrique Cardoso sublinha que “as informações sociais e econômicas que alteram o equilíbrio interno e externo das sociedades subdesenvolvidas e dependentes são processos políticos que, nas condições históricas atuais, supõe tensões que nem sempre, nem de modo necessário, contêm em si mesmos soluções favoráveis ao desenvolvimento nacional” (Cardoso, 1970, p. 37-38)

Posteriormente a estas considerações iniciais que conceberam o campo teórico dependentista e o distinguindo-o dos demais, Fernando Henrique Cardoso passa à reconstrução de nossa história estrutural e repassa nosso desenvolvimento capitalista de acordo com o conceito de dependência. Ele faz uma análise do desenvolvimento e da consolidação dos Estados nacionais latino-americanos, segundo o modo pelo qual os grupos sociais locais conseguiram estabelecer sua participação no processo produtivo e definir formas de controle institucional capazes de assegurá-los no poder.

Destaca-se assim o fato de que as formas assumidas pelas relações entre o sistema econômico e o sistema de poder, a partir do período de implantação dos Estados nacionais independentes, deram origem a distintas possibilidades de desenvolvimento e autonomia para os países latino-americanos, conforme suas situações peculiares (Cardoso, 1970, p. 39)

Para Fernando Henrique Cardoso, na América Latina a ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implicam um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local. Por esta mudança os grupos que controlavam o setor produtivo exportador das economias locais tiveram que definir novas relações e tiveram também de reorientar as vinculações externas na direção dos novos centros hegemônicos. Desta forma constituíram internamente um sistema de alianças que contava agora com oligarquias locais que não estavam diretamente integradas ao sistema antigo. No processo de imposição da nova ordem os novos grupos, em meio à recolocação dos vínculos com o mercado mundial, construíram a idéia de independência nacional, com base na fixação dos limites territoriais. Delineou-se então o começo da situação de subdesenvolvimento e dependência dentro dos limites nacionais. Para o autor, a ruptura do pacto colonial permitia o fortalecimento dos grupos produtores nacionais, posto que a Inglaterra, como novo pólo hegemônico, podia até estimular a expansão do sistema produtivo nacional. Neste sentido, o fortalecimento dependia da capacidade dos produtores locais para organizar um sistema de alianças políticas com as oligarquias locais que torna-se factível o Estado Nacional. Segundo Fernando Henrique Cardoso o problema da expansão da economia exportadora se concentrava menos no campo econômico que no político.

A aliança entre setores modernos e setores conservadores que tornou factível o Estado nacional não dissolveu as contradições entre economia e política nacionais, ao contrário estas contradições se transformaram em tensões no seio do Estado Nacional. Devido a isso as instituições políticas nacionais parecem muitas vezes ambíguas em suas orientações. Segundo o sociólogo Cardoso, elas obedecem sempre a uma dupla inspiração, a dos grupos modernizadores que têm origem no setor econômico exportador e a dos interesses oligárquicos regionais. Essa ambigüidade se acentuará com o desenvolvimento dos setores urbanos. A aparição e pressão das classes médias intensificam essas contradições abrindo lacunas no aspecto político entre as elites permitindo a eclosão de divergências que refletiram na dinâmica institucional nacional.

Mesmo assim, a nação dependente, segundo Fernando Henrique Cardoso, tem condições bem definidas de integração entre a esfera econômica e a esfera política que a caracteriza. Para ele, as seguintes características as identificam à situação de dependência: o controle do processo produtivo realiza-se em um duplo sentido: os estímulos do mercado internacional dependem das políticas nacionais com relação às exportações. Neste sentido as deliberações internas ou as decisões de investimento



propõem a expansão ou retração da produção; a comercialização dos produtos exportados dependem das condições internacionais do mercado, condições estas que estão fortemente influenciadas pelas políticas das economias do núcleo capitalista. Assim sendo, a integração econômica das economias locais ao mercado mundial como economias dependentes “relaciona-se estreitamente à capacidade do grupo produtor nativo pra reorientar seus vínculos políticos e econômicos no plano externo e no plano interno”. (Cardoso, 1970, p. 45)

Diferentemente, as economias de enclave têm sua atividade produtiva e controlada diretamente pelo exterior. O desenvolvimento econômico baseado em enclaves nos mostra que o dinamismo das economias centrais e das economias nacionais também podem suceder-se independentemente da atuação dos grupos locais.

Parece que o caso mais geral da formação de enclaves nas economias latino-americanas expressa um processo no qual os setores econômicos controlados nacionalmente, por sua incapacidade para reagir e competir na produção de mercadorias que exigiam condições técnicas, sistemas de comercialização e capitais de grande importância, foram paulatinamente desarticulados. (Cardoso, 1970, p. 46-47)

Esta situação acontece

a partir do momento em que o sistema produtor local já não pode crescer independentemente da incorporação de técnicas e capitais externos, ou de sua subordinação a sistemas internacionais de comercialização, o dinamismo dos produtores locais começa a perder significação no desenvolvimento da economia nacional. Nestas condições, os produtores locais perdem em grande parte a possibilidade de organizar dentro de suas fronteiras um sistema autônomo de autoridade e de distribuição de recursos. (Cardoso, 1970, p. 47)

Para Fernando Henrique Cardoso, o que impede a criação ou o crescimento do mercado interno nesta situação é a tendência a uma elevadíssima concentração da renda. Segundo o autor, nas economias periféricas típicas do enclave a esfera econômica e política inter-relacionam-se da seguinte maneira: tanto o controle dos investimentos

como os lucros gerados pelo capital são gerenciados diretamente pelo exterior; não existem relações econômicas entre o interno e o externo e as relações políticas são definidas também pelo exterior através de concessões de poder aos grupos que representam os interesses das economias centrais. Em outros termos, o enclave difere da situação de dependência do ponto de vista da influência do mercado mundial. Nas situações de enclave as relações internas, sejam elas econômicas ou políticas, são derivadas dos interesses do capitalismo central e nas situações de dependência o dinamismo interno chega a prevalecer nos momentos decisivos da direção política e econômica do desenvolvimento.

No capítulo quatro Fernando Henrique Cardoso tratara do momento de inserção das economias periféricas ao mercado mundial. Segundo o autor, a partir do momento que a conjuntura econômica internacional impulsionou a diversificação social e produtiva da periferia iniciou-se o período de transição das economias periféricas. Ou seja, ele entende o período de transição como um processo de diferenciação econômica das economias periféricas pelas novas possibilidades surgidas com a mudança da dinâmica externa. Em outros termos é

o processo histórico-estrutural em virtude do qual a diferenciação da própria economia exportadora criou as bases para que, na dinâmica social e política, comecem a fazer-se presentes, além dos setores sociais que tornaram possível o sistema exportador, também os setores sociais imprecisamente chamados médios. (Cardoso, 1970, p. 52)

Nesta conjuntura, para as sociedades dependentes, a dinâmica dos grupos sociais baliza os diversos padrões dos tipos de inserção. De fato, a crise do modelo de crescimento para fora foi provocada pelo amortecimento do impulso dinâmico da demanda externa que se originou no mercado mundial. Neste sentido a tese de Fernando Henrique Cardoso não quer descartar a validade da influência externa, mas salienta que a reestruturação político-social germinou ainda antes do evento da crise econômica mundial.

O autor salienta que o movimento de transição nas sociedades dependentes reforçou o controle nacional da produção que possibilitou a formação de um Estado nacional empreendedor. Fernando Henrique Cardoso revela que toda esta mudança

“baseou-se no dinamismo de um setor capitalista que organizou a produção, parte da comercialização e, em certos países, o financiamento interno da economia”. (Cardoso, 1970, p. 55) Devemos destacar que em países como Brasil, México e Argentina constitui-se uma burguesia fortemente ligada à expansão nacional.

No caso do Brasil não houve um setor desta burguesia que de fato liderou o processo e centralizou os objetivos de classe em um projeto coeso e que conseqüentemente impôs sua hegemonia para toda a nação e muito ostensivamente aos demais setores produtivos. Para o autor, neste país, antes de 1930, se estabeleceu um sistema de aliança entre distintos setores agro-exportadores. Este pacto tácito chegou a estabelecer um sistema de sucessão alternada para o governo do Estado dentro de parâmetros precisos que limitavam as influências internas dos Estados, o que por sua vez fortalecia politicamente os centros provinciais. Nessa conjuntura, quando existia, mesmo de forma velada, um enfrentamento entre setores da classe dominante, os demais setores inclusos no pacto se entusiasmam politicamente; então a hegemonia se dá em função de uma participação mais ativa dos setores latifundiários, das burguesias regionais, e inclusive dos grupos burocráticos e militares incrustados no interior do Estado nacional. Neste sentido, o caráter capitalista burguês do sistema de dominação é encoberto pela aparência da dominação oligárquica e latifundiária.

Nesse caso, a nação aparece representada pelo Estado, fundamentalmente para fins externos, pois internamente os quadros administrativos dos partidos em pugna constituem-se como burocracia dos setores do Estado, através de uma divisão setorial ou regional de esferas de influência dentro do aparato estatal, válida para toda a nação. (Cardoso, 1970, p. 57-58)

Contudo, por outro lado, o sistema econômico obteve facilidades para diversificar-se, abrindo espaço para o desenvolvimento de setores exportadores paralelos. Além disso, e o que é mais importante, possibilitou a formação de um mercado interno e de um setor produtivo voltado exclusivamente a ele. Para Fernando Henrique Cardoso,

... as economias exportadoras diversificadas, isto é, as que alcançaram certa magnitude em função da criação de núcleos

exportadores paralelos, facilitaram necessariamente a formação de setores produtivos orientados para o mercado interno. Com efeito, na fase de transição da economia exportadora, só expressa uma função direta do crescimento da economia. (Cardoso, 1970, p. 60)

Com efeito, no Brasil, o período de transição foi marcado politicamente pela presença e participação cada vez maior dos setores médios urbanos e pelas burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação. Somado a isso o Estado coordenou uma política de consolidação do mercado e da industrialização nacional, a assim chamada política de industrialização substitutiva de importações. Essa política econômica caracterizou-se pela convergência entre a expansão do setor privado da economia e a criação de novas áreas de investimento concentradas em torno da indústria de base e das obras de infra-estrutura controladas pelo Estado.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, a presença das massas³⁴ é paralela a formação dos primeiros e mais consistentes germes de uma economia industrial diferenciada que vai assinalar o período de desenvolvimento e crescimento interno do Brasil. Esse período marcado pela substituição de importações se desenvolve durante as guerras e se manifesta em sua plenitude durante a década de 1950-1960³⁵. Como já assinalamos, a industrialização lograda nestes casos não foi, em um primeiro momento, o resultado da ascendência, paulatina ou revolucionária, de uma burguesia industrial típica. Nossa industrialização baseou-se mais em uma política de alianças entre os mais diversos setores sócio-econômicos, desde o agrário até o popular urbano, do que sob a imposição dos interesses uma burguesia hegemônica. Portanto, “o problema da industrialização consiste em saber que os grupos poderão tomar as decisões de investimento e consumo e reorientar as direções pelas quais flui o investimento para o mercado interno”. (Cardoso, 1970, p. 97) Diante de toda a problemática do desenvolvimento nacional a necessidade de incorporação das massas chama mais atenção. “A presença das massas era sentida com a pressão de quem aspira a ser promovido à condição de novo sócio, que, portanto reconhece a validade das regras do jogo que o sistema anterior definiria para levar adiante o processo de industrialização

³⁴ Isto é, a presença daquela parcela da população que não foi absorvida pelo sistema como mão de obra devido à insuficiência dinâmica do desenvolvimento.

³⁵ TAVARES, Maria da Conceição - Auge e declínio do processo de substituição de importação no Brasil. Ed. Zahar, RJ, 1972



...” (Cardoso, 1970, p. 101) Para Fernando Henrique Cardoso, esta é a razão pela qual o nacionalismo e do populismo emergiram como políticas fundamentais em função das quais se tratou de organizar as sociedades dependentes como o Brasil. O nacional-populismo surge para ajustar os interesses dos grupos opostos, mas unidos entre si, com o propósito de encontrar um novo rumo para o desenvolvimento nacional.

No Brasil,

o Estado surge com um instrumento não só de regulação do sistema industrial, mas também como instrumento direto de sua constituição, através da criação de empresas públicas autárquicas ou paraestatais. E ao nível da situação de massa, diferencia-se do caso argentino antes descrito porque à importância do setor operário, necessariamente menor, agrega-se um amplo setor de massas urbanas não operárias (massas marginais). (Cardoso, 1970, p. 103)

Como observamos, para Fernando Henrique Cardoso as influências políticas prevaleceram sobre as econômicas na definição do processo de industrialização. Na aliança dos grupos que subiram ao poder depois de 1930 a preocupação de formar um mercado interno capaz de estimular o desenvolvimento e de conduzi-lo posteriormente para uma expansão auto-sustentada não surgiu nem se transformou em política efetiva a partir dos setores empresariais; só em um segundo momento os grupos empresariais voltaram seus interesses para esse tipo de política.³⁶

Para o autor, é importante salientar que a aliança para o poder excluiu permanentemente os setores camponeses, apesar da dimensão nacional do desenvolvimento ser um imperativo para o país. Na ausência de um setor capitalista maduro ou de uma liderança de uma burguesia progressista o projeto político da época teve de incorporar a massa e se apoiar na política nacional-populista. Esta política apesar de contar com os latifundiários não exportadores, ou seja, um dos setores mais atrasados da estrutura produtiva brasileira, consentiu com uma política de criação dos setores econômicos modernos que permitisse criar uma possibilidade de incorporação das massas, exceto a massa camponesa. Neste sentido são precisamente os excluídos do projeto nacional populista que pagarão os custos da industrialização. “Dentro desse panorama a contradição entre a necessidade de acumulação de capitais e a pressão

³⁶ Ver: CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*.



redistributiva parece menos acentuada durante a etapa de industrialização substitutiva”. (Cardoso, 1970, p. 106)

Contudo, ao passo que a base econômica do setor industrial se fortalece ele se associa ao setor exportador e também ao capital estrangeiro, formando um pacto tácito dentro do Estado nacional. Conseqüentemente, começam a pressionar para uma reorientação política contra o populismo como política de desenvolvimento, pois, argumentando contra a ineficácia dessa política para a acumulação do capital. Segundo Fernando Henrique Cardoso, quando o populismo deixa de corresponder às aspirações do empresariado nacional ele começa a definhir como política adequada ao desenvolvimento nacional. A fragilidade do esquema populista “se intensifica na medida que o esgotamento do processo de fácil substituição das importações exige melhores técnicas, maior acumulação e mais eficiência”. (Cardoso, 1970, p. 107)

A crise do populismo e a reorganização do sistema de dominação ocorrem paralelamente à reformulação dos vínculos entre mercado interno e mercado internacional. Para o sociólogo Cardoso, esse momento é marcado pela assim chamada internacionalização dos mercados, que corresponde a uma mudança na totalidade do capitalismo internacional. Diante dessa mudança as relações de dependência alteram-se profundamente e as economias dos países dependentes se tornam cada vez mais vinculadas à dos países centrais. No entanto, para o sociólogo o “conceito de dependência permanece básico para caracterizar a estrutura dessa nova situação de desenvolvimento e, portanto, a política continua sendo o meio pelo qual se possibilita a determinação econômica” (Cardoso, 1970, p. 114). Ele também entende que a crise interna gerada pela crise do populismo, de qualquer maneira, possibilitou o reforço dos vínculos políticos nas relações entre o centro e a periferia.

Nessas circunstâncias as alternativas que se apresentariam, excluindo a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo. (Cardoso, 1970, p. 120)

Descartada realmente como foi a opção socialista, o desenvolvimento nacional enveredou para a abertura do nosso mercado interno ao controle externo. Para Fernando Henrique Cardoso, é este processo que está na raiz da mudança do nosso esquema

político que baliza a construção de um sistema de desenvolvimento associado e dependente. Através de uma associação mais profunda com o capital externo reforça-se o setor industrial e define-se uma meta para a continuidade do processo de industrialização nacional, uma industrialização voltada para um mercado urbano restringido, mas, depois da industrialização substitutiva, suficientemente importante, em termos de renda gerada, para permitir a instalação de um parque industrial moderno. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota num contexto de uma situação de dependência.

A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá, sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações – exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. (Cardoso, 1970, p. 125)

Segundo o autor, foi deste modo que novamente se restabeleceram as relações específicas entre o crescimento interno da periferia e as vinculações externas, típicas da situação de dependência.

É certo que o início de um processo moderno de industrialização nas nações periféricas supõe consideráveis remessas de capital e uma numerosa soma de conhecimento tecnológicos e graus avançados de organização empresarial, os quais implicam desenvolvimento científico, complexidade crescente e diferenciação da estrutura social, acumulação e investimentos prévios. A disponibilidade dessas precondições por parte das nações centrais leva a um estreitamento dos laços de dependência. (Cardoso, 1970, p. 128)

Este estreitamento das relações de dependência implica a unificação dos sistemas produtivos conseqüentemente leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional. Neste contexto, há uma normatização global do funcionamento do um sistema produtivo moderno, imposta pelo mercado internacional,

que segundo Cardoso limita ainda mais as alternativas político-econômicas dos países dependentes.

No caso brasileiro, o regime autoritário-corporativo foi a alternativa viável diante das condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. De fato a passagem do regime democrático representativo, que, a duras penas, sobreviveu com o Estado desenvolvimentista e com a política de massas durante o período inicial de nossa expansão industrial faz-se por intermédio do exército e a burocracia pública relegando as burguesias nacionais ou internacionalizadas a um papel secundário. "Assim o Estado exerceu funções mais amplas que as de instituição jurídica ou expressão política de classes organizadas; funcionou como a própria organização política das classes". (Cardoso, 1970, p. 134)

Com efeito, na medida em que se forma esta espécie de tecnoburocracia de países dependentes, baseada no potencial de decisão e organização dos setores modernos da burocracia militar e civil, esta passa a sofrer dois tipos de pressão: uma a favor do desenvolvimento racional e moderno, estimulada pela grande corporação industrial-financeira, geralmente internacionalizada, e outra que insiste no caráter cada vez mais excludente, em termos relativos, do desenvolvimento em países capitalistas dependentes e enfatiza o caráter nacional das tarefas e problemas a serem cumpridos e resolvidos no curso do desenvolvimento. (Cardoso, 1970, p. 135)

Neste sentido, o funcionamento do sistema produtivo baseado nas grandes unidades monopolistas depende tanto da forma geral do capitalismo presente nas técnicas e formas organizatórias gerada nos pólos dominantes do capitalismo internacional, como especificamente das condições particulares da organização das classes nas nações dependentes que continuam a apresentar aquela contradição essencial entre a afirmação da soberania e a necessidade da industrialização associada.

Para Fernando Henrique Cardoso a nova condição do desenvolvimento brasileiro depende diretamente da formação de um mercado supranacional que resolva os problemas de economia onde a participação no consumo é restrita. A reorganização autoritário-corporativa do regime político desta sociedade mira a estabilidade política e

não tolera a participação política popular; seu objetivo é essencialmente a acumulação e maior concentração de capitais em uma estrutura de rendas já concentrada.

Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes assente-se em regimes políticos autoritários (sejam militares ou civis), cujo ciclo de duração dependerá tanto dos êxitos econômicos e do avanço que possam lograr na reconstrução social quanto do caráter, do tipo de ação ou êxito dos movimentos de oposição baseados nos grupos e classes que assinalamos anteriormente. (Cardoso, 1970, p. 138)

Apesar do novo modelo político limitar ainda mais a participação política da população em geral e de estreitar as relações de dependência, como admite Fernando Henrique Cardoso, a estrutura interna tem uma importância cada vez mais acentuada na definição do planejamento econômico para o desenvolvimento nacional brasileiro.

Com efeito, nem a relação de dependência, no caso de nações dependentes, ou do subdesenvolvimento nacional, implica a inevitabilidade da história nacional tornar-se o puro reflexo das modificações ocorridas no pólo hegemônico externo, nem estas são irrelevantes para a autonomia possível da história nacional. Existem vínculos estruturais que limitam as possibilidades de ação, a partir da própria base material de produção disponível no país e do grau de desenvolvimento das forças produtivas, para não mencionar o modo como se combinam estas relações políticas e jurídicas, internacionalmente e com as nações hegemônicas. Mas, ao mesmo tempo, é por intermédio da ação dos grupos, classes, organizações e movimentos sociais dos países dependentes que estes vínculos se perpetuam, se transformam ou se rompem. Existe, portanto, uma dinâmica interna própria que dá inteligibilidade ao curso dos acontecimentos, sem cuja compreensão não há ciência política possível. (Cardoso, 1970, p. 140)

Fernando Henrique Cardoso se esforçou para demonstrar que o conceito de dependência ainda é o mais eficiente para captar o sentido do desenvolvimento nacional mesmo após a implantação do regime militar. Nesse esforço procurou mostrar que a autonomia relativa das decisões políticas e econômicas nacionais permanece mesmo diante do aprofundamento das contradições da relação entre o interno e o externo. Neste sentido salienta que as possibilidades de convergências entre o sistema econômico e o processo político se ampliam conforme o desenvolvimento da dependência nacional. Ele confia que a compreensão da situação atual dos países industrializados e dependentes da América Latina requer uma análise detida do processo de internacionalização do mercado interno, que caracteriza, segundo o autor situação que corresponde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelos conglomerados internacionais.

Para ele, a situação moderna da dependência brasileira ultrapassa a oposição tradicional entre desenvolvimento e dependência e consolida nosso desenvolvimento redefinindo, de modo ampliado, os vínculos entre o nacional e o internacional. Tudo isto procede tanto no plano do arranjo político nacional baseado em um sistema de alianças distinto daquele que assegurava a ordem anteriormente, quanto nas relações econômicas internacionais que garantem a preservação dos interesses das nações hegemônicas internacionalmente. Assim sendo, ele entende que já não são os interesses rurais que se opõem aos urbanos como expressão de um tipo de dominação econômica; ao contrário, os interesses externos radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno. Portanto, a especificidade da situação atual de dependência está em que sua base é cada vez mais política e encontra seu alicerce no crescimento urbano.

Por certo, a existência de um mercado aberto, a impossibilidade da conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasadas fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas da dependência.
(Cardoso, 1970, p. 142)

A dependência para Cardoso é resultado de uma desigualdade de ritmos e de condições para a acumulação. Aos países que se formaram em consonância com a expansão do mercado mundial não haveria mercado para uma atuação externa, o mercado interno e sua expansão é que teriam a função de sustentar a acumulação. Neste sentido, nos países dependentes a produção nacional é voltada para o mercado interno e têm de compartilhar seu mercado com as multinacionais. Essas empresas multinacionais são quem por fim determina o ritmo da acumulação já que são elas que produzem e exportam as inovações tecnológicas. Mesmo assim, nestas condições tão hostis o desenvolvimento da periferia do capitalismo, ou melhor, a expansão do mercado interno dos países dependentes, é uma necessidade para a acumulação do capital mundial. Sendo assim, o desenvolvimento dependente sempre será no âmbito do capitalismo a única saída possível para os países periféricos do capitalismo.

Ainda assim Fernando Henrique Cardoso declara, já no fim do livro, que a história do desenvolvimento dos países dependentes não pode ser prevista já que ele parte do princípio que os homens fazem sua própria história mesmo que em determinadas condições historicamente dadas.

Sabemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis. Não incorremos, portanto, na vã pretensão de tentar delimitar teoricamente o curso provável dos acontecimentos futuros. Este dependerá, mais do que das previsões teóricas, da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível. (Cardoso, 1970, p. 143)

2.5 Críticas ao autoritarismo militar

Em *Estatização e autoritarismo esclarecido*, de 1975, Cardoso, declara que não só o modelo político, inaugurado pelo regime autoritário, tinha se esgotado, bem como o modelo econômico. O período de acelerado crescimento econômico, ancorado na exportação de manufaturados e na importação de bens de capital e proporcionado pelo financiamento externo diante da abundante oferta de capitais no mundo, chegava ao fim.

chamando a atenção para o caráter estrutural da vinculação da dependência da economia brasileira para com o capitalismo internacional, não quero obscurecer o fato de que o estilo do desenvolvimento capitalista aberto na segunda metade dos anos 50 e acelerado no período 1968-1973 esgotou-se, tendo atingido seus objetivos possíveis de serem alcançados por uma economia que se lançou à produção de bens duráveis de consumo e buscou seu mercado na concentração de vendas. (Cardoso, 1975, p. 9)

O endividamento externo brasileiro chegava a seus limites e afiançava o desenvolvimento da dependência externa. O capitalismo internacional e sua nova conjuntura que implicava agora uma baixa oferta de capitais externos para o financiamento do desenvolvimento periférico passou a restringir as possibilidades de expansão econômica do país. O capitalismo nacional e seu caráter desordenado de crescimento saltam agora aos olhos de todos os brasileiros, mesmo que existam especialistas em torno do Estado que procurem resolver a crise. Assim sendo, Fernando Henrique sublinha que mais uma etapa da aventura do crescimento econômico capitalista na periferia deve começar, de modo que o governo, empresas estatais, multinacionais, e empresários nacionais privados precisam recompor suas articulações e estratégias. A lógica do mercado tende a submeter a lógica política nacional e mais uma vez as urgências econômicas do país devem guiar este novo pacto social a ser construído.

Na época do milagre³⁷ o conflito no seio do pacto do poder ficava esmaecido pelos êxitos da “via autoritária de integração ao desenvolvimento capitalista internacionalizado”. Em suma, a integração da economia brasileira ao sistema internacional de produção é oportuna, pois há uma concomitância com a forte expansão do comércio internacional e com a existência de excedentes financeiros internacionais ávidos por oportunidade de investimento.

³⁷ Período em que o crescimento econômico eleva-se e diversifica-se de maneira surpreendente, de 1968 a 1974. A disponibilidade externa de capital e a determinação dos governos militares de concretizar no Brasil a revolução industrial, viabilizaram pesados investimentos em infra-estrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicações, portos, usinas hidrelétricas, usinas nucleares), nas indústrias de base (mineração e siderurgia), de transformação (papel, cimento, alumínio, produtos químicos, fertilizantes), equipamentos (geradores, sistemas de telefonia, máquinas, motores, turbinas), bens duráveis (veículos e eletrodomésticos) e na agroindústria de alimentos (grãos, carnes, laticínios). No início da década de 70, a economia apresentaria resultados excepcionais, com o PIB crescendo a 12 %, e o setor industrial a 18% ao ano.

No momento em que as oportunidades econômicas internacionais começam a diminuir para os países dependentes, aqui no Brasil ficou cada vez mais difícil estabelecer a situação de controle de uma sociedade autoritária. Em outras palavras, o autoritarismo do regime militar funcionou porque ele adquiriu uma autoridade econômica com o “milagre”; sem milagre não pode mais perdurar a situação autoritária. Assim, Fernando Henrique comenta em seu artigo *Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro*.

o regime passou a ser acusado não só por empresários descontentes, militares rebeldes contra a “distensão” e militares que se aliavam à oposição, mas pela classe média depois pelos trabalhadores. A igreja, os advogados, os intelectuais, os estudantes, os jornalistas, passaram a se manifestar depois de 1977. E os trabalhadores metalúrgicos fizeram uma importante greve em 1978, a primeira depois do AI5, de 1968. (Cardoso, 1975, p. 182)

Esta pressão foi fruto da própria dinâmica de uma sociedade que se transformou sob o impulso de um processo de desenvolvimento dependente que é por natureza intensamente excludente. Segundo Cardoso, apesar do fato, a síntese do curso da abertura do regime militar brasileiro mostra que esta não seria uma transição brusca, antes foi uma passagem, lenta e gradual, de uma situação autoritária para um regime de democracia restrita e elitista. A partir desta conclusão Fernando Henrique Cardoso decide por se empenhar em sua nova missão: conseguir democratizar não só em forma, bem como em conteúdo uma sociedade formada em um capitalismo dependente e associado. E ele ainda observa que este processo vai depender de uma presença mais ativa das lideranças operárias e populares, baseadas em organizações sindicais, populares e partidárias mais consistentes.

Custa crer; custa escrever. Mas a democracia que teremos é a democracia que nós queremos. Escrevo com raiva este “nós”-abusivamente, irritantemente inclusivo. Não é no plano da subjetividade que queremos a constituição que está sendo montada. É no plano objetivo, que torna os cálculos realistas... (Cardoso, 1981, p. 7)

Apesar de o Brasil padecer das conseqüências maléficas do desenvolvimento dependente associado em plena crise do capitalismo internacional, Cardoso, crê na possibilidade democrática. Em primeiro lugar, pela força transformadora das novas classes e frações de classe que desenvolveram-se no seio da sociedade brasileira, em segundo lugar, pelo fato de a burocracia estatal ter se especializado e se integrado em um sistema que funciona conjuntamente com o modo de produção capitalista avançado. Estado e Capital no Brasil são equivalentes e balizam um sistema de produção moderno que criou a nova sociedade burocratizada e de massas. Neste sentido, para Cardoso, só é preciso dismantelar o autoritarismo interno do Estado abrindo à sociedade canais de participação que possam adiantar a construção de um novo Estado democrático.

De pouco valeria que as oposições, ao reconhecerem a armadilha do regime e as amarras do sistema social, ficassem apenas na lamúria e no sonho de uma impossível volta atrás. Há que recuperar, a partir das condições atuais, o ímpeto para luta. Nem tudo que o planalto prevê e deseja ocorre. Bem ou mal, aí estão os novos partidos, esta aí uma sociedade insatisfeita. Há que desenhar os horizontes do futuro buscado em ideais de igualdade e participação, e é preciso restabelecer a crença em uma alternativa real e a confiança na capacidade de condução do processo pelas massas e dessas em suas lideranças. Há, portanto, apesar de tudo, espaço para a ação. (Cardoso, 1981, p. 11)

2.6 Transição para onde? ³⁸

É notória a ascensão política meteórica de Fernando Henrique Cardoso, que em 1978 entra decididamente na vida política, passando a participar do MDB, e já em 1980 assume como senador do PMDB no lugar do então candidato ao governo de São Paulo Franco Montoro. Compreender a análise da transição política brasileira elaborada por Cardoso que se inicia em 1977 equivale a esclarecer como se procedeu à transição do Fernando Henrique Cardoso intelectual para o político.

³⁸ *Transição para onde?* (Palestra proferida Na Associação dos sociólogos de Brasília maio/1983) Campinas Papyrus 1985

A partir do assim chamado pacote de abril de 1977 inicia-se a movimentação política no Brasil em direção ao restabelecimento da ordem democrática. Uma transição controlada, lenta e gradual; o próprio Cardoso comenta que a principal peculiaridade é o fato de que essa transição se deu num processo em que não houve, propriamente, a quebra da estrutura de poder preexistente. Ora, o que houve foi uma transformação da elite do poder e não uma ruptura com o poder. Por isso o processo de transição ficou circunscrito ao círculo do poder e a estrutura do poder se manteve praticamente intacta.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, é preciso ressaltar que a sociedade demonstrava uma força democrática, não suficientemente forte para romper com a ordem proposta pelos grupos do poder, mas com intensidade suficiente para gerar um impasse político nacional, de maneira que seria necessário transformar a ordem para manter o curso do desenvolvimento. De alguma maneira, este impasse possibilitou que os que estavam no interior do poder fossem pressionados e assimilassem as pressões democráticas. Assim sendo, dadas as peculiaridades do nosso estilo de sociedade industrializada, dependente, não surpreende que a profunda crise econômica que assolou o Brasil na década de 80 não tenha proporcionado transformações políticas de maior alcance e profundidade. O rearranjo do conflito de forças sociais nacionais, segundo Cardoso, ficou intimamente associado à capacidade dinâmica da sociedade brasileira, que, devido ao longo período de autoritarismo militar, estava condicionada a funcionar em um sistema antidemocrático.

Com efeito, Fernando Henrique Cardoso considera que a sociedade brasileira demorou a assimilar as mudanças nacionais e internacionais por não compreender a natureza cíclica das crises do capitalismo.

E as crises do sistema capitalista são de natureza cíclica. No momento do auge, os empresários e os donos do poder se enganam, porque pensam que o crescimento econômico é contínuo e projetam uma prosperidade rápida para todos – para todos eles naturalmente. Os que não são donos do poder nem empresários – especialmente políticos interessados na vida popular e os sociólogos – projetam o contrário. Quando começa a crise, pensam que vai continuar sempre e que no fim dela virá a redenção. Entretanto, o que vem no fim da crise é um novo boom, é um novo auge. A crise não prepara, em si mesma, uma transformação da sociedade política. Prepara sim uma

transformação econômica. Está preparando não só o Brasil mas o mundo. (Cardoso, 1984, p. 49)³⁹

O novo governo continuou a ter a sustentação do poder relacionada a seu sucesso econômico. Quando veio a ditadura e o milagre econômico acreditava-se que o regime se sustentava graças ao seu desempenho, que lhe permitia contar com o apoio da classe média e até dos trabalhadores. Da mesma forma, quando veio a transição a população brasileira esperava a ascensão econômica do país e a conseqüente melhoria na qualidade da vida nacional. Procurando atender a essa demanda surgiu o Plano Cruzado que visava legitimar o novo governo sem, entretanto, projetar uma modificação na estrutura estatal nacional.

Em geral, chocam-se princípios de autoridade rígida com uma vontade democratizada vaga. No primeiro momento de eclosão, parece que tudo vai mudar. No dia seguinte, não muda nada e as forças de continuidade se sustentam. Este é um problema muito real nesta fase inicial de redemocratização brasileira. (Cardoso, 1983, p. 56)⁴⁰

Assim sendo, como foi o desempenho econômico e não o consenso democrático que legitimou o novo governo, quando o desempenho começou a baixar concomitantemente a sustentação do governo também se enfraqueceu. Foi após a decretação da moratória, neste contexto de incertezas, que se montou a Assembléia Nacional Constituinte. O então Senador Fernando Henrique Cardoso chamava a atenção para o fato de que as forças dominantes admitiam a idéia de que já havia se concluído a transição, só que na verdade não houve nenhuma transformação estrutural do Estado nem das regras do poder. Com efeito, para Cardoso, a consolidação da democracia implica reformas administrativas que instituem o primado da democracia, a existência de formas legitimadas, de estruturas em que se tenha a divisão de poderes, os partidos etc.

Desta maneira,

³⁹ CARDOSO, F.H. *A democracia na América Latina*. 45-56, out., 1984. in: Novos Estudos Cebrap nº10.

⁴⁰ *O desafio da participação*. Palestra proferida para funcionários do Metro de São Paulo em Janeiro de 1983.



A democracia pós-autoritarismo militar, ganha força de um valor em si. (...) existe, inequivocamente, o sentimento da desigualdade social e a convicção de que sem reformas efetivas do sistema produtivo e das formas de distribuição e de apropriação de riquezas não haverá Constituição nem estado de direito capazes de eliminar o odor de farsa da política democrática. (...) A nova democratização inclui um reequilíbrio de poderes entre estado, movimento da sociedade civil e partidos (...) As práticas desta democratização, brotada numa sociedade dinâmica, a despeito do autoritarismo militar e desigual, a despeito do êxito econômico estão, *in status nascendi*. Falta quem as teorize. (Cardoso, 1983, p. 56)

Pela natureza da formação da sociedade brasileira nosso desenvolvimento capitalista não tende à homogeneização social nem assegura, por sua dinâmica, forças capazes de reduzir a pobreza nem as desigualdades fundamentais. Consequentemente, nossas crises econômicas, tendo a reincidência que elas têm, provocam relativamente poucos desajustes políticos, é o medo do desemprego e da fome que muitas vezes esmaece as possibilidades da participação política popular. Neste sentido, na visão de Cardoso, “aqui passamos realmente por um processo de transição política que, se deu no que deu, é por falta de força, e não por falta de vontade, não por falta de consciência nem lucidez sobre a situação. É por falta de força da sociedade avançar mais. (Cardoso, 1985, p. 22) ⁴¹

Deus me livre de me acusar de ter capitulado moralmente.” Contudo diante do regime autoritário podemos nos considerar “co-autores no sentido de que não soubemos nos organizar, ter força suficiente para fazer diferente, e com o tempo, porque não fizemos diferente, então jogamos este jogo. (...) Qual é este jogo? Este jogo é o das transformações limitadas. (Cardoso, 1985, p. 23)

O que ele quis dizer com isso? Quis dizer que as decisões da Constituinte foram balizadas por um equilíbrio entre alcance das mudanças e durabilidade do novo sistema democrático que diante da fragilidade econômica interna deveria ser reforçado por modificações sócio-culturais que assegurassem a democracia mesmo em um contexto

⁴¹ Transição para onde? (Palestra proferida Na Associação dos sociólogos de Brasília maio/1983) Campinas Papirus, 1985.

econômico adverso. Em outros termos, “é melhor entender com realismo a conjuntura, entender o que está fazendo, a tentar ser coerente, ser conseqüente com o que está fazendo e não o que gostaria de ter feito, é preciso politizar a sociedade civil com vistas à participação decisória institucional”. (Cardoso, 1985, p. 24)

Segundo Fernando Henrique o primordial é ampliar a participação da sociedade nas decisões políticas, é a participação que fundamenta as democracias modernas, contudo, o sucesso econômico não deixa de ser o seu fundamento material essencial. Para ele, no Brasil, o político avança na crise do econômico, então deveríamos aproveitar a oportunidade para politizar a sociedade civil com vistas à participação decisória institucional.

É certo que aqui no Brasil, se você não garante uma certa taxa de crescimento, você tem, pelo menos, de mitigar as expectativas. E quando você não pode garantir a taxa de crescimento, porque o ciclo econômico não depende sempre da vontade do comandante, caem as possibilidades de alterar a demanda. E nós aqui no Brasil limitamos muito os objetivos da transição política quando os confundimos com o mero atendimento das demandas econômicas e das carências sociais. Descuidamos da dimensão propriamente política: da democracia como um valor.⁴² (Cardoso, 1989, p. 46)

A sociedade brasileira apresenta características de uma sociedade moderna e industrializada, com grandes organizações burocráticas e gerenciais muito bem organizadas tecnicamente. Entretanto, sua população não manifesta interesses políticos claramente definidos, por outro, as elites hierarquizadas, militares ou empresários, o que quer que sejam, preservam o princípio da autoridade que se choca com os ideais democráticos. Para Fernando Henrique Cardoso, estas são as características sociais e políticas de uma nação dependente como a brasileira, em que, no geral, princípios de autoridade rígida quando transpassados por uma vontade democratizadora tendem a resistir solidamente; no momento inicial parece que tudo vai se transformar radicalmente, mas com o transcorrer da história, as forças de continuidade se sustentam e parece que não mudou essencialmente nada.

⁴² Entrevista concedida ao CEDEC pelo Senador Fernando Henrique Cardoso. in Visões da Transição Vol.I, Documentos CEDEC, 1989.



A consolidação da democracia implica, segundo o senador Cardoso, alterações na maneira como o Estado se relaciona com a sociedade. Implica, primeiro, construir uma estrutura em que se tenha a divisão de poderes, os partidos etc. Mas também é essencial produzir os mecanismos pelos quais nos diversos níveis de decisão a sociedade participe. Uma maior participação, para Fernando Henrique Cardoso, depende das reformas do Estado. "Falei da cúpula do Estado. Mas não é só a cúpula do Estado. É o Estado todo que tem que ser reformado, e tem que ser reformado no sentido do mérito, da promoção, da carreira, do treinamento, tudo isso". (Cardoso, 1989, p. 51)

Portanto, o Senador admite que o critério da competência se enfraqueceu com a transição democrática brasileira e somente por meio de sua recuperação através das reformas é que será possível racionalizar o sistema institucional brasileiro e aprofundar o seu conteúdo democrático. Entretanto, é importante ressaltar que este propósito democrático do Senador se resume na possibilidade da implantação da social-democracia na América Latina tendo como condição o triunfo do mercado e do liberalismo. Em *Desafios da social-democracia na América Latina* ⁴³ a ênfase na possibilidade de reforma e na implantação de um Estado com preocupação de assegurar o bem estar social na América Latina fica nítida.

É neste contexto ideológico que se apresenta hoje o desafio democrático latinoamericano, assediado pelo neoliberalismo aparentemente triunfante e corroído pelo que sobra sobre seu ombro da crítica à falência do socialismo real. (...) (...) Tudo isto no contexto de estagnação econômica (a década de 80 é considerada, deste ponto de vista, uma década perdida) e de desigualdade social crescente. (Cardoso, 1990, p. 31)

Tendo como base esta convicção teórica, uma parte do PMDB, partido que coordenou os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, funda o PSDB. "A tendência mais forte é para deixar mesmo o PMDB com outros colegas, partindo para a formação de um novo partido, de cunho socialista democrático", confirmou à imprensa, em 16 de março de 1988, o então líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

O PSDB surgiu em 1988 como resultado de uma cisão coletiva de parlamentares do PMDB que se autodenominavam a ala mais progressista e à esquerda deste partido. Embora se intitule como um partido social-democrata, diferentemente dos partidos social-democratas europeus, que se originaram articulados as massas trabalhadoras e aos sindicatos, o PSDB teve uma origem exclusivamente parlamentar, já tendo, portanto, em sua composição inicial, políticos bastante influentes no cenário político nacional. (Roma, 2002, p. 72) ⁴⁴

3 A crítica da prática política de Fernando Henrique Cardoso

Este último capítulo se divide em duas partes: primeiramente nos concentramos nas críticas tecidas por diversos intelectuais em relação à prática política de Fernando Henrique Cardoso como chefe de Estado, para em seguida, mostrarmos a auto-avaliação construída por ele na defesa do seu governo. Assim sendo, a análise dos comentários positivos, acerca da atuação do governo cardosista, de alguns intelectuais como Roberto Goto⁴⁵, Luiz Carlos Bresser Pereira⁴⁶, Alain Touraine⁴⁷, Brasília Sallum Jr.⁴⁸, etc. ficarão para uma outra ocasião. Preferimos utilizar os comentários do próprio Cardoso para expor de modo sintético a defesa da sua prática política.

A exposição da crítica da ação política de Fernando Henrique revelará que a possibilidade de vincular a sua prática atual à sua posição teórica anterior é um fato concreto. Tanto é assim que boa parte dos críticos se preocupam em trabalhar essa relação de continuidade ou ruptura ideológica em sua pessoa política. Mesmo o próprio Fernando Henrique indica que suas avaliações precedentes acerca da formação capitalista nacional continuam a ter validade e, destarte, continuam a validar seus

⁴³ Cardoso, F. H. *Desafios da social-democracia na América Latina*. In: Novos Estudos nº 28, 29-49, out. 1990.

⁴⁴ ROMA, C. *A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, número 49, 71-92, junho de 2002.

⁴⁵ Ver: Goto, R. *Para ler Fernando Henrique Cardoso*. Geração Editorial, São Paulo, 1998.

⁴⁶ Ver: PEREIRA, L. C. B. *Pobres elites iluminadas*. In: Estudos Avançados nº 38, vol. 14, jan./abril 2000.

⁴⁷ Ver: TOURAINE, A. O campo político de FHC. In: Tempo Social, nº 2, vol. 9, fev. 2000, p. 3-20.

⁴⁸ Ver: SALLUM Jr. Globalização e Desenvolvimento : a estratégia brasileira dos anos 90. In: nº 58, nov. 2000, p. 131-156. E ver também: SALLUM Jr, B. O Brasil sob o Cardoso, neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: Tempo Social, nº 2, vol. 11, fev. 2000, p. 23-48.



argumentos em defesa de uma determinada política de desenvolvimento nacional, levada a cabo em seu governo.

Esperamos assim contribuir de maneira decisiva para a enriquecimento do debate acerca dos rumos do processo político-econômico de transformação sócio histórica da realidade nacional atual. O objetivo não foi o de tomar partido a favor de uma ou outra posição crítica atual do desenvolvimento político e econômico brasileiro, mas simplesmente expor, de modo conciso, as diversas perspectivas sobre o funcionamento do capitalismo brasileiro e suas transformações no período em que atuou o governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Foi com muita expectativa que a intelectualidade nacional acompanhou as eleições de 1994. Não era pra menos, pois, de um lado da disputa estava um dos seus mais proeminentes representantes, Fernando Henrique Cardoso, do outro lado, Luís Inácio Lula da Silva, uma liderança saída do movimento operário no início da década de 80, que marcou o começo da transição democrática. Como confirma Chico de Oliveira, falando pelo Cebrap, ele que será um dos intelectuais que mais se destacará nas críticas ao governo de Cardoso:

A dimensão de racionalidade que ambas as candidaturas expressam é um dado extremamente novo em nossa política. Não se trata de racionalidades, mas, ao contrário, de pressupostos que têm, na âncora de classe de um, e na representatividade de outro, os elementos estruturantes do debate político atual no Brasil. (Oliveira, 1994, p.4)⁴⁹

A candidatura de Fernando Henrique Cardoso expressa, sem dúvida, para a intelligentsia paulista, a valorização democrática que estava no núcleo dos debates travados no Cebrap, que, como centro de pesquisa independente, procurou romper as amarras com o autoritarismo estatal.

Giannotti, em um artigo⁵⁰ em que comemora a eleição de Fernando Henrique comenta:

aliados e opositores se congratulam por estarem assistindo à formação de um novo governo que tem como chefe um intelectual da mais alta categoria, um democrata dos mais competentes e uma

⁴⁹ OLIVEIRA, F. *Eleição 94: Da paixão do Cebrap*. In: Novos Estudos, n°39 julho de 1994, p. 3-4.

⁵⁰ GIANNOTTI, J. A *Em torno das eleições*. In: Novos Estudos, n°40 nov. de 1994, p. 3-4.

pessoa cuja vida foi antes de tudo dedicada ao pensamento e às causas populares. (1994, p. 3)

Tanto Oliveira como Giannotti procuram demonstrar que todo o Cebrap reconhece Fernando Henrique como um arauto do pensamento democrático, e confiam nele como intelectual e político crítico das formas ditatoriais de governo. Entretanto, no decorrer do governo Cardoso, Giannotti e a Oliveira divergirão em suas avaliações, de maneira que Giannotti salientará o fortalecimento da democracia no governo Fernando Henrique, e Chico de Oliveira insistirá, em contrapartida, que o governo promoveu práticas políticas autoritárias aprofundando ainda mais nossa situação de desigualdade social.

3.1 Um governo aquém da sua missão

José Luiz Fiori e Francisco de Oliveira são os mais contundentes críticos do governo Fernando Henrique. Para ambos o governo representa o alinhamento com as políticas econômicas propostas pelo núcleo capitalista à periferia latino-americana. A adoção deste programa, como condição para a manutenção do crédito externo teria enfraquecido a autonomia nacional e proporcionado a depreciação de nossa capacidade política. Para eles, a solução proposta para a crise do Estado nacional, pelo governo, frente à ofensiva do capital internacional via globalização financeira, seria a restrição a uma política econômica de estabilização monetária que inviabiliza qualquer política social efetiva.

Em *A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de FHC*⁵¹, Oliveira sustenta que o governo “se caracteriza pela imposição autoritária da vontade do Executivo sobre as demais formas de representação política e especialmente pela anulação da sociedade civil.” (Oliveira, 1998, p. 13) Para Oliveira o fetiche da estabilização monetária projeta o autoritarismo do capitalismo moderno nas enfraquecidas sociedades dependentes e periféricas, como se a política de desenvolvimento nacional tivesse como objetivo fazer regredir as nossas relações sociais a pura mercadoria.



Segundo Oliveira, a partir do momento em que os direitos sociais passam a representar, para o governo, uma ameaça à estabilidade monetária, fica claro o conteúdo totalitário da política de desenvolvimento nacional. “Essa transformação dos direitos em ameaça a estabilidade monetária é uma forma de culpabilização das vítimas, questão para qual Adorno chamou a atenção em ‘A educação pós Auschwitz’. (Oliveira, 1998, p. 18)”.

Todos os clichês fascistoides de culpabilização dos juro pelas mazelas alemãs, derrota militar, humilhação de Versalhes, hiperinflação, desemprego, estão presentes, metamorfoseados, nas acusações, que se fazem, agora, as vítimas do atraso brasileiro: elas são as culpadas. Daí o sentido das reformas: qualquer aproximação com o totalitarismo não é, de novo, mera coincidência. (Oliveira, 1998, p. 18)

Com efeito, Chico de Oliveira compreende que a dita superação do desenvolvimentismo anunciada por Cardoso na realidade representa a passagem para uma forma de acumulação ainda mais primitiva e predatória. A perda da capacidade reguladora do Estado, provocada pela escolha da inserção dos países latino-americanos numa posição subalterna nos processos da expansão desta nova fase capitalista enfraquece as possibilidades de uma democracia social nacional efetiva.

Os regimes democráticos revelaram-se, pois, formidáveis pastiches dos regimes ditatoriais: enquanto os segundos engendravam as crises das dívidas externas na perseguição de integrarem-se rapidamente, os primeiros, herdando tais condições desfavoráveis, tentam apagar os últimos vestígios de independência e autonomia numa espécie de busca da cura pelo veneno.⁵² (Oliveira, 1997, p. 34)

Assim sendo, a contradição das novas democracias latinas é a exclusão social, proporcionada por uma política monetária ancorada na rigidez fiscal do Estado. Com este argumento, Oliveira acusa o governo de criação de uma forma de apartheid.

⁵¹ OLIVEIRA, F. *A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de F.H.C.* In: *Novos Estudos*, nº 50, março de 1998, p. 13-21.

O apartheid caracterizava-se pela criação de um campo semântico em que os significados dos direitos e conquistas civilizatórias, plasmados em direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos são transformados em fatores causadores da miséria, pobreza, exclusão e ausência de cidadania. A proteção social, por exemplo, transforma-se em “custo Brasil. (Oliveira, 1998, p. 38)

Mutatis mutandis, para José Luiz Fiori, o alinhamento neoliberal da concepção social-democrata de Fernando Henrique é nítido. Cardoso teria assumido a responsabilidade de implantar as metas do Consenso de Washington⁵³, pois a direita não teria sucesso nesta difícil missão. Fiori critica o neoliberalismo como fator de desaceleração do crescimento, aumento do desemprego, quebra das garantias sociais, queda do nível de renda dos trabalhadores combinado a uma alta acumulação financeira. Para Fiori, o governo Fernando Henrique estaria construindo um sistema sócio-econômico excludente que segue uma ideologia social-democrata que é equivalente à ideologia liberal conservadora que pretende amenizar a crise fiscal do Estado com a diminuição do custo social. Neste sentido, contribui para que o mercado passe a ditar as medidas políticas e as alterações estruturais na organização do Estado. Tudo isto estaria condensado em políticas deflacionistas com ampliação do desemprego e déficits públicos que, conseqüentemente geram resultados medíocres no desenvolvimento.

Neste sentido, Fiori salienta que o governo só faz aprofundar a sua dependência nacional em relação ao jogo de forças do mercado internacional. Para ele, o Brasil, a partir de 95, se submeteu de modo incondicional à lógica da estabilização monetária decorrente da globalização financeira internacional, e assim abdicou do controle sobre o desenvolvimento nacional. O crescimento acelerado da dívida pública e o baixíssimo crescimento econômico atestariam a incompetência do governo como um agente estimulador do desenvolvimento.

⁵² OLIVEIRA, Francisco de. *Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda*, In : Praga nº 4, 1997.

⁵³ Esse consenso seria a síntese das conclusões de um debate, entre economistas acadêmicos, instituições financeiras internacionais com sede na capital americana e Departamento de Tesouro dos Estados Unidos. Representa uma proposta norte-americana para a política econômica dos governos da América Latina que se comprometeriam a honrar suas dívidas, a abrir as economias e a promover investimentos estrangeiros. Em contrapartida, receberiam fortes injeções de capitais e, depois de uma década perdida, a dos anos 80, o crescimento econômico voltaria e assim a democracia e poderia conviver com livre mercado nos países dependentes.

A periodicidade cada vez maior dessas crises indica, portanto, que países periféricos e fragilizados pela dependência de capitais externos e baratos para equilibrar suas contas e manter de pé programas de estabilização monetária, como é o nosso caso, devem assumir como um dado de realidade de sua estratégia ultraliberal, e não como um fato excepcional, o aparecimento periódico de crises que mesmo que não os façam “bola da vez” os manterão prisioneiros da incerteza e os submeterão a periódicos ajustamentos cambiais, fiscais, recessivos e etc...⁵⁴ (Fiori, 1998, p.118)

Portanto, segundo Fiori, o objetivo do governo FHC diante desse panorama é envolver cada vez mais o capital internacional na possível crise que venha arrebentar a economia nacional o que diminuiria esse risco devido à força destes capitais transnacionais. Noutros termos, o governo Fernando Henrique expressaria uma política antinacional, em que uma maior dependência é a solução para diminuir o risco de uma bancarrota nacional. Será justamente este o ponto em que incide a crítica de Fiori em seu artigo *Cosmopolitismo de cócoras*.⁵⁵

O que esses intelectuais nunca perceberam é que seu cosmopolitismo, quando praticado num país periférico, como no Brasil, com uma distribuição prévia extremamente perversa da riqueza e da renda, é um cosmopolitismo de cócoras e só poderia ter como resultado a desintegração definitiva de qualquer idéia de nação, seja ela de tipo francesa, norte-americana ou alemã. Aos olhos destes homens, fechados nas suas cápsulas e envoltos em relatórios de auto- estímulo, tudo o que os contradiga será sempre sinônimo de populismo ou insurreição, o que desqualifica preliminarmente qualquer conflito social, assim, dissolve a própria essência da vida política e da democracia. (Fiori, 2000, p. 32)

Seguindo esta mesma orientação crítica, João Manoel Cardoso de Mello e Fernando Novais em um oportuno artigo⁵⁶ em que fazem um balanço do governo, procuram mostrar que a política econômica após o Plano Real serviu de instrumento

⁵⁴ FIORI, J. L. *Um governo contra o povo e a nação*. In: Praga, n° 6, set. 1998, 118 - 128.

⁵⁵ FIORI, J. L. *Cosmopolitismo de cócoras*. In Estudos Avançados n° 32, maio/agosto 2000, p. 21- 32.

⁵⁶ MELLO, J. M. C. E NOVAIS, F. *A que ponto chegamos*. In: Praga n.º6, set. 1998, 45 -74.

para a proteção e a acumulação da riqueza privada, em pequena medida nacional e em grande medida internacional. Para eles nos anos 90, atingimos o auge do processo de reprodução ampliada das formas capitalistas com a implantação do neoliberalismo na periferia latina. Com efeito, estamos, mais do que nunca, sujeitos à ditadura dos mercados financeiros internacionais. Neste sentido, o governo recorre ao corte dos gastos sociais para equilibrar o orçamento e a usurpação dos direitos trabalhistas para aumentar a competitividade. “O que há, portanto, é um prolongamento do Estado nascido da Revolução de 1964”, essencialmente plutocrático.” (Mello e Novais, 1998, p. 12)

Paul Singer também será incisivo em suas críticas ao governo Fernando Henrique. Para ele, o sociólogo Cardoso se revela como crítico do chefe de Estado Fernando Henrique e desta maneira a prática política autoritária do presidente seria diametralmente oposta ao conteúdo democrático de seus discursos. Segundo ele, os pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso surpreendem e intrigam porque coincidem decididamente com a crítica de boa parte da esquerda brasileira e por isso mesmo coincidem com as orientações práticas de seu governo.

FHC diz:- É necessário manter o controle das decisões políticas e econômicas nacionais como condição para o desenvolvimento mas (...) a política do governo presidido por FHC transfere o controle dos setores estratégicos da economia brasileira a capitais privados, ao mesmo tempo em que promove a vinda de conglomerados financeiros estrangeiros que não podem deixar de acelerar a globalização do capital privado no Brasil.⁵⁷

Portanto, para Paul Singer, o governo Fernando Henrique estaria retirando do Estado brasileiro o domínio da economia nacional e passando-a para o capital privado global. Conseqüentemente, a nossa capacidade de desenvolvimento passou a estar estreitamente vinculada à irracionalidade do mercado mundial que como se observa atravessa seu momento mais crítico. Em *O Brasil no liminar do terceiro milênio*, ele acrescenta: “O atual regime de desenvolvimento do Brasil, além de seu evidente fracasso em acelerar o desenvolvimento do país, consagrou o livre funcionamento dos

⁵⁷ SINGER, P. *F.H Cardoso X F.H. Cardoso*, in: Praga nº4, dez. 1997, 43 – 48.



mercados com a sua propensão a concentrar renda e a ampliar desigualdade econômica".⁵⁸ (Singer, 2000, p. 257)

Sebastião Velasco e Cruz⁵⁹ em seu artigo: *Idéias do poder: dependência e globalização em F.H.Cardoso*, insiste, como Singer, que existe uma contradição subjacente ao discurso de Cardoso. Para o autor, nosso presidente sabe, através do dispositivo retórico, justificar uma política economicamente equivocada como única saída para um possível avanço na melhoria das condições sociais nacionais.

Dotado de tal flexibilidade, esse dispositivo tem duplo emprego: na defensiva, permite desqualificar sistematicamente as críticas, apontadas como ineptas que são, ora por não enxergarem a dura realidade dos fatos, ora por não reconhecerem os esforços que estão sendo feitos para transformá-la; na ofensiva, ele sustenta com argumentos a idéia, mil vezes repetida, de que essa política é a única política possível, e que fora dela há apenas o caos. (Velasco e Cruz, 1999, p. 238)⁶⁰

Segundo Cruz, Fernando Henrique conseguiu alterar em profundidade a forma como historicamente o capitalismo se organizou no Brasil. A privatização do patrimônio industrial estatal teria desfeito 50 anos de política desenvolvimentista e assim anulado as nossas possibilidades de defesa da especulação do capital internacional.

O que, sim, desejo assinalar é a maneira como o caminho percorrido orienta os passos seguintes, limitando severamente o campo das possibilidades. Abertura comercial e financeira, privatizações para o conjunto dos atores relevantes essas mudanças aparecem sob o signo da irreversibilidade.⁶¹ (Velasco e Cruz, 2000, p. 19)

O Brasil, sob a batuta de Cardoso, estaria sofrendo uma perda indelével de seu conteúdo democrático-social, segundo a análise de Cruz, pois, para ele a democracia não se esgota simplesmente na legalidade eleitoral formal: essa seria uma concepção

⁵⁸ SINGER, P. *O Brasil no limiar do terceiro milênio*. In Estudos Avançados nº 38, vol. 14, jan./abril 2000, 247- 246.

⁵⁹ Professor do Departamento de Ciência Política do IFCH da UNICAMP.

⁶⁰ VELASCO e CRUZ, S.V. *Idéias do poder: dependência e globalização em F.H.Cardoso*. In: Estudos Avançados nº 37, set./dez. 1999, p. 225-250.

⁶¹ VELASCO e CRUZ, S. V. *Brasil: Aspectos políticos da crise econômica*. In Lua Nova, 2000, p. 15-25.

insustentável e estreita de democracia. Mas, “mesmo uma definição minimalista do termo solicita um conjunto de condições sociais que a sociedade brasileira continua muito longe de ostentar. E o que é mais grave, nada indica que a continuidade das tendências predominantes, hoje e, no plano econômico e político venham mudar significativamente esse quadro”. (Velasco e Cruz, 2000, p. 20)

Carlos Nelson Coutinho⁶² acredita que Fernando Henrique Cardoso utiliza uma vulgarização do marxismo forjada em um determinismo econômico para defender sua política de governo. O cientista político qualifica de reformista o presidente Fernando Henrique Cardoso que teria se convertido ao neoliberalismo. Em seu entender, posições ideológicas fatalistas são marcas negativas de intelectuais cooptados pelo poder.

Com Fernando Henrique Cardoso, o Brasil continua a manifestar sua perversa face lampedusiana: tudo aparentemente se transformou para que tudo pudesse permanecer essencialmente igual. O discurso ideológico para justificar essa prática transformista se baseia, de resto, no mais vulgar determinismo econômico, mais vulgar ainda do que outrora defendido pela pior caricatura do marxismo. E com agravante de que tal determinismo é agora empregado como instrumento de chantagem: se não privatizarmos o patrimônio público, se não privatizarmos o patrimônio público, se não reduzirmos os escassos direitos sociais conquistados, se não nos adequarmos à cartilha de Washington, etc., então o Plano Real fracassará, não atrairemos investimentos estrangeiros e ficaremos fora da inevitável globalização (o novo e charmoso nome da dependência) anunciada agora como um futuro luminoso. (Coutinho, 1998, p. 138)

Para Dalmo de Abreu Dallari⁶³ o Brasil sob a batuta do presidente Cardoso padece sob a corrupção de suas instituições jurídicas o que pode estar contribuindo para o esmaecimento da democracia brasileira, chegando a recolocar a possibilidade de uma nova ditadura.

Não é fantasioso afirmar que a América Latina corre o risco de entrar numa nova era de governos antidemocráticos, mas agora os militares

⁶² Carlos Nelson Coutinho é professor titular da UFRJ e faz parte da International Gramsci Society.

⁶³ Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.



ficarão em segundo plano e haverá governantes civis e constituições formais servindo de véu diáfano à dura realidade de sufocação da liberdade.⁶⁴ (Dallari, 1997, p. 144)

Segundo Dallari, Cardoso não dispensa a manipulação do direito como instrumento de poder político. Acusa assim o governo de construir uma verdadeira ditadura constitucional, pois há um desrespeito total ao “Estado de Direito”. Apesar do sistema político manter um aparato jurídico formal democrático, “ele introduz modificações constitucionais destinados a assegurar o predomínio absoluto do Poder Executivo.” (Dallari, 1997, p. 58)⁶⁵

Celso Furtado também contribui para a crítica da prática política de Fernando Henrique. Levando em conta que, para ele, o sistema capitalista projeta inevitavelmente o dualismo centro desenvolvido / periferia subdesenvolvida, e que, esse fato histórico iria condicionar a evolução subsequente das estruturas do sistema mundial, podemos entender o sentido da sua crítica ao governo. Pois, para Furtado, a superação do subdesenvolvimento aloca-se numa racionalidade mais abrangente do que a dos mercados, e a ela só se tem acesso pelo planejamento estatal. Nesse sentido, quando o governo estreitou suas relações com o capitalismo internacional interrompeu a autonomia na tomada de decisões estratégicas, das quais necessitam as economias subdesenvolvidas.

Para Furtado⁶⁶, o governo Fernando Henrique, que deveria ser a vanguarda no processo de racionalização política nacional, conduziu o Brasil a um verdadeiro impasse. Pois nós “acumulamos uma dívida externa descomunal e enfrentamos um endividamento interno do setor público que acarreta a desordem das finanças do Estado, enquanto metade da população sofre carência alimentar.” (Furtado, 2000, p. 4) Assim sendo, “Impõe-se formular a política de desenvolvimento a partir de uma explicação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais”. (Furtado, 2000, p. 5)

⁶⁴ Ver seu artigo na revista Praga nº 6.

⁶⁵ DALLARI, D. *O Estado de direito segundo FHC*. In: Praga nº 3, set. 1997, p. 47-61.

⁶⁶ Ver: FURTADO, C. *Reflexões sobre a crise brasileira*. In: Novos Estudos ° 57, julho 2000, p. 3-8.

3.2 Um governo que cumpriu sua missão

E não falo hoje. Há muitas décadas, penso da mesma maneira. E atuei e continuarei atuando dessa maneira.⁶⁷

Fernando Henrique Cardoso de forma alguma desconsidera a atualidade da idéia de possibilidade de desenvolvimento dependente para a nação brasileira. Apesar das restrições impostas pela conjuntura internacional, o país, segundo o presidente, possui meios para sustentar o desenvolvimento e realizar a concretização do sistema político democrático. Neste sentido, ele se esforça por implementar uma política que seja coerente com suas convicções teóricas anteriores que afirmam que a saída para o progresso não consiste nem no desenvolvimentismo autoritário nem, muito menos, na revolução socialista.

Cardoso considera que um dos pontos que demonstram o avanço que conserva a teoria da dependência como uma explicação mais realista e concreta da formação e do desenvolvimento nacional é a compreensão de que o capitalismo internacional e o capitalismo nacional, seja ele privado ou estatal, atuam em conjunto em todas as instâncias do processo de subdesenvolvimento das nações dependentes. Lembremos que ele, nos anos 60, já negava a hipótese, sustentada tanto por desenvolvimentistas como pela maioria da esquerda marxista, de que o processo internacional do capitalismo condicionava negativamente o desenvolvimento das nações dependentes. Para Cardoso, qualquer projeto de desenvolvimento deveria levar em conta a inevitabilidade do capitalismo atual como sistema econômico. Assim sendo, não há razões para lutarmos contra este fato, devemos sim é tomá-lo como uma realidade que deve ser encarada como um campo de possibilidades para o desenvolvimento nacional em consonância com o desenvolvimento da economia internacional.

Quando ele e Enzo Faletto escreveram *Dependência e desenvolvimento na América Latina* esgotava-se o modelo de desenvolvimento exclusivamente nacional, pois, especialmente na América Latina, a internacionalização dos mercados e a internacionalização da produção proporcionavam internacionalmente recursos abundantes que financiariam as altas taxas de crescimento que as economias nacionais dependentes iriam auferir na década de 70.

⁶⁷ Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em audiência com os Secretários de Segurança dos Estados. Palácio do Planalto, Brasília, DF – 16/9/1997.



Desta maneira é preciso compreender o objetivo do governo Fernando Henrique à luz de sua perspectiva sobre a formação e desenvolvimento do capitalismo nacional e internacional esboçada na sua perspectiva da teoria da dependência. Ele mesmo declara:

Esta frase que eu teria dito: 'Esqueçam tudo que eu escrevi', eu nunca disse a ninguém. Já perguntei um milhão de vezes: a quem eu disse, onde foi que eu disse, quando? Essa é uma frase montada para me embaraçar. Acontece exatamente o contrário: o que eu escrevi dentro das condições da época tem bastante validade. Houve uma evolução, em alguns pontos, mas a maneira básica de encarar o mundo continua a mesma.⁶⁸

Para Fernando Henrique Cardoso, como veremos, ele pretendeu e conseguiu simultaneamente, administrar a crise econômica estrutural do país e estabelecer a concretização do ideal democrático.

Fernando Henrique Cardoso deixa claro, tanto em seu discurso de despedida do Senado Federal, quanto em seu discurso de posse como Presidente da República do Brasil, que em seu governo ele pretende realizar uma série de reformas no Estado brasileiro. Segundo ele, estas reformas ambicionavam iniciar um novo ciclo de desenvolvimento, uma vez que chegávamos ao fim de um longo kondratief que consagrou o modelo desenvolvimentista e que teve como norte o modelo protecionista e intervencionista estatal.

Para o novo presidente, o Estado brasileiro deveria reconhecer a eficiência do mercado como princípio geral de regulação econômica, pois ele acabava por sufocar a concorrência necessária à eficiência econômica. Com efeito, Cardoso entende que o eixo da economia deva se deslocar para o setor privado da economia com a negação do modelo estatal produtor e com a afirmação do modelo estatal regulador. Somos "um país que sabe que a contribuição da iniciativa privada é decisiva para o êxito de seu projeto de desenvolvimento".⁶⁹ Deste modo, ele pretende romper as barreiras

⁶⁸ Entrevista concedida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao jornal *O Globo* do dia 24/8/1997. Rio de Janeiro, RJ – 24/8/1997

⁶⁹ Pronunciado em um almoço organizado pela Câmara de Comércio Brasileiro-Americano - Nova York, 19/04/95.



institucionais que impediam a estabilidade econômica, impossibilitando, assim, a retomada do crescimento brasileiro, em um novo mundo globalizado.

Segundo Cardoso, o que o Brasil deve fazer é atrair os investimentos externos para o financiamento do desenvolvimento, uma vez que a conjuntura internacional oferece esta possibilidade. O projeto de governo de Fernando Henrique Cardoso aspira a constituir um novo modelo de desenvolvimento-associado para além do autoritarismo nacional desenvolvimentista. O Brasil, a fim de tornar possível a continuação de seu estilo de desenvolvimento dependente, deveria acompanhar as mudanças ocorridas nas formas de acumulação do capitalismo global, posto que o capitalismo atual sagrou-se vencedor e com isso há uma reestruturação que repõe as relações de dependência em outros níveis. Diante do fato, ele afirma que gostaria no Brasil é de um Estado capitalista moderno e eficiente que, mesmo em sua condição dependente, consiga ampliar a democracia e manter o crescimento.

A idéia de eficiência e modernização estatal consiste em tomar como princípio que o problema do Estado brasileiro é fundamentalmente a crise fiscal, gasta-se mais do que se arrecada, e isso deve ser corrigido por um conjunto de reformas que também consistem em diminuir os gastos públicos para recuperar o atraso econômico. Na introdução a *Mensagem ao Congresso Nacional de 1996* ele declara: “Uma reforma efetiva do Estado lhe permitirá exercer seu papel fundamental na regulação da economia e na garantia das condições estruturais de desenvolvimento, de modo que o mercado responda de forma mais efetiva às demandas de crescimento do País”.

Segundo seus argumentos, é a privatização da economia aliada à estabilização monetária que permitirá a retomada do crescimento, condição *sine qua non* para, que o Estado desempenhe com mais eficiência seu papel na distribuição mais justa do produto desse crescimento, de modo que a qualidade de vida da população brasileira em geral se eleve. Em 1998⁷⁰ ele recoloca a questão nos seguintes termos: “A grande questão é conciliar a manutenção da estabilidade com taxas de crescimento suficientemente elevadas para propiciar a melhora substancial dos níveis de emprego e bem-estar na sociedade”. Dito de outro modo: “O principal problema é simples: o Estado não tem sido capaz de viver no limite de seus próprios meios. E por isso não cumpre o seu papel no processo de desenvolvimento brasileiro e fragiliza a nossa economia”.⁷¹

⁷⁰ Introdução a *Mensagem ao Congresso Nacional de 1998*.

⁷¹ Introdução a *Mensagem ao Congresso Nacional de 1999*



3.3 O Plano Real

Tendo como base a liberalização da economia e a estabilização da moeda, o Plano Real busca conferir à economia brasileira condições de competir por mercados, investimentos e tecnologias necessários ao desenvolvimento nacional, atendendo às exigências da globalização da economia internacional.⁷²

Segundo o governo, o Plano Real teve a função de estabilizar a economia e o câmbio nacional, visando sustentar o desenvolvimento nacional. Para Cardoso as reformas que serão implementadas no Estado devem levar em conta que o Plano Real é o fundamento do ajuste necessário à nova ordem internacional.

...Ao escolher-me Presidente, a população brasileira fez uma opção clara por um programa de Governo. Um programa centrado na estabilização e no crescimento da economia. Nada me fará desviar do objetivo de preservar o Plano Real e dar-lhe condições de sustentabilidade no longo prazo, promovendo, para tanto, as reformas necessárias. Para isto fui eleito⁷³

Segundo os criadores do plano, para que o mercado tivesse a eficiência desejada como dinamo do desenvolvimento econômico seria imperativo garantir a estabilidade de preços. O Real como moeda forte possibilita o equacionamento correto da dívida pública o que por sua vez permite ao Estado dimensionar os gastos e colocar em prática a redução dos custos que o tornam deficitário. Segundo Pêrsio Arida⁷⁴,

Com a estabilidade, dissipam-se as ilusões. A moeda, quando seu valor de compra é estável, põe fim à discussão sobre os deflatores. A realidade das finanças transparece a olho nu, na comparação simples e

⁷² Pronunciado no jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro do Reino da Bélgica, senhor Jean-Luc Dehaene. Bruxelas, 14/09/95.

⁷³ Pronunciado no almoço organizado pela Câmara de Comércio Brasileiro-Americano - Nova York, 19/04/95

⁷⁴ Pêrsio Arida é PhD pelo Massachusetts Institute of Technology e foi presidente do BNDES e do Banco Central.

direta de valores nominais. As restrições orçamentárias adquirem clareza solar. O choque de realidade trazido pela estabilidade de preços pode, muitas vezes, traçar um quadro mais sombrio do que se imaginava. Mas é a única base sólida a partir da qual indivíduos, empresas e governos podem tomar decisões de qualidade na alocação de seus recursos. (1995)⁷⁵

Para Cardoso, o Real é o pano de fundo que orienta o conjunto de ações do seu governo, de inspiração social-democrata, que almeja promover mudanças que melhorem o País, a começar pela própria estabilidade e pelo crescimento da economia que é o essencial. Junto com isso virá a melhora na distribuição de renda. Após quatro anos de governo em sua avaliação anual do Pano Real, ele defende que estas metas estão sendo atingidas:

O desempenho da economia após o Plano Real resultou em significativa elevação de renda, sobretudo das classes trabalhadoras. No período de 86 a 93, o rendimento médio real da população caiu. As perdas foram mais acentuadas nos segmentos mais pobres do que nos mais ricos. De 93 a 96, ao contrário, todos os estratos da sociedade aumentaram suas rendas. O rendimento dos mais pobres cresceu mais do que o dos mais ricos.

Segundo os índices do governo, a maior parte dos indicadores sociais corrobora o expressivo aumento da qualidade de vida da população. As mudanças estruturais levadas a cabo pelo governo nos últimos anos teriam assim promovido uma distribuição econômica mais justa e favorável a todos. Cardoso se parabeniza pelo suposto sucesso do seu Plano de Governo e garante que antes dele a nossa economia estava em forte recessão e agora ela se revigora e nos leva a um crescimento estável e com distribuição de renda. “Transcorridos seis anos desde o lançamento do Plano Real, o País exhibe uma trajetória marcada pela consolidação do processo de estabilidade de preços, pela retomada do crescimento econômico e por conquistas mais sólidas na área social”.⁷⁶ Com efeito, ele conclui que o plano Real é um inegável avanço para a

⁷⁵ ARIDA, P. *O Real e as perspectivas da economia*. In: Real um novo começo, 1995

⁷⁶ CARDOSO, F. H. *Seis anos do Real: crescimento e desenvolvimento social*. Brasília, 2001.



construção das condições econômicas para o aprofundamento da democracia e da justiça social.

3.4 A globalização e o Brasil

O projeto nacional de desenvolvimento do governo tem uma visão específica das condições do mundo hoje, segundo consta, em pleno processo de integração dos mercados globais. Para o governo é uma quimera imaginar que seja plausível crescimento nacional sem integração num processo global.

...Hoje, nós estamos passando por um outro patamar de desenvolvimento. O que tanto se fala, com tanta incompreensão, da globalização, é um fato, é um processo que está aí, cujos efeitos podem ser bons ou ruins, dependendo um pouco como nós reagiremos a ele. Mas nós temos, hoje, uma política para isso, coisa que não tínhamos há algum tempo atrás, porque quando a gente não conhece a realidade, fica como a avestruz, enfiando a cabeça dentro da areia, dizendo: "É ruim. A globalização vai matar todo mundo", e não acontece nada. Aí morre mesmo. Tem que ver qual é o processo, o que significa isso, como é que os investimentos se dão no mundo e que possibilidades temos nós de nos inserirmos nesse processo.⁷⁷

Com efeito, a globalização consiste também na padronização das formas institucionais legais, dos países do mundo inteiro, pois a internacionalização da produção e do comércio fundamentam a equivalência econômica das nações dispostas a participar desta nova fase de acumulação capitalista. Portanto, a globalização impõe um ajustamento estatal e governamental, uma vez que o objetivo das economias nacionais passa a ser quase que tornar estruturalmente possível a participação competitiva no mercado global.

A globalização, em suas diversas expressões, tornou-se um componente incontornável das decisões de Governo, condicionando escolhas no plano nacional e no de ações externas. (...)A globalização

também tem contribuído para alterar o papel do Estado: a ênfase da ação governamental está agora dirigida para a criação e sustentação de condições estruturais de competitividade em escala global.⁷⁸

Fernando Henrique Cardoso está convencido de que a globalização é um fenômeno que, na verdade, leva ao extremo as tendências do capitalismo. Neste sentido, ele corrobora a validade da teoria da dependência como recurso teórico para compreender a relação nacional com a dinâmica capitalista internacional.

O capitalismo se expande de forma diferenciada e o elemento central para compreender a lógica de seu movimento está na ligação entre a dinâmica da expansão e as "situações concretas" que encontra, que dizem respeito ao modo de articulação das leis de expansão com as estruturas sociais e políticas nacionais. Agora, é certo, as leis da expansão ganham maior força e velocidade, mas as situações concretas continuam a existir, e é preciso entendê-las.⁷⁹

Para dar conta das situações sociais de cada país, no processo de globalização da economia, e para explicar modos de inserção no capitalismo contemporâneo das nações dependentes é fundamental compreender a especificidade das histórias nacionais. Com efeito, Cardoso confia que assim é possível vislumbrar as oportunidades positivas de integração, que, apesar dos limites, revelam uma gama oportunidades para o desenvolvimento da periferia latina. De modo que o Brasil e a região em que está inserido, a América do Sul, devem se afinar com as forças de mudança no cenário internacional. Os países latinos devem, então, defender com entusiasmo a liberdade econômica e democrática, porque são valores intrínsecos da nossa história de luta contra o subdesenvolvimento.

Vemos a globalização antes pela ótica das oportunidades que oferece do que pelos riscos que também acarreta. Já começamos a colher os frutos de um maior grau de integração nos fluxos econômicos e

⁷⁷ Lançamento do PPA do BNDES - Museu de Arte Moderna - Rio de Janeiro/RJ, 12/04/96.

⁷⁸ *O impacto da Globalização nos Países em Desenvolvimento: Riscos e Oportunidades*. Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Colégio do México. Cidade do México, México, 20 de fevereiro de 1996.

